ISSN 1983-9391

Revista Brasileira de Ecoturismo

Brazilian Ecotourism Journal

Volume 10, Nº 5 – Junho–2017 Anais do III Ambientur

-

AMBIENTUR

III SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS

08 a 11/06/2017 Antônio Prado/RS

Revista Brasileira de Ecoturismo

Volume 10, Número 05, junho 2017

Publicação da Sociedade Brasileira de Ecoturismo

Os artigos aqui publicados refletem a posição de seus autores e são de sua inteira responsabilidade.

Editores-Chefe
Prof. Dr. **Zysman Neiman**
Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**

Editor Adjunto:
Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**

Editor Executivo
Prof. Esp. **Carlos Eduardo Silva**

Editor de Design (Capa e *layout* do *site)*
Lucas Neiman

Fotos
Juliana Maria de Barros Freire

Website: www.sbecotur.org.br/rbecotur

End.: Rua Dona Ana, 138, Vila Mariana, São Paulo, SP - Brasil, CEP 04111-070

Tel.: (11) 99195-7685
E-mail: rbecotur@sbecotur.org.br

Comitê Avaliador:

Prof. Dr. **Adriano Severo Figueiró**
Profa. Dra. **Alcyane Marinho**
Prof. Dr. **Alexandre de Gusmão Pedrini**
Prof. Dr. **Alexandre Panosso Netto**
Profa. Dra. **Almerinda Antonia Barbosa Fadini**
Profa. Dra. **Ana María Wegmann Saquel**
Prof. Dr. **Anderson Pereira Portuguez**
Prof. Dr. **André Riani Costa Perinotto**
Profa Dra. **Andréa Rabinovici**
Profa. Dra. **Beatriz Veroneze Stigliano**
Prof. Dr. **Bruno Pereira Bedim**
Profa. **Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues**
Profa. Dra. **Célia Maria de Toledo Serrano**
Prof. Dr. **Charles Bonetti**
Prof. Dr. **Davis Gruber Sansolo**
Profa. Dra. **Denise de Castro Pereira**
Prof. Dr. **Eduardo Humberto Ditt**
Profa. Dra. **Elizabete Tamanini**
Profa. Dra. **Fernanda Sola**
Prof. Dr. **Ferdinando Filetto**
Prof. Dr. **Flávio José de Lima Silva**
Prof. Dr. **Francisco Fransualdo de Azevedo**
Profa Dra. **Glória Maria Widmer**
Prof. Dr. **Giovanni de Farias Seabra**
Arq. **Hector Ceballos-Lascurain**
Prof. Dr. **Hermann Atila Hrdlicka**
Profa. Dra. **Heloisa Turini Bruhns**
Prof. Dr. **Heros Augusto Santos Lobo**
Prof. Dr. **Ismar Borges de Lima**
Prof. Dra. **Ivani Ferreira de Faria**
Prof. Dr. **Jesús Manuel López Bonilla**
Profa. Dra. **Jasmine Cardoso Moreira**
Prof. Dr. **João Luiz de Moraes Hoefel**
Prof. Dr. **José Artur Barroso Fernandes**
Prof. Dr. **José Manoel Gonçalves Gândara**
Prof. Dr. **José Martins da Silva Júnior**
Profa. Dra. **Kerlei Eniele Sonaglio**
Profa. Dra. **Ligia Terezinha Lopes Simonian**
Profa. Dra. **Lilia dos Santos Seabra**
Prof. Dr. **Lucio Flavo Marini Adorno**
Prof. Dr. **Luiz Afonso Vaz de Figueiredo**
Profa. Dra. **Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano**
Prof. Dr. **Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira**
Profa. Dra. **Maria Cristina Basílio Crispim da Silva**
Profa. Dra. **Maria Geralda de Almeida**
Profa. Dra. **Maria Goretti da Costa Tavares**
Profa. Dra. **Maria Lúcia Ferreira da Costa Lima**
Prof. Dr. **Mário Jorge Cardoso Coelho Freitas**
Profa. Dra. **Marlene Huebes Novais**
Profa. Dra. **Marta de Azevedo Irving**
Prof. Dr. **Milton Augusto Pasquotto Mariani**
Profa. Dra. **Nadja Castilho da Costa**
Profa. Dra. **Odaleia Telles M. Machado Queiroz**
Prof. Dr. **Paolo Giuntarelli**
Prof. Dr. **Paulo Augusto Ramalho de Souza**
Prof. Dr. **Paulo dos Santos Pires**
Prof. Dr. **Pedro de Alcântara Bittencourt César**
Prof. Dr. **Reinaldo Tadeu Boscolo Pacheco**
Profa. Dra. **Rosane Balsan**
Profa. Dra. **Rosélis Barbosa Câmara**
Profa. Dra. **Rozuila Neves Lima**
Prof. Dr. **Sidnei Raimundo**
Profa. Dra. **Solange Terezinha de Lima Guimarães**
Profa. Dra. **Sueli Ângelo Furlan**
Profa. Dra. **Susy Rodrigues Simonetti**
Prof.a. Dra. **Suzana Machado Padua**
Profa. Dra. **Teresa Cristina de Miranda Mendonça**
Profa. Dra. **Vanice Santiago Fragoso Selva**
Profa. Dra. **Vivian Castilho da Costa**
Prof. Dr. **Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega**
Prof. Dr. **Zysman Neiman**

Coordenadora Geral do AMBIENTUR
Vania Elisabete Schneider

Presidente da ABES RS
Alexandre Bugin

Representantes da ABES RS
Darci Campani
Maria Lucia Coleho Filho
Jussara Kalil Pires

Representantes da UCS
Sofia Helena Zanella Carra
Denise Peresin
Miguel Angelo Pontalti Giordani
Taison Anderson Bortolin
Michel Mendes
Silvana Padilha Flores
Neide Pessin
Renata Cornelli
Bruna Dachery
Michel Bregolin

Comissão Científica
Denise Peresin
Michel Mendes
Sofia Helena Zanella Carra
Vania Elisabete Schneider
Taison Anderson Bortolin
Suzana de Conto
Pedro de Alcântara Bittecourt César

APRESENTAÇÃO

A REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO (RBEcotur) é uma publicação eletrônica trimestral produzida pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo (SBEcotur), sendo expressão do esforço dos profissionais nela envolvidos: editores e outros colaboradores. Criada em 2008, seus volumes são editados exclusivamente na formatação eletrônica *on line* (SEER).

> **MISSÃO**: Publicar artigos inéditos de caráter científico com o objetivo de atender diferentes profissionais diante dos vários contextos de estudos e pesquisas em Ecoturismo e atividades afins, contribuindo para a difusão, diálogo e intercâmbio de conhecimentos teóricos ou aplicados, bem como para a formação de redes. Propõem-se a promover um amplo debate entre o poder público e privado, as operadoras, as agências, ONGs e instituições de ensino e pesquisa, principalmente no que tange a aplicação do planejamento e manejo do Ecoturismo voltado a práticas de mínimo impacto.

A transferência e troca desses conhecimentos são de suma importância para que a análise e a prevenção dos impactos do Ecoturismo e atividades afins se constituam em ferramenta imprescindível para dar subsídio à manutenção das práticas de preservação e ao planejamento estratégico de atividades de lazer, interpretativas da natureza e de Educação Ambiental, ligadas à conservação dos recursos naturais.

São os seguintes os **eixos temáticos** desta revista:

Eixo 1 - Ecoturismo e Educação Ambiental
Eixo 2 - Planejamento e Gestão do Ecoturismo
Eixo 3 - Manejo e Conservação dos recursos naturais através do Turismo Sustentável
Eixo 4 - Ensino, Pesquisa e Extensão em Ecoturismo
Eixo 5 - Ecoturismo de Base Comunitária

O Ecoturismo é uma prática que precisa ser mais bem estudada e compreendida pois, apesar de já ser praticado há mais de cem anos (desde a criação dos primeiros parques nacionais no mundo: *Yellowstone e Yosemite*), só nos últimos anos do século XX se configurou como um fenômeno crescente e economicamente significativo.

Embora os seus princípios e diretrizes estejam claramente estabelecidos e pareçam conceitualmente compreendidos pelos profissionais da área, na prática, o Ecoturismo carece ainda de uma visão estratégica, que promova seu desenvolvimento em nível nacional. Esta afirmação é especialmente verdadeira quando são analisados os projetos de desenvolvimento em implementação no Brasil e as dificuldades no planejamento e obtenção de resultados referentes aos compromissos com a Sustentabilidade.

Assim, convidamos todos os pesquisadores e produtores de conhecimento em Ecoturismo e áreas afins a somar seus esforços aos nossos, divulgando suas ideias nas edições da REVISTA BRASILEIRA DE ECOTURISMO.

Prof. Dr. Zysman Neiman
Profa. Dra. Vivian Castilho da Costa
Editores-Chefe da RBEcotur

III AMBIENTUR

Simpósio Nacional sobre Gestão Ambiental de Empreendimentos Turísticos

O AMBIENTUR é um evento realizado pela Universidade de Caxias do Sul e Associação Brasileira e Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), com frequência bienal, cujas edições anteriores foram realizadas na cidade de Bento Gonçalves (AMBIENTUR I), no ano de 2013 e na cidade de Canela (AMBIENTUR II), no ano de 2015.

Na sua terceira edição, o evento foi realizado no município de Antônio Prado/RS, entre os dias 08 a 11 de junho de 2017.

O evento, de abrangência nacional, teve por objetivo proporcionar uma discussão sobre a gestão ambiental de empreendimentos turísticos e saneamento ambiental, a consolidação do turismo de aventura, ecoturismo e turismo rural, proporcionando incremento de renda local associada a prática de atividades físicas e preservação da paisagem e dos recursos hídricos, contemplando as dimensões culturais, ambientais e sociais.

Objetivos:

- Reunir empresários, prestadores de serviços, profissionais, professores e estudantes, que atuam direta ou indiretamente na gestão de empreendimentos na área de turismo e saneamento ambiental;
- Promover a discussão de aspectos institucionais, técnicos e científicos sobre a gestão ambiental de empreendimentos turísticos e sobre ao turismo de aventura, ecoturismo e turismo rural;
- Promover a discussão sobre a importância da preservação da paisagem e dos recursos hídricos, associado as estruturas de saneamento básico com vistas a sustentabilidade do turismo rural, de aventura, ecoturismo;
- Promover a discussão sobre as possibilidades de uso sustentável dos recursos hídricos nas atividades turísticas;
- Oportunizar a troca de experiências, divulgação e ampliação de práticas ambientais já adotadas em empreendimentos que obtiveram sucesso ao buscarem a sustentabilidade;
- Oferecer subsídios aos gestores públicos e aos empresários do setor de turismo, para um planejamento estratégico que observe as políticas públicas, legislação e normas técnicas existentes, incentivando a implantação de práticas sustentáveis que gerem visibilidade e rentabilidade.

Público alvo:

Empresários, profissionais, gestores públicos, professores, pesquisadores e estudantes da área do turismo e das áreas de gestão e engenharia ambiental, bem como profissionais de outras áreas interessadas na questão ambiental, que queiram aprimorar seus conhecimentos na temática.

A terceira edição do AMBIENTUR foi ainda mais especial visto que a Organização Mundial do Turismo (OMT), Agência das Nações Unidades, declarou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável. Segundo a OMT, o principal objetivo foi destacar o potencial do turismo para o desenvolvimento econômico sustentável, a geração de empregos, redução da pobreza, proteção ambiental, defesa do patrimônio cultura, entre outras estratégias.

Nota dos Editores:

O Buriti (*Mauritia flexuosa*), presente no logotipo da RBEcotur, é uma homenagem à Pindorama, a "Terra das Palmeiras", com suas paisagens de grande potencial para o ecoturismo, bem como às suas veredas, que compõem alguns dos mais expressivos e belos conjuntos cênicos de nosso país.

ARTIGOS COMPLETOS

A VARIÁVEL AMBIENTAL PERMEANDO A ECONOMIA CRIATIVA: CASO DO QUEIJO SERRANO

The environmental variable permeating the Creative Economy: case of Serrano Cheese

Elisa Costa Maffessoni, Charlie Tecchio Colonetti, Marlei Salete Mecca

Resumo: A gastronomia tem se constituído como um importante atrativo turístico, enquanto parte da cultura local de uma determinada região. Sendo assim, o trabalho visa apresentar o Queijo Serrano como um produto inserido na Economia Criativa e turismo sustentável, promovendo a cultura e gastronomia da região dos Campos de Cima da Serra. A metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa caracteriza-se por ser exploratória, com pesquisa bibliográfica, e abordagem qualitativa. Pode-se verificar que a produção de Queijo Serrano é uma atividade sustentável, pois promove um produto local, preservando a cultura e gerando emprego e renda para as famílias produtoras, além de acesso a educação e cultura.

Palavra-chave: Queijo-serrano, turismo, gastronomia, desenvolvimento sustentável, produto local.

Abstract: Gastronomy has become an important tourist attraction, as part of the local culture of a certain region. Thus, the work aims to present the Serrano Cheese as a product inserted in the Creative Economy and sustainable tourism, promoting the culture and gastronomy of the region of *Campos de Cima da Serra*. The methodology for the development of this research is characterized by being exploratory, and qualitative approach. It can be verified that the production of Cheese Serrano is a sustainable activity, because it promotes a local product, preserving the culture and generating employment and income for the producing families, besides access to education and culture.

Key words: Cheese-serrano, tourism, gastronomy, sustainable development, local product.

Introdução

Com o crescimento do setor turístico, o turista passa a exigir que os roteiros turísticos se moldem e se diferenciem cada vez mais, a fim de atender suas necessidades e anseios. Para o Ministério do Turismo (MTur) (2003), o turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Como importante atrativo turístico, temos a gastronomia, que demonstra através de produtos e preparos, a cultura local e uma determinada região.

Um dos segmentos do turismo cultural é o turismo gastronômico no qual o deslocamento de visitantes se dá por motivos vinculados às práticas gastronômicas de uma determinada localidade (BRASIL-MTur, 2010). Essa oferta turística é capaz de apresentar uma vantagem competitiva em relação aos demais destinos, pois pode proporcionar experiências únicas, sendo um diferencial para a comercialização do local. Porém, a oferta gastronômica deve ser pensada de forma responsável, para que todos os agentes se desenvolvam em harmonia (ONU, 2015).

Segundo a OMT (1999), o Turismo Sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. Sendo assim, tanto o turismo cultural, quanto o gastronômico estão unidos ao turismo sustentável, aliando as culturas e tradições de um povo ao desenvolvimento de uma localidade, respeitando o meio ambiente em que está inserida.

A Economia Criativa é um modelo econômico capaz de valorizar a produção de bens e serviços aliados à criatividade e a cultura local, gerando o desenvolvimento socioeconômico à comunidade envolvida. A gastronomia é considerada um setor criativo, onde mescla sabores, cores e aromas, ao saber-fazer dos antepassados aliados às novas tecnologias e produtos disponíveis, inserindo-se assim na Economia Criativa (DE MARCHI, 2014; LIMA, 2011; BEM, GIACOMINI, WAISMMAN, 2013).

> O alimento e a gastronomia também podem ser considerados como indústrias criativas, ajudando a estimular a inovação ao envolver o consumidor na co-criação, estimulando as ligações entre as culturas globais e locais (por exemplo, Fusion foods1, foodways2) e criando narrativas em torno da comida (RICHARDS, 2012, p.20).

Para o MTur (2012), a identidade gastronômica enquanto identidade pode ser trabalhada como um atrativo turístico, proporcionando ao turista o conhecimento da identidade cultural de determinada comunidade. Nesse contexto cita-se o queijo feito a partir de leite cru, denominado Queijo Serrano, que representa a identidade cultural da região dos Campos de Cima da Serra-RS-Brasil, sob a ótica da Economia Criativa e o saber-fazer dos antepassados, preservado pelos produtores. O Queijo Serrano preserva a cultura local através da utilização dos mesmos utensílios e forma de preparo há mais de 30 anos.

---

[1] Cozinha de fusão. Combina ingredientes de cozinhas distintas, como por exemplo, a italiana e a japonesa, para criar novos pratos, criando sabores nunca vistos antes.

[2] Práticas sociais, econômicas e culturais relacionadas à produção e a concepção da comida, dos hábitos alimentos e práticas culinárias de um povo.

Sendo assim, o trabalho visa apresentar o Queijo Serrano como um produto inserido na Economia Criativa e turismo sustentável, promovendo a cultura e gastronomia da região dos Campos de Cima da Serra.

Metodologia

A metodologia para o desenvolvimento desta pesquisa caracteriza-se por ser exploratória quanto aos seus objetivos.

Em relação aos procedimentos técnicos, a pesquisa se valeu de pesquisa bibliográfica, a fim de verificar melhor os itens referentes aos temas: Turismo e Queijo Serrano. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, (GIL, 2002). Ainda, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa será integrada ao estudo de caso, em que segundo Fonseca (2002), o pesquisador não pretende intervir sobre o objeto a ser estudado, mas revelá-lo tal como ele o percebe.

Em relação à abordagem a pesquisa classifica-se como qualitativa, pois segundo Minayo (2001), na fase exploratória da pesquisa qualitativa também se torna necessária uma aproximação maior com o campo de observação a ser estudado a fim de delinear melhor outras questões.

Economia Criativa

A indústria criativa trata de setores econômicos criativos específicos, desde o seu ciclo de criação, produção, e até distribuição dos produtos e/ou serviços, no qual a criatividade é o insumo principal. Esses setores são: artesanato, artes, música, software, turismo e gastronomia. Em síntese, é um conjunto de atividades econômicas com base no conhecimento, aliadas a criatividade.

BRASIL (2012a) caracteriza a Economia Criativa como uma abordagem histórica multidisciplinar, levando em consideração a interação e intercomunicação entre economia, cultura e inovação, focada na predominância de produtos e serviços com conteúdo criativo, valor cultural e objetivos de mercado.

Como vantagem em investir na Economia Criativa, está à criação de emprego e renda, a promoção e inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano, o entrelaçamento entre economia, cultura e aspectos sociais com tecnologia e propriedade intelectual e o desenvolvimento inovação através de políticas e novas oportunidades baseadas no capital intelectual (DUISENBERG, 2008).

Segundo a Secretaria de Economia Criativa (SEC) (BRASIL, 2012b), os princípios norteadores (Figura 1) compreendem 4 linhas que são a base para que a Economia Criativa se desenvolva de forma inclusiva e igualitária, pensando sempre no desenvolvimento do Brasil de forma sustentável:

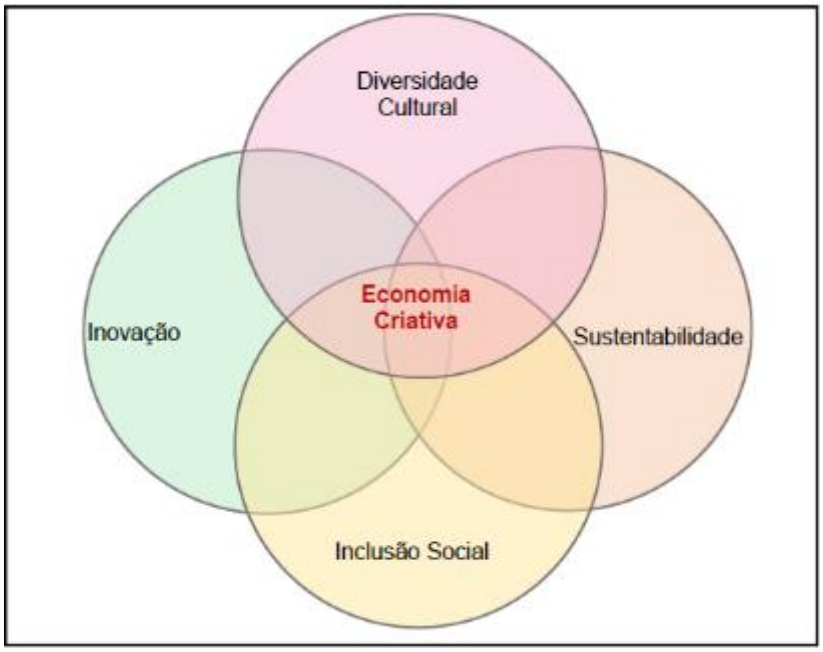

Figura 1– A Economia Criativa brasileira e seus princípios norteadores
Picture 1- The Brazilian Creative Economy and its guiding principles
Fonte: BRASIL (2012b, p. 33).

Para a compreensão do que está contemplado em cada um dos princípios norteadores da Economia Criativa, PAULA, STEIN e MECCA (2016, p.23), apresentam com base na BRASIL (2012b), uma compilação:

- Diversidade cultural: devido à ampla riqueza cultural presente no Brasil, este item trata da valorização, proteção e promoção dessa cultura nacional, como forma de manter a sua originalidade;
- Sustentabilidade: versa sobre a qualidade do desenvolvimento almejado, com o propósito de garantir uma sustentabilidade ambiental, social, econômica e cultural, proporcionando condições para que as gerações usufruam desse patrimônio;
- Inovação: gira em torno da capacidade de empreender e enfrentar riscos, baseados em conhecimento, qualificação e identificação das oportunidades, gerando produtos novos ou aperfeiçoando os já existentes;
- Inclusão social: geração de formação e qualificação profissional para que os cidadãos (principalmente os que se encontram em situação vulnerável) possam ter acesso a oportunidades de emprego e renda e, também, à cultura.

A Economia Criativa utiliza o saber-fazer, da criatividade, e das manifestações culturais de um povo como protagonistas do desenvolvimento, sendo o capital financeiro coadjuvante para que o avanço ocorra. O motor da Economia Criativa depende da criatividade individual e não precisa necessariamente de um investimento financeiro significativo em suas fases iniciais (REIS, 2008).

A inserção do Queijo Serrano na Economia Criativa se dá, não apenas por ser um produto gastronômico, mas pelo saber-fazer dos antepassados, como já

mencionado, mas pelo seu próprio *terroir* e sabor característico que denotam um produto único diferenciando-o de outros queijos.

Variável ambiental

A Economia Criativa pode ajudar na preservação ambiental de diversas maneiras, e em se tratando da atividade turística ela pode estar presente nas redes hoteleiras, nos restaurantes, artesões, atrativos turísticos e demais participantes do trade turístico.

> Adicionalmente, as indústrias criativas podem reforçar a cultura como valores e tradições que identificam uma comunidade ou nação. Além do papel de coesão social e inclusão, este reforço tem o potencial de gerar atratividade turística. Esta é a maneira pela qual a Economia Criativa se relaciona com a cultura e com o turismo. Outra maneira se relaciona ao turismo cultural centrado no patrimônio. A abordagem da Economia Criativa pode contribuir para a exploração racional e sustentável desse tipo de turismo e para a preservação do patrimônio, do meio ambiente e para o benefício das populações locais (BRASIL, 2013a, p.08).

Na produção do Queijo Serrano, todos os processos são feitos dentro da própria fazenda produtora do queijo, ou seja, desde a ordenha das vacas até a maturação do queijo, gerando emprego e renda e permitindo a preservação do patrimônio, da cultura e do meio-ambiente.

Dentre as diversas atitudes mundiais realizadas a favor de gestões sustentáveis, é possível verificar que as indústrias criativas são agentes no que diz respeito a tornar suas produções mais sustentáveis, utilizando produtos da sua região, promovendo o desenvolvimento e crescimento das empresas, da região ao entorno e das pessoas envolvidas nos processos de forma sustentável.

Entre as medidas tomadas para tornar o mundo um lugar melhor, estão os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que estão subdivididos em 169 metas, segmentados nas seguintes dimensões: econômica, social e ambiental. As ODS foram criadas pelos 193 estados-membros da ONU, com o título: Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em declaração assinada por todos seus membros, está a seguinte frase:

> Estamos determinados a proteger o planeta da degradação, sobretudo por meio do consumo e da produção sustentáveis, da gestão sustentável dos seus recursos naturais e tomando medidas urgentes sobre a mudança climática, para que ele possa suportar as necessidades das gerações presentes e futuras (ONU, 2015, p.2).

Dentre as diversas ações presentes nos objetivos, a fim de conter as mudanças climáticas e proteger o mundo da degradação, três objetivos tem seu enfoque voltado para o turismo, são eles:

- Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

Essas ações voltam sua atenção para o mundo, e posteriormente a divulgação da Agenda de 2030, a ONU declarou 2017 o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento.

> A data reconhecerá a importância do turismo internacional e, em particular, a designação de um ano internacional de turismo sustentável para o desenvolvimento que atua para promover uma melhor compreensão entre os povos em todo o mundo, levando a uma maior conscientização sobre o rico patrimônio das diversas civilizações (OMT, 2016).

Os envolvidos no trade turístico, podem utilizar de técnicas e procedimentos que promovam o crescimento econômico, sustentado e inclusivo, que ajudem o meio-ambiente, e ofereçam aos seus colaboradores um ambiente produtivo e decente, fazendo com que o seu empreendimento se torne sustentável.

> [...] empreendimentos do destino desenvolveram a oferta de experiências únicas com base na valorização da história e da singularidade local por meio, por exemplo, da culinária regional, com vistas a inovar os produtos turísticos ofertados e melhorar seu posicionando no mercado. Com isso, se mantém a originalidade compartilhando dos costumes locais com os visitantes, realizando o resgate do patrimônio imaterial que, associado à identidade local, é um rico ingrediente para a promoção do destino e consequente captação de turistas (MTur, 2010, p. 26).

O Queijo Serrano revela ser um grande aliado do turismo gastronômico sustentável, pois é um produto único, produzido somente em determinada região, em que a mesma pode se beneficiar disto para desenvolver o turismo sustentável na localidade por meio de um produto local que representa a identidade cultural dos Campos de Cima da Serra. Este produto se aliado a uma boa gestão de recursos humanos que visem o desenvolvimento do turismo de forma sustentável poderá atingir os objetivos da ONU que tem enfoque para o turismo.

A Economia Criativa trabalha com a criatividade e, portanto o empreendedor deve usar da mesma para fazer o seu negócio sustentável, tanto no campo social, como no econômico e no ambiental. Conforme acordado na ONU, em 2015, os governantes devem assegurar que todos os seres humanos desfrutem de uma vida próspera e de completa realização pessoal, e que os progressos econômicos, sociais e tecnológicos ocorram em harmonia com a natureza.

Queijo Serrano

No século XVII, os lavradores de Minas Gerais abandonam a lavoura e passam a trabalhar nas minas de ouro, e isso então acarreta em uma grave crise alimentar em Minas Gerais. O gado da Região Sul do Brasil, que anteriormente era vendido para comércio ou apenas para venda de seu couro, passa agora a ficar na fazenda, pois o comércio agora é de carne bovina para Minas Gerais. Logo após a mineração estancar a compra de carne, os empregados da fazenda começam a produzir queijo, mediante um "empréstimo" do gado por parte do fazendeiro. O queijo produzido durante a semana ficava com o fazendeiro e o queijo de domingo com o empregado (KRONE, 2009, AMBROSINI, 2007).

> No entanto, se a ordenha era uma etapa importante no processo de trabalho e no amansamento do gado, a comercialização do leite na forma *in natura* era inviável, já que no período de que estamos tratando, as grandes distâncias que separavam as fazendas dos centros consumidores e a alta perecibilidade do leite, aliados à falta de uma estrutura para armazenamento do produto, impediam sua comercialização *in natura.* Daí sua transformação em queijo ter viabilizado a comercialização do produto (KRONE, 2009, p. 37).

O tropeirismo teve um importante papel na comercialização do Queijo Serrano. As mulas possibilitaram o comércio entre os Campos de Cima da Serra com outros municípios gaúchos e região de Santa Catarina, como pode ser verificado em documento datado de 1831 – antes mesmo da Revolução Farroupilha – no qual era solicitado melhorias no caminho dos tropeiros para transportar o queijo.

> É desta forma que dos Campos de Cima da Serra partiam tropas de mulas arreadas carregadas especialmente com charque, pinhão e queijo, que desciam a serra em direção a Santa Catarina ou a Caxias do Sul, para trocar estes produtos por mantimentos que não haviam na região. O sistema, que à época funcionava por meio de escambo, permitia que os tropeiros trouxessem, ao retornar, produtos como sal, açúcar amarelo, farinha de mandioca, arroz, entre outros alimentos (KRONE, 2009, p. 40).

A receita do Queijo Serrano é uma tradição nas famílias dos Campos de Cima da Serra, que veio juntamente com os primeiros portugueses a habitar a região. Em visita aos produtores de Queijo Serrano, foi possível identificar que eles aprenderam a fazer o Queijo Serrano com seus pais, que aprenderam com seus avós e assim por conseguinte, e se não foi dessa maneira, foi ao ter casado com algum produtor de queijo.

A receita do Queijo Serrano trazida pelos primeiros portugueses que habitaram a região e que foi passado de geração em geração, é uma tradição nas famílias dos Campos de Cima da Serra do Rio Grande do Sul e na região Serrana de Santa Catarina, abrangendo um total de 29 municípios. Com as novas regras da

Vigilância Sanitária, as queijarias estão se adaptando a mudanças nos equipamentos utilizados, para que possam continuar comercializando o produto.

Na Figura 2 – visita realizada em abril de 2017 – apresenta-se uma queijaria que ainda produz o queijo utilizando-se de utensílios de madeira, totalmente artesanal e com muito cuidado de higiene. No entanto, em função da madeira ser porosa e de difícil desinfecção foi proibida nas queijarias e estabelecimentos alimentares, sendo permitida sua utilização somente nas prateleiras de cura dos queijos.

Figura 2 – Produção artesanal com utensílios de madeira
Picture 2 - Handmade production with wooden utensils
Fonte: Acervo dos autores (2017).

O leite utilizado na produção do queijo é produzido por vacas alimentadas nos campos nativos, ordenhadas diariamente pela manhã, o que resulta no bom cuidado com os terneiros, e na baixa produção, que é concentrada na primavera e no verão. Hoje em dia, uma parte dos produtores de Queijo Serrano tem realizado o cruzamento com raças leiteiras (Jersey e Holandesa), diversificando a alimentação, o que permite um aumento na produção e a extinção da sazonalidade (VELHO, et al. 2011).

Os únicos ingredientes do Queijo Serrano são o leite cru, o coalho e o sal (cloreto de sódio), não sendo permitida a adição de nenhum ingrediente. Dentre as definições do queijo, ele se caracteriza por ser um queijo semi-gordo, apresentando de 25% a 44% de gordura nos sólidos totais variáveis.

A sua consistência é elástica e untuosa, levemente amanteigada, de textura compacta e macia e sua cor é amarelada. Sua crosta é média e lisa. O sabor é característico, podendo variar conforme o grau de maturação (Figura 3), salga e umidade, mas prevalece o ácido, picante e o salgado.

Figura 3 – Processo de maturação do Queijo Serrano de produtor de Bom Jesus-RS certificado
Picture 3 - Process of maturation of Serrano Cheese from Bom Jesus-RS producer certified
Fonte: Acervo dos autores (2017).

Antigamente se produziam em fôrmas grandes e redondas, com peso superior aos 5 quilos, maturado por mais de três meses e sua venda era realizada de duas a três vezes no ano. Hoje, sua forma e peso variam de acordo com o fabricante, e devido à exigência dos consumidores passaram a serem produzidos queijos menores e durante todo o ano.

Considerações Finais

Dentre os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável criados pelos 193 estados-membros da ONU (2015) estão o de promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos. Esta pesquisa busca apresentar o Queijo Serrano como um produto inserido na Economia Criativa e turismo sustentável, promovendo a cultura e a gastronomia da região dos Campos de Cima da Serra.

A produção de Queijo Serrano possibilita o crescimento econômico não apenas dos seus produtores como também dos agentes envolvidos no processo de transformação da matéria-prima em produto final. Isso também inclui a geração de emprego e distribuição de valores aos envolvidos na cadeia de produção, seja de forma direta ou indireta.

No turismo sustentável o meio ambiente, a comunidade, e a cultura local, se desenvolvem em harmonia, e todos passam a ser beneficiários do turismo, passando a serem também agentes formadores do desenvolvimento da localidade. A autorização da produção de Queijo Serrano significará uma preservação cultural, do ambiente e da região, contribuindo também para atividades secundárias que podem desenvolver todo o território, como o turismo rural e o artesanato.

O turismo pode ser um importante aliado na geração de emprego e renda, principalmente quando aliado ao planejamento e execução de princípios fundamentados na sustentabilidade, promovendo e propiciando a comunidade produtora do Queijo Serrano a preservação da sua identidade local e cultura.

Referências

BEM, Judite Sanson; GIACOMINI, Nelci Richter; WAISMANN, Moisés. Análise da cadeia da indústria criativa na geração de empregos no COREDE Vale do Rio dos Sinos, nos anos 2000 e 2010. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 125-148, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural:** orientações básicas. 3ª edição. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Economia Criativa. **Relatório da Economia Criativa 2010**: Economia Criativa uma opção de desenvolvimento. São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2012a.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria da Economia Criativa. **Plano da Secretaria da Economia Criativa:** políticas, diretrizes e ações, 2011–2014. Brasília, DF: Ministério da Cultura, 2012b.

DE MARCHI, Leonardo. Analysis of the Secretariat of the Creative Economy Plan and the transformations in the relation of State and culture in Brazil. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, vol. 37, nº 01, p. 193-215. 2014.

DIAS, Marina Cândido. **Inovação, Cultura e sustentabilidade: um estudo sobre a Economia Criativa.** 2014. 161f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Economia. Vitória, 2014.

DUISENBERG, E.S. A Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável?. In: REIS, A.C. F.(Org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento:** uma visão dos países em desenvolvimento. São Paulo: Itaú Cultural, 2008. P. 52-73.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª edição. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

LIMA, Selma Maria Santiago. **Pólos criativos**: um estudo sobre os pequenos territórios criativos brasileiros. Brasília: Ministério da Cultura, 2011/2012.

KRONE, Evander Eloí. **Identidade e cultura nos Campos de Cima da Serra (RS): práticas, saberes e modos de vida de pecuaristas familiares produtores do Queijo Serrano.** 2009. 147f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GÂNDARA, José Manoel Gonçalves. Reflexões sobre o turismo gastronômico na perspectiva da sociedade dos sonhos. In: NETTO, Alexandre Panosso, ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Segmentação do mercado turístico:** estudos, produtos e perspectivas. Barueri, SP: Manole, 2009. P. 179-194

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guía para administraciones locales:** desarrollo turístico sostenible. Madrid, Espanha: OMT, 1999. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/41214476/Desarrollo-Turistico-Sostenible>. Acesso em 15 de setembro de 2016.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), agenda para 2030. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

PAULA, Tauana M. de, MECCA, Marlei S., GASTAL, Susana de A. Interfaces entre as características da Economia Criativa brasileira e a produção do souvenir gastronômico. In: Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), XII., 2015, Caxias do Sul, RS. **Anais...** Caxias do Sul: ANPTUR, 2015.

PAULA, Tauana M. de, STEIN, Gabriella V., MECCA, Marlei S. Ciclo de Vida das Destinações Turísticas: Vila Flores, RS: 'Terra da Fé, Pão e Vinho'. **Rosa dos Ventos**, vol. 08, nº 01, p. 01-13. 2016.

REIS, A.C.F. (Org.). **Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento.** São Paulo. Itaú Cultural, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas: análise de um conceito em formação e da pertinência de sua aplicação à cidade de São Paulo.** 2011. 312f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2011.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para educação, a ciência e a cultura. PNUD - Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Creative economy report:** widening local development pathways, special edition. Paris, França, 2013.

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Global Report on Food Tourism.** Madrid, Espanha: UNWTO, 2012.

UNWTO - WORLD TOURISM ORGANIZATION. **2017 International Year of Sustainable Tourism for Development. Disponível em: <**http://www2.unwto.org/tourism4development2017>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

VELHO, Juruema Batista et al. **Queijo artesanal Serrano:** "uma receita passada de geração para geração". Porto Alegre: EMATER/RS – ASCAR, 2011.

Elisa Costa Maffessoni: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: ecmaffessoni@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8079907929066918

Charlie Tecchio Colonetti: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: ctcolonetti@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9371088527026848

Marlei Salete Mecca; Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: msmecca@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7671104429839034

COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE A VISITAÇÃO E OS ASPECTOS URBANO-ARQUITETÔNICOS: CASO DOS MUSEUS DE CAXIAS DO SUL (RS)

Understanding the relation between visitation and the urban-architectural aspects: Case of the Museums of Caxias do Sul (RS, Brazil)

Jacqueline Maria Corá, Bruna Tronca, Érica Rodrigues, Carolina A. de Figueiro, Pedro de Alcântara Bittencourt César

Resumo: Os museus históricos têm importância fundamental na preservação de culturas diversas. Neles, objetos, imagens e textos atuam como memória e conhecimento para inúmeras gerações. Este estudo tem como objetivo investigar a existência de relações entre os aspectos urbano-arquitetônicos e a demanda de visitação museológica de Caxias do Sul (RS). Foram analisados os seis museus administrados pela Prefeitura, sendo eles: o Memorial Atelier Zambelli, o Museu de Ambiência Casa de Pedra, o Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp, o Museu dos Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial, o Museu Municipal e o Museu do Imigrante. Inicialmente, fez-se o uso das fichas de visitação desses equipamentos culturais, cedidas pela Secretaria Municipal da Cultura, que ainda não estão publicadas, e realizaram-se pesquisas de campo. Para tanto, considerou-se ainda aspectos como: a presença da imaginabilidade, a aproximação da área central, o fácil acesso, a existência de estacionamento e de placas informativas. Assim, espera-se contribuir para o entendimento, mesmo que preliminar, das demandas dos equipamentos culturais analisados.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Caxias do Sul; Demanda de visitação de Museus.

Abstract: Historical museums are of fundamental importance in preserving the culture of a population. Inside them, objects, images and texts serve as memories and knowledge for countless generations. This study aims to investigate the existence of a relationship between urban-architectural aspects and the demand for museum visitation in Caxias do Sul (RS). The six museums administered by the City Hall were analyzed: the Atelier Zambelli Memorial, the Casa de Pedra Ambience Museum, the Grape and Wine Primo Slomp Museum, the Museum of the Brazilian Expeditionary Force's Ex-Combatants in World War II, the Municipal Museum and the Immigrant Museum. Initially, the visitation sheets of these cultural facilities provided by the Municipal Department of Culture were used, which have not yet been published, and field surveys have been carried out. Spreadsheets and graphs were made in Excel to establish such relations. To do so, we also considered aspects such as the presence of imaginability, the approach of the central area, the easy access, and the existence of parking and information boards. Thus, it is hoped to contribute to the understanding, even if preliminary, of the demands of these cultural equipment analyzed.

Keywords: Cultural Tourism; Caxias do Sul; Demand for Museum Visit.

Introdução

Na modernidade, as relações entre monumento, patrimônio, cultura e muitas vezes memória relacionam-se elaborando histórias e definindo identidades e ideologias diversas. Nos museus, mesmo que distante dos valores da indústria cultural, e visto por muitos como depositórios de objetos de grupos específicos, guardam-se fortes referências de um determinado grupo. Sua formulação como objeto que rompe com lógicas urbano-arquitetônicas de uma cidade não está isenta.

É importante ressaltar que embora o museu não represente mais um valor entre outro edificado no cenário urbano, remetendo a uma dialética especial por sua arquitetura, neste artigo não se irá aprofundar a relação físico-territorial do museu como representação específica como objeto urbano-arquitetônica. “O museu, que recebe o seu nome quase na mesma altura que o monumento histórico, institucionaliza a conservação material das pinturas, das esculturas e dos objetos de arte antigos e prepara a via da conservação dos monumentos da arquitetura” (CHOAY, 2000, p.55). A este edifício, tem-se um valor simbólico representacional que sobrepõe a sua condição de funcionalidade como espaço de pesquisa.

A origem dos museus, na sua acepção atual, percorre séculos desde que eram elaboradas coleções de curiosidades em gabinetes no período medieval na Europa. No ano de 1471 inicia a primeira abertura, com as coleções pontifícias do Capitólio em Roma (CHOAY, 2000, p.44). No seu início, seu principal objetivo não estava associado à ideia de visitação, mas sim de “gabinete de trabalho, lugar consagrado aos estudos científicos, literários ou artísticos” (CHOAY, 2000, p.76).

A ideia de museus ganha novos contornos ao longo do tempo. No Quatrocento, no final da Idade Média, foram

> [...] criados os primeiros museus de arte, conservatórios oficiais de pintura, escultura, desenho, gravura, destinados ao usufruto público [...]. [Destaca-se a] vontade dominante de ‘democratizar’ o saber e de tornar acessível a todos pela substituição das descrições e recolhas de antiguidades por objetos reais (CHOAY, 2000, p.72).

No ano de 1852 tem-se o primeiro museu temático que se tem notícia, o atual Victoria and Albert Museum, de Londres, fundado como Museum of Manufacture, com apelo industrial. Duas décadas depois, surgem o Museu de História Natural, na mesma cidade, e em Estocolmo o de cultura popular (etnográfico). Estes museus são chamados de monográficos e são dedicados a temas como arqueologia, antropologia, arquitetura entre outras.

O acervo museológico percorre um longo percurso. Da coleção de riquezas, vezes associado à pilhagem dos vencedores e a definição de poder social e econômico. No Renascimento, inicia-se a ideia de visitação, quando François I abre as portas de um prédio público em Florença (FISCHMANN, 2003, p.16). Embora sempre estando associado ao objeto museológico como o programa e acervo presente. Acerca da comunhão entre museus e indústria cultural sabe-se que “o consumo de bens imateriais corre em paralelo com o consumo de bens materiais [...], mas também ao consumo de objetos simbólicos, representados pela arte, ciência, história e viagem” (BREIER, 2005, p.21).

Essa concepção não deixa o museu isolado, mas como parte de uma morfologia urbana social. Sua identificação preza ao reconhecimento da estrutura urbana e arquitetônica da cidade, deixado como legado para o uso e apropriação cultural. “Não é de se admirar que a arquitetura frequentemente ganhe a maior parte das atenções, pois não é incomum o prédio, ao invés do acerco, ser a atração principal, [...] em que muitas pessoas vão ao museu admirar principalmente a sua arquitetura e não as obras nele expostas” (BREIER, 2005, p.23). Assim, o museu passa a ser definido por sua abordagem como objeto arquitetônico. Nele o acervo contrapõe as possibilidades do edificado como referência de visitação. O antigo torna-se monumental como o prédio do Louvre ou Versalhes, das possibilidades de abrigar a realiza a obras de artes diversas, mas também o Guggenheim, de Frank Lloyd Wright ao de Frank Gehry.

Com isso, pode-se ressaltar que os museus têm relevância fundamental na preservação da cultura de diversos povos. Neles, destacam-se objetos e imagens históricas que atuam como registros e representações de valores e memória, perpassando o conhecimento para inúmeras gerações. Dessa maneira, como objetivo desta pesquisa, espera-se apresentar indicadores para contribuir acerca do entendimento, mesmo que preliminar, da relação entre as demandas de visitação desses atrativos turísticos culturais e aspectos urbano-arquitetônicos identificados, analisada a partir de um recorte na cidade de Caxias do Sul (RS).

Metodologia

Nesta pesquisa, a área de estudo localiza-se em Caxias do Sul. O município localizado na região nordeste do Rio Grande do Sul é considerado um dos principais polos industriais do Brasil, com um PIB de R$22.376.338,30 (mil) e uma população estimada em 479.236 habitantes (IBGE, 2010). Tais indicadores lhe conferem o *status* de segunda cidade do Estado em termos de importância econômica e população. Destaca-se como um dos principais marcos da colonização fundamentalmente italiana na região, que se deu a partir de 1875. A localidade pode ser vista como resultado de política migratória do governo imperial brasileiro, cujo objetivo era implantar “um novo modelo de colonização, por meio do trabalho livre, do regime da pequena propriedade, da utilização mão de obra branca e familiar” (MACHADO, 2001, p.37).

Um dos legados é o hábito da comemoração pelos feitos tantos religiosos, com as inúmeras festas aos Santos padroeiros e, também, ao resultado do trabalho, na época, à agricultura, à uva e ao vinho (RIBEIRO, 2002). Foi assim que o município criou, ainda em 1932, a Festa da Uva, tradicional evento, de caráter nacional, que celebra a história, a cultura e produção agroindustrial da região.

A relação entre a festa e os museus municipais é muito forte (Figura 1). Em 1974, em congruência às comemorações do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul e à realização da Festa da Uva (que aconteceriam no ano seguinte) surgiram manifestações culturais para resgate e preservação da memória e tradição italiana local. A partir da iniciativa popular, com apoio da Prefeitura Municipal, impulsionou-se a expansão do Museu Municipal e a criação de outros como o Monumento Nacional ao Imigrante e a Casa de Pedra (RIBEIRO, 2002).

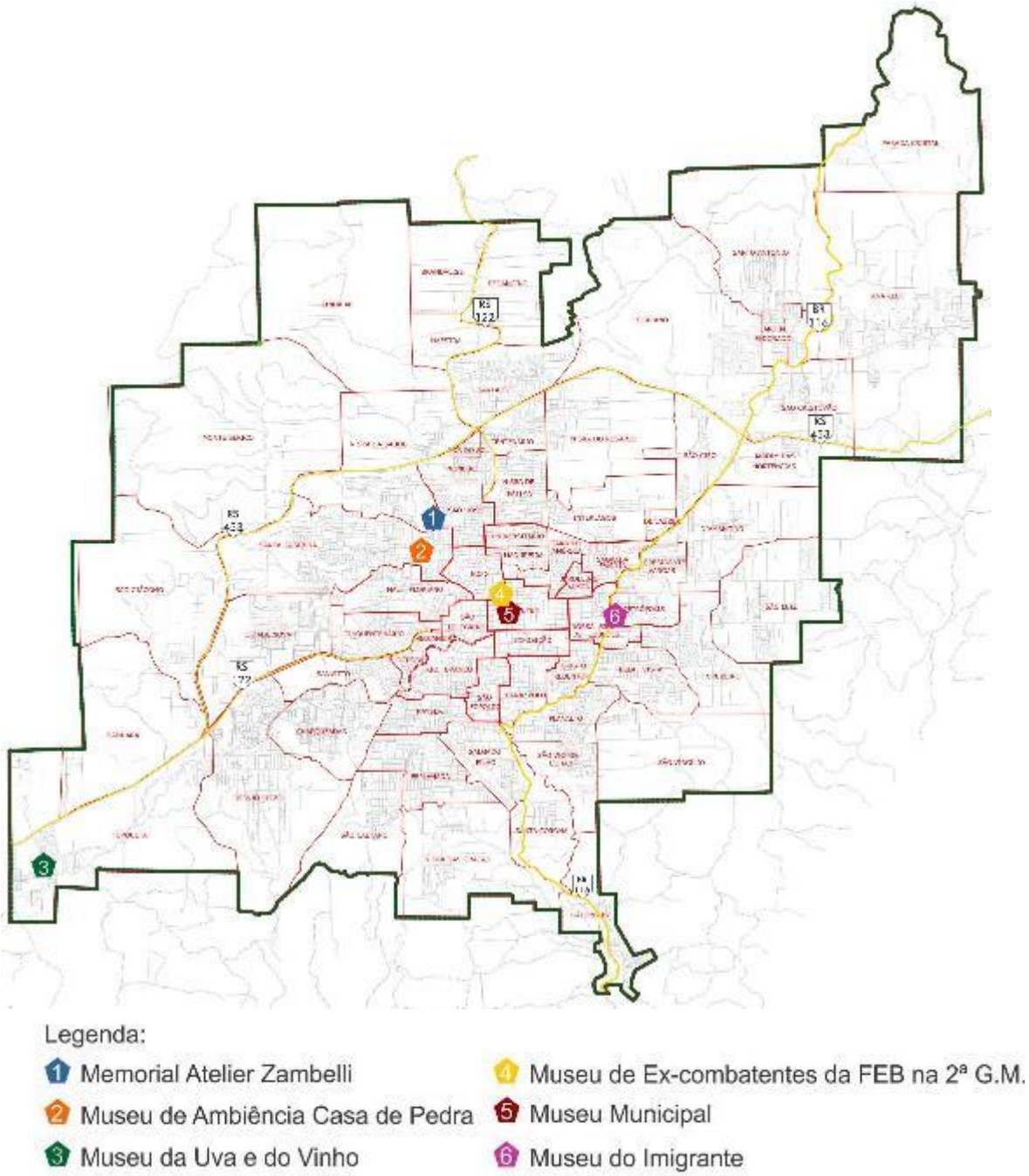

Figura 1 – Área urbana de Caxias do Sul (RS) e localização dos museus municipais
Figure 1 – Urban area of Caxias do Sul (RS) and location of municipal museums
Fonte: Adaptado de Caxias do Sul, 2010.
Source: Adapted from Caxias do Sul, 2010.

Atualmente Caxias do Sul possui 17 museus[3] listados no Cadastro Nacional de Museus do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (BRASIL, 2011). Seis deles são, atualmente, administrados pela Prefeitura Municipal: o Museu Municipal de Caxias do Sul, o Museu da Casa de Pedra, o Memorial Atelier Zambelli, o Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp, o Museu dos Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na II Guerra Mundial, e o Monumento Nacional ao Imigrante (CAXIAS DO SUL, 2017). Tais equipamentos culturais, que são objetos deste estudo, estão localizados no perímetro urbano. Esses estão ligados à Secretaria Municipal de Cultura de Caxias do Sul e estão diretamente relacionados, já que a administração de todos acontece no Museu Municipal.

Neste estudo se propõe investigar a existência de relações entre os aspectos urbano-arquitetônicos e a demanda de visitação nos museus selecionados de Caxias do Sul (RS). Portanto, optou-se, inicialmente, pela realização de uma pesquisa descritiva, a qual permite avaliar as relações entre variáveis, que manifestam de forma espontânea nas condições existentes, sem manipulá-las (KÖCHE, 2010, p.124). O objeto de estudo ficou delimitado à temática do turismo cultural urbano, especificamente sobre os seis museus administrados pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul-RS já destacados.

Nesse sentido, buscou-se identificar a tipologia dos seis museus municipais selecionados para o estudo, de acordo com o guia do IBRAM e Ministério da Cultura (BRASIL, 2011), e apresentados no Quadro 1, a seguir. Constata-se que predominam os tipos antropologia/etnografia e o histórico.

Quadro 1 - Tipologia dos Museus de Caxias do Sul

	Antropologia e etnografia	**História**	**Imagem e som**	**Arqueologia**	**Artes visuais**
Museu Municipal	■	■		■	
Museu da Uva e do Vinho	■				
Museu dos Ex-Combatentes da FEB		■	■		■
Museu de Ambiência Casa de Pedra	■	■			
Monumento ao Imigrante	Não consta no guia				
Atelier Zambelli	Não consta no guia				

Fonte: Adaptado de Brasil, 2011.
Source: Adapted from Brasil, 2011.

[3] Instituto Bruno Segalla, Memorial Atelier Zambelli, Monumento Nacional ao Imigrante, Museu de Ambiência Casa de Pedra, Museu Casa Zinani, Museu de Ciências Naturais – UCS, Museu dos Capuchinhos do Rio Grande do Sul, Museu dos Ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira da Região Nordeste do Rio Grande do Sul na II Guerra Mundial, Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp, Museu Municipal de Caxias do Sul, Museu São Brás, Centro de Memória Regional do Judiciário, Instituto Memória Histórica e Cultural, Acervo Municipal de Artes Plásticas, Memorial da Cantina Antunes, Memorial Gazola, Centro de Memória e História de Santa Lúcia do Piaí. Disponível em: <http://sistemas.museus.gov.br> Acesso em: 15 de Maio, 2017.

Na primeira etapa do estudo utilizou-se como procedimento metodológico a observação direta que possibilitou a descrição e a análise das estruturas situadas no entorno dos equipamentos selecionados. Dessa maneira, visa-se verificar se a visitação aos referidos museus poderia estar associada a essas estruturas, beneficiando-a ou servindo como barreira a sua apropriação (GIL, 2008). Para estabelecer tal relação, observaram-se os seguintes elementos: a aproximação de cada museu com a área central da cidade, a facilidade de acesso ao museu, a existência de estacionamento no local ou próximo a ele e a existência de placas informativas. Além disso, considerou-se o conceito de imaginabilidade, defendido por Lynch (1997) em seu livro sobre a Imagem da Cidade. Para o autor, a imagem da cidade é uma combinação de todos os sentidos, e a paisagem urbana é um produto de muitos construtores que, nunca deixam de modificar sua estrutura. A imaginabilidade é entendida como:

> Qualidade de um objeto físico que lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte em um dado observador. É essa forma, cor, disposição, que facilita a produção de imagens mentais vivamente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente úteis no meio ambiente (LYNCH, 1997, p.20).

Na segunda etapa do estudo, fez-se o uso das fichas de visitação cedidas pela Secretaria Municipal da Cultura, levantadas *in loco,* diariamente, por funcionários, e que ainda não foram publicadas. A partir delas foram confeccionados planilhas e gráficos no Excel. Dessa maneira, adotou-se como procedimento a pesquisa documental, através da observação de documentos dessas fontes primárias, que segundo Marconi e Lakatos (2007, p.43):

> Englobam todos os materiais, ainda não elaborados, escritos ou não, que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica. Podem ser encontrados em arquivos públicos ou particulares, assim como em fontes estatísticas compiladas por órgãos oficiais e particulares.

Para este estudo, optou-se, por fim, realizar um cruzamento desses dados levantados entre as fichas de visitação e a observação direta em cada local. Considerou-se a análise das estruturas do entorno dos equipamentos selecionados, realizada através de pesquisas de campo, visando verificar se a visitação pode ser associada com tais estruturas, beneficiando-a ou servindo como uma barreira a sua apropriação.

Resultados e Discussão

Dos seis museus administrados pela Prefeitura Municipal, cinco apresentam uma temática histórica relacionada à imigração italiana e às tradições dos primeiros colonizadores da cidade. Contrapõe a esses, o museu que retrata a história dos Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira, que lutaram na II Guerra Mundial. Esses equipamentos recebem visitantes provindos principalmente da cidade e da região, sendo uma parte composta por alunos – em sua maioria do ensino

fundamental - que participam de excursões realizadas pelas escolas para a visitação dos pontos turísticos e culturais da localidade.

Quanto à localização, dois museus encontram-se na área central de Caxias do Sul: o Museu Municipal e o Museu dos Ex-Combatentes da FEB na II Guerra Mundial. O Museu do Imigrante situa-se à margem da rodovia BR-116, uma das principais vias de acesso à cidade. O Museu de Ambiência Casa de Pedra e o Atelier Zambelli possuem fácil acesso através da Avenida Rubem Bento Alves (Perimetral Norte); e o Museu da Uva e do Vinho encontra-se mais distante da área central, localizado no bairro Forqueta.

Os dados das fichas de visitação da Secretaria Municipal de Cultura, levantados durante o ano de 2015 nos seis museus administrados pela Prefeitura, foram compilados, como mostra gráfico a seguir (figura 2). Nele, nota-se uma maior abrangência de visitações nos meses de janeiro, julho e novembro, fato que pode ser associado a épocas de férias escolares. O Museu de Ambiência Casa de Pedra liderou o levantamento, tendo recebido mais de 18 mil visitantes no ano. Percebe-se, por outro lado, que o Museu da Uva e do Vinho e o Museu da FEB receberam os menores números de visitantes durante o mesmo período (menos de três mil visitas cada). A análise do panorama de cada museu permite verificar quais aspectos podem influenciar nesta vasta diferença de apropriação desses atrativos.

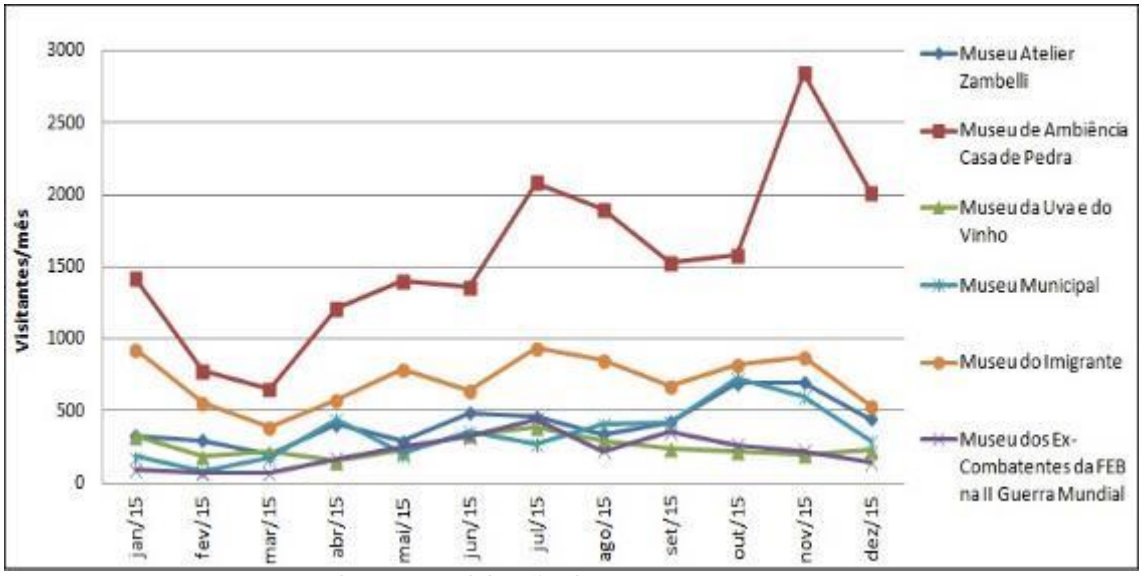

Figura 2 – Visitação dos museus em 2015
Figure 2 – Museum visitation in 2015
Fonte: Adaptado pelos Autores
Source: Adapted by the Authors

O fato de o Museu da Casa de Pedra ter sido o mais visitado em 2015 pode ser relacionado à sua localização. Apesar de não estar em uma área central, possui facilidade de deslocamento e orientação pela proximidade com vias arterial (Perimetral Norte Rubem Bento Alves) e coletora (Rua Matteo Gianella) e sinalização turística indicativa, com placas em diversos pontos da cidade. Outro fator determinante é seu acesso por uma via local (Rua Professor Marcos Martini), e a existência de um estacionamento próximo, que possibilita às excursões e aos visitantes, acesso fácil e seguro.

Além disso, pode ser compreendido com maior facilidade como um equipamento público de cultura pelos visitantes, por estar abrigado, literalmente, em uma casa de pedra, característica que o distingue dos demais. A residência foi construída originalmente no final do século XIX, passando a funcionar em 1975 como museu de ambiência (MEZZALIRA, 2008). Seu interior é composto por objetos usados pelos primeiros moradores, com o intuito de reproduzir fielmente o ambiente original.

Esse museu é reconhecido pelos habitantes de Caxias do Sul e região e pode ser considerado de forte imaginabilidade, ou seja, cujas qualidades físicas permitem ao usuário definir sua identidade e orientação através da imagem mental (LYNCH, 1997). Isso ocorre já que está locado em um terreno de fácil acesso físico e visual, e possui características arquitetônicas que o diferenciam do seu entorno. Além disso, ele não possui uma grande divisão física como uma cerca ou portões fechados, apenas um muro de pedra baixo, o que provavelmente possibilita e estimula o visitante a adentrar ao museu. A capacidade de receber os visitantes, em relação à sua dimensão (figura 3) parece atender à demanda, porém, por possuir escada para o acesso ao segundo pavimento e desníveis entre os cômodos, impossibilita pessoas com limitações físicas a percorrerem-no de maneira fácil.

Figura 3 - Localização do Museu de Ambiência Casa de Pedra
Figure 3 – Location of the Casa de Pedra Ambience Museum
Fonte: Autores. Source: Authors

O segundo museu mais visitado foi o do Imigrante. Sobre ele, exibe-se um grande monumento esculpido em bronze, que retrata uma família imigrante avistando a nova morada. Em sua base, encontra-se um memorial fotográfico e textual aberto a visitação. É considerado um marco pelo fato de se destacar na paisagem, como um ponto de referência e orientar o observador devido à sua altura e monumentalidade (LYNCH, 1997).

O Museu do Imigrante está inserido às margens da rodovia BR 116, rodovia que liga Caxias do Sul a outros pontos do estado, e também próximo ao campus

central da Universidade de Caxias do Sul (UCS), importante equipamento regional. O acesso dos visitantes é possibilitado por muitas opções de linhas de ônibus e o atrativo ainda possui um estacionamento ao lado, para quem se desloca de automóvel ou por meio de excursões. Sua área, como pode ser observada na figura 4, é relativamente pequena em comparação aos outros museus selecionados, porém possui um fluxo elevado de visitantes em relação aos demais.

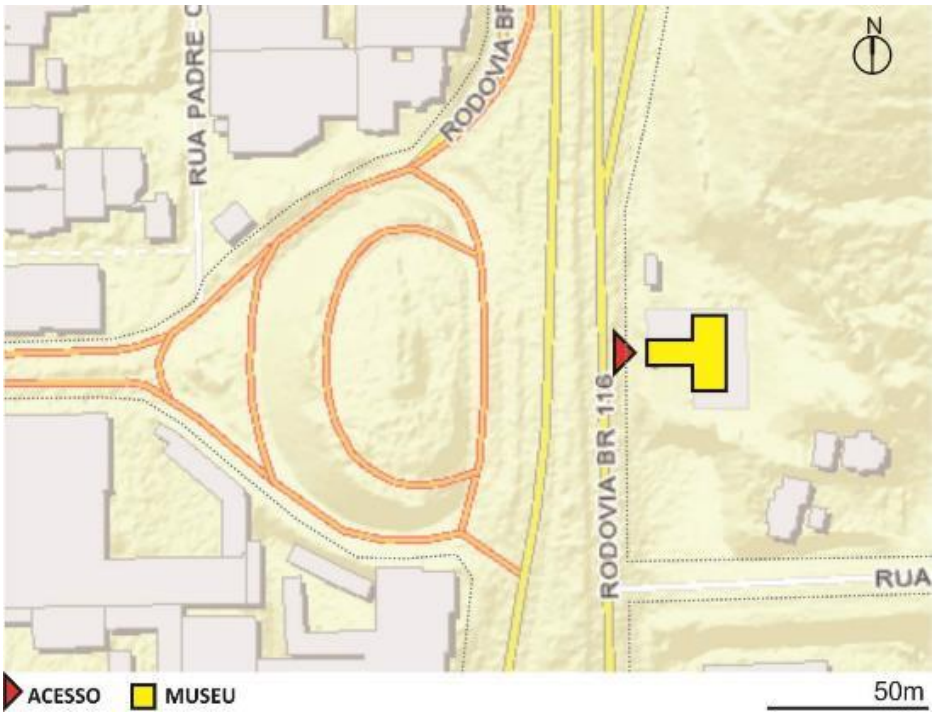

Figura 4 – Localização do Memorial do Imigrante
Figure 4 – Location of the Immigrant Memorial
Fonte: Autores. Source: Authors

O Atelier Zambelli foi o terceiro museu com maior fluxo de visitação. Sua localização serve como justificativa para seu público, pois está inserido abaixo do Monumento Jesus Cristo do Terceiro Milênio, situado nos Pavilhões da Festa da Uva. Este é um importante espaço cultural onde acontece a Festa Nacional da Uva, que celebra a produção e as tradições dos imigrantes que chegaram a Caxias e região, além de muitos outros programas culturais, como feiras, shows e exposições. Sua estrutura serve como uma espécie de parque, que aos finais de semana e fins de tarde é usufruído pela população para realização de atividades ao ar livre.

Assim como se identifica no Museu do Imigrante, por suas características arquitetônicas, o Memorial Atelier Zambelli encontra-se em um local de destaque que se constitui como marco tanto em função do monumento que o cobre quanto pelos Pavilhões como referência local. Dessa maneira, agregam-se a ele os conceitos de legibilidade, imaginabilidade, estrutura e identidade (LYNCH, 1997) que esses marcos reforçam.

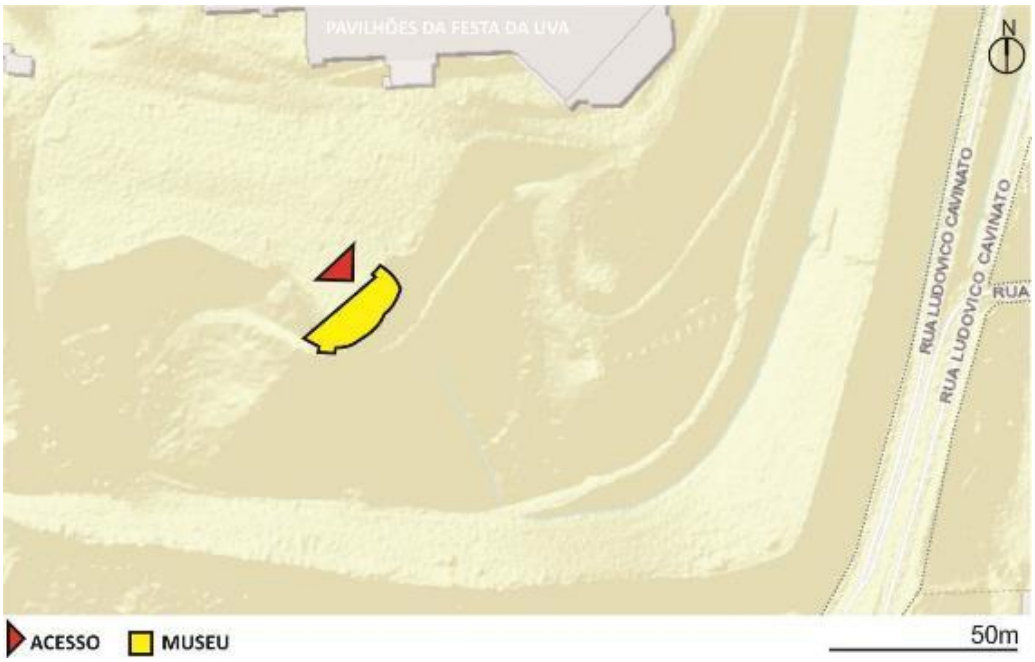

Figura 5 - Localização do Atelier Zambelli
Figure 5 – Location of the Atelier Zambelli
Fonte: Autores. Source: Authors

O Museu Municipal foi o quarto mais visitado entre os atrativos selecionados. Pode-se considerar pouco em relação ao seu acervo e sua localidade: o centro da cidade, além de ser bem servido pela malha de serviços de transporte urbano, tornando-se de fácil acesso. O número de visitações deve-se, principalmente, às excursões escolares.

Apesar da localização central, em seu limite arquitetônico, o museu permanece de portões e porta fechados, e ainda sem placas indicando horários de funcionamento. Essa situação pode afastar o público, segundo o conceito de imaginabilidade (LYNCH, 1997), aplicado não a uma escala urbana, mas à escala da edificação, em que pela falta de acesso visível e de legibilidade, o pedestre se mostraria menos impulsionado a usufruir de tal equipamento cultural.

Outro fator que pode ser determinante ao baixo número de visitantes é a falta de estacionamento próprio. Uma vez que está situado na área central da cidade, em uma via de grande fluxo de veículos, é difícil encontrar vagas disponíveis para estacionar nas ruas próximas. O museu dispõe apenas de área de embarque e desembarque.

Apesar de apresentar um significativo valor histórico e cultural em sua edificação e seu acervo, não foram observadas outras relações de aspectos urbano-arquitetônicos que pudessem confrontar com o número de visitações que, por sua vez, pela sua capacidade de carga e a grande área de exposição, poderia ser muito maior.

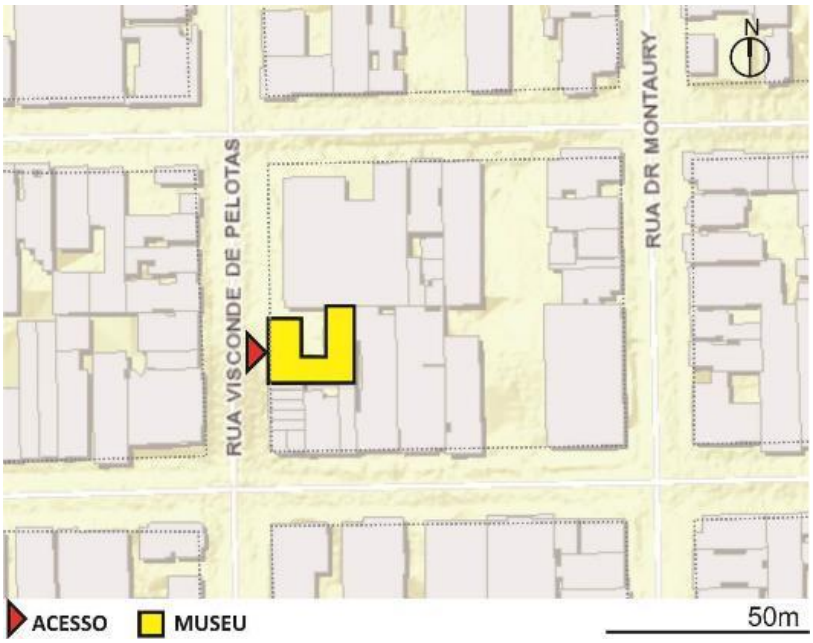

Figura 6 – Localização do Museu Municipal de Caxias do Sul
Figure 6 - Location of the Municipal Museum of Caxias do Sul
Fonte: Autores. Source: Authors

Entre todos analisados, o Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp é o segundo menos visitado. Pode-se relacionar a este fato, sua localização no bairro Forqueta e consequente distância em relação ao centro da cidade. Não foram encontradas outras justificativas para o baixo público, pois são percebidas questões como legibilidade e identidade (LYNCH, 1997), além de se distinguir das edificações do entorno, existir placas informativas, estacionamento, e a edificação possuir área com capacidade de comportar inúmeros visitantes ao mesmo tempo (figura 7).

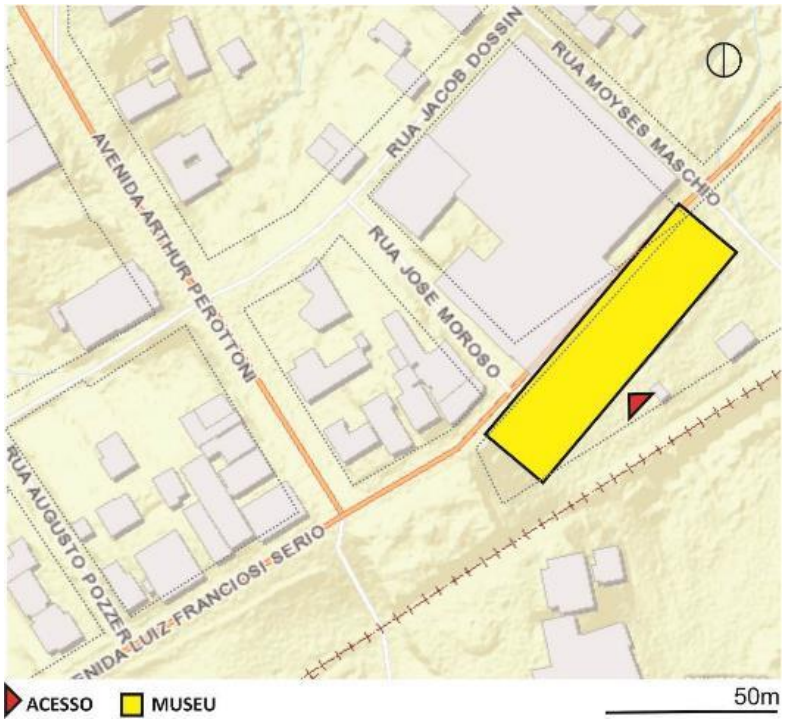

Figura 7 – Localização do Museu da Uva e do Vinho Primo Slomp
Figure 7 – Location of Museum da Uva e do Vinho Primo Slomp
Fonte: Autores. Source: Authors

O museu com menos público dentre os analisados foi o da FEB. A possível justificativa encontrada, sob seus aspectos urbano-arquitetônicos remete à edificação não possuir valor histórico; a estar situado em uma via de grande movimento (Rua Visconde de Pelotas), que possui sentido único de tráfego; e, ainda, a não possuir estacionamento nem área para embarque e desembarque. Reforça-se que este é o único dentre os seis museus analisados cuja temática histórica não remete à imigração italiana. Sua edificação é uma casa pequena, antiga sede dos ex-combatentes, cuja porta e portão de acesso são mantidos fechados. Nesse caso, observa-se a mesma justificativa para o baixo público dada ao Museu Municipal.

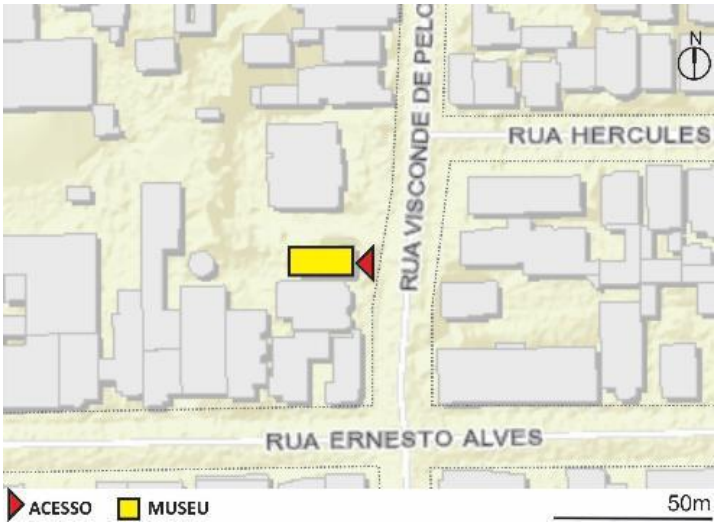

Figura 8 – Localização do Museu da FEB
Figure 8 – Location of FEB's Museum
Fonte: Autores
Source: Authors

Analisando o perfil dos visitantes e a variação do número de visitas em relação a cada museu, percebe-se a influência da existência de fatores como imaginabilidade, localização central e infraestrutura, quando em conjunto, determinam um maior número de visitantes, como pode ser observado na Tabela 1.

Tabela 1 – Aspectos urbano-arquitetônicos dos museus selecionados

Museu	Visitantes em 2015	Imaginabilidade	Fácil Acesso	Localização Central	Estacionamento	Placas Informativas
Casa de Pedra	18.795	X	X	X	X	X
Museu do Imigrante	8.588	X	X	X	X	X
Atelier Zambelli	5.054			X	X	
Museu Municipal	4.158	X		X		
Museu da Uva e do Vinho	2.996	X			X	X
Museu da FEB	2.641			X		

Fonte: Autores
Source: Authors

Considerações finais

Ao analisar algumas das relações urbano-arquitetônicas presentes no entorno dos museus administrados pela Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, surgem indicadores que podem avaliar as potencialidades e fragilidades desses locais, enquanto atrativos turísticos. O entendimento, mesmo que preliminar, dessa relação com os números de visitação cedidos pela Secretaria de Cultura do município, recolhidos no ano de 2015 e ainda não publicados, representa a possibilidade de visitação museológica na localidade.

A localização dos museus em área central, de fácil acesso, a percepção da imaginabilidade no local, a disponibilidade de estacionamento e de placas informativas parecem ser fatores que contribuem diretamente na demanda dos museus. Excetua-se o caso do Museu da FEB que, apesar da localização central, possui um baixo número de visitantes com relação à análise dos museus municipais desde sua temática, até à falta de imaginabilidade por seu acesso restrito e as características da edificação. Destaca-se que, no caso dos museus analisados, não se percebe a evidência da edificação que abriga o atrativo enquanto obra arquitetônica de referência de visitação.

Apesar da constatação que os aspectos urbano-arquitetônicos analisados interferem nas visitações desses equipamentos, ainda é necessário considerar que a falta de políticas públicas é outro fator determinante para os números apresentados. Portanto, reconhecer a dimensão cultural de uma localidade pode ser um ponto norteador para a adoção de políticas relacionadas a ela. Espera-se que esses resultados contribuam para apresentar indicadores (potencialidades e fragilidades) acerca do entendimento, mesmo que preliminar, da possibilidade de visitação museológica na localidade de Caxias do Sul.

Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus. **Museus em números.** Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

BREIER, Ana Cláudia Böer. Museus infantis: uma questão contemporânea. **Dissertação** (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2005.

CAXIAS DO SUL. Secretaria da Cultura. 2017. Disponível em: <https://www.caxias.rs.gov.br/cultura>. Acesso em: 04 mar. 2017.

CAXIAS DO SUL. **Mapa de Bairros** – Secretaria de Planejamento, 2010. Disponível em: <www.caxias.rs.gov.br/_uploads/planejamento/sui/sui_bairros_mapa.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2017.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Lisboa: Edições70, 2000.

FISCHMANN, Daniel Pitta. O projeto de museus no movimento moderno: principais estratégias nas décadas 1930-60. **Dissertação** (Mestrado Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em 20 ago. 2017.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 182 p. ISBN 978853261804

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p. ISBN 9788522448784.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade**: história de Caxias do Sul - 1875/1950. Caxias do Sul, RS: Maneco, 2001. 329 p. ISBN 8586610313.

MEZZALIRA, Heloisa (ed.). **Revista memória de Caxias do Sul pelo víeis do patrimônio tombado**. Caxias do Sul: Prefeitura de Caxias do Sul – Secretaria da Cultura, 2008.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. **Festa e identidade:** como se fez a Festa da Uva. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

Destacamos a publicação prévia desta pesquisa nos Anais do III Simpósio Nacional sobre Gestão Ambiental de Empreendimentos Turísticos, realizado pela Universidade de Caxias do Sul entre os dias 08 e 11 de Junho de 2017, no município de Antônio Prado (RS).

Jacqueline Maria Corá: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: jmcora@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6988581325367654

Bruna Tronca: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: btronca@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9749945138166899

Érica Rodrigues: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: erodrigues1@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1645751356403789

Carolina A. de Figueiro: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: carolinaaviladefigueiro@gmail.com
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7968528444326165

Pedro de Alcântara Bittencourt César: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: pabcesar@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0900226519393513

DISCUSSÃO DO POTENCIAL PARA DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NO PARQUE ALDEIA DO IMIGRANTE, NOVA PETRÓPOLIS (RS)

Discussion of the Potential for the Development of Ecotourism in the Parque Aldeia do Imigrante, Nova Petrópolis (RS, Brazil)

Rogério Pires Santos, Ivanete Bueno Cardoso Santos

Resumo: Este trabalho apresenta uma discussão à cerca do potencial ecoturístico do Parque Aldeia do Imigrante, em Nova Petrópolis, RS, município da região da Serra Gaúcha. Para tanto, expõe-se o caso do Parque Aldeia do Imigrante, onde a partir de um diagnóstico se investigou as potencialidades para o desenvolvimento da atividade ecoturística deste local a partir da proposição de técnicas de observação, contemplação e interpretação da natureza. Aborda os principais elementos que constituem a definição de Ecoturismo, diferenciando-o do turismo sustentável. O município de Nova Petrópolis, RS, possui grande vocação turística, embora dotado de relevantes paisagens e ambientes naturais é pouco explorado o Ecoturismo, o qual pode proporcionar um aumento no fluxo de turistas para o município, ensejando um planejamento para o desenvolvimento pleno do segmento, com consequente manutenção, conservação e fortalecimento da identidade histórico-sociocultural europeia, em especial germânica, instituída pela imigração alemã e responsável pelo notável desenvolvimento turístico, socioeconômico e cultural da região. Considera-se, desta forma, de fundamental importância a implantação de um processo de planejamento contínuo e integrado, que se utilize de ferramentas e instrumentos de gestão que busquem conciliar conservação ambiental, cultural e uso do turismo, bem como atender aos anseios da comunidade local.
Palavras-chave: Ecoturismo; Desenvolvimento Sustentável; Planejamento Turístico.

Abstract: This paper presents a discussion about the ecotourism potential of Parque Aldeia do Imigrante, in Nova Petrópolis, RS, a municipality in the Serra Gaúcha region. In order to do so, we present the case of Parque Aldeia do Imigrante, where from a diagnosis the potentialities for the development of the ecotourism activity of this place were investigated through the proposition of techniques of observation, contemplation and interpretation of nature. It addresses the main elements that constitute the definition of Ecotourism, differentiating it from sustainable tourism. The municipality of Nova Petrópolis, RS, has a great vocation for tourism, although endowed with relevant landscapes and natural environments, ecotourism is little explored, which can provide an increase in the flow of tourists to the municipality, leading to planning for the full development of the segment , With the consequent maintenance, preservation and strengthening of the European historical and sociocultural identity, especially German, instituted by German immigration and responsible for the remarkable tourism, socioeconomic and cultural development of the region. In this way, it is considered of fundamental importance to implement a continuous and integrated planning process, using tools and management tools that seek to reconcile environmental, cultural and tourism conservation, as well as meeting the wishes of local community.
Keywords: Ecotourism; Sustainable Development; Tourist Planning.

Introdução

O Ecoturismo, diferentemente do turismo ecológico, não só preconiza o contato de turistas com áreas naturais como busca minimizar os impactos causados pelo homem à natureza e estimula a economia e a cultura local da área conservada. Para estimular o mercado de Ecoturismo, a Organização das Nações Unidas (ONU) determinou o ano de 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento.

O Ecoturismo surgiu no Brasil com uma proposta de contemplação e conservação da natureza. Desta forma, com o crescimento das cidades e regiões metropolitanas, associado aos problemas que o progresso proporciona, entre eles, a poluição atmosférica e visual, o *stress* causado pela agitação urbana e excesso de ruídos, cada vez mais pessoas buscam um restabelecimento físico e emocional em locais remotos, com paisagens bucólicas e culturas e hábitos diferenciados (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

O Ecoturismo, como atividade turística desenvolvida em meio à natureza proporciona aspectos e impactos ambientais, pois há a exploração direta ou indireta de recursos naturais, embora haja a preocupação de contrapor-se ao turismo de massa, do tipo industrial. Neste sentido, desde a década de 1960, vem ganhando espaço a discussão sobre desenvolvimento sustentável nos âmbitos político, social e econômico.

Desta forma, devido à atividade turística, considerada como atividade impactante ao meio ambiente, surgiu à necessidade de incorporar o conceito de sustentabilidade ao turismo, iniciando-se assim a categorização de Ecoturismo. Assim, a partir da década de 1970, potencializaram-se as preocupações com o desenvolvimento econômico, a degradação do ambiente, ganhando espaço às questões sociais, inclusive na atividade turística.

O tema sustentabilidade ambiental tomou proporções maiores com a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a conferência Rio 92, ampliando-se assim os debates à cerca do tema sustentabilidade. Nesse contexto, o Ecoturismo definiu-se como uma prática conservacionista, comprometida com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local.

No entanto, o conceito de Ecoturismo somente foi introduzido no Brasil no final dos anos 1980, seguindo uma tendência internacional de valorização do meio ambiente. Para o Ministério do Turismo (2008) o Ecoturismo embasa-se no tríplice aspecto: interpretação, conservação e sustentabilidade. Assim, não se confunde o Ecoturismo com turismo sustentável, sendo este último definido pela Organização Mundial de Turismo como:

> Turismo Sustentável é o que relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo oportunidades para o futuro. Contempla a gestão dos recursos econômicos, sociais e necessidades estéticas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida (OMT, 1999, *apud* MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p.19).

Segundo Mikhailova & Mulbeier (2008), nos últimos anos, o Ecoturismo vem crescendo rapidamente a uma taxa de crescimento maior do que 20% ao ano, enquanto as outras modalidades de turismo crescem aproximadamente 7,5% ao ano.

As atividades tipicamente ecoturísticas devem ocorrer seguindo os princípios conservacionistas. Podem realizar-se concomitantemente ou em conjunto com outras, de formas e por meios diversos, e devem ser planejadas e estruturadas de acordo com as normas e certificações de qualidade e de segurança, de padrões reconhecidos internacionalmente, a exemplo da NBR 16.004/2016. Em geral, as atividades ecoturísticas buscam atender às demandas específicas por meio de atividades passíveis de serem praticadas com outras finalidades, configurando outros segmentos. Porém, o que caracteriza o segmento Ecoturismo, são as atividades de observação e contemplação da natureza as quais podem ocorrer de diferentes formas e meios.

Desta forma, o objetivo do presente do trabalho é apresentar uma discussão sobre o potencial ecoturístico do Parque Aldeia do Imigrante, em Nova Petrópolis, RS, município turístico consagrado na região serrana do estado do Rio Grande do Sul, a partir da proposição da adoção de técnicas de contemplação, observação e interpretação da natureza, dado o potencial turístico do município ainda inexplorado em sua totalidade.

Potencial para o Ecoturismo no município de Nova Petrópolis (RS)

O município de Nova Petrópolis localiza-se na Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, distante 80 km da capital do estado, Porto Alegre. Insere-se na região turística da Serra Gaúcha e segundo o Plano de Regionalização do Ministério do Turismo, integra a Microrregião das Hortênsias, juntamente com Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Picada Café. A população atual é de 19.045 habitantes (IBGE, 2017).

Schommer (2014) defende o Turismo como o segmento econômico que apresenta maior desenvolvimento em Nova Petrópolis, nos últimos anos, e que a atividade, contribui para o maior resgate e preservação da herança cultural da imigração alemã, especialmente após a criação do Parque Aldeia do Imigrante em 1985, consagrando a vocação turística do município com as edições de eventos como o Festival Internacional de Folclore, a arquitetura Enxaimel presente em prédios públicos e particulares, eventos, roteirizações turísticas, gastronomia e artesanato.

O potencial ecoturístico do município ainda é pouco explorado, sendo necessária uma discussão mais ampla do tema e incorporação de ações que visem ao desenvolvimento pleno dos recursos a ele associados, sendo fundamental para tanto, conhecer o perfil do ecoturista.

Tendo em vista as diferentes motivações e comportamentos do ecoturista, é muito difícil a definição de um perfil único para esse público. Os adeptos do Ecoturismo apresentam perfis diferenciados em função das diversas atividades que os motivam a visitar determinados locais, compreendendo, principalmente, uma faixa etária abrangente. Em geral, os turistas desse segmento querem disfrutar de diferentes sentidos: paladar, olfato, audição, tato, etc... ; buscam de forma intensa informações sobre o destino antes de planejar a viagem; buscam muitas informações junto aos guias e pessoal que os atendem; preferem um tratamento personalizado e prezam pela segurança.

Entretanto, segundo Ministério do Turismo (2008) é possível observar alguns aspectos comuns e classificar como características do perfil de maior incidência no segmento, sendo que os indivíduos apresentam as seguintes características:

- Idade entre 25 e 50 anos;
- Poder aquisitivo médio e alto;
- Escolaridade de nível superior;
- Profissão de caráter liberal;
- Viajam sozinhos ou em pequenos grupos;
- Permanência média no destino: Nacional: 4 dias e internacional: 10 dias;
- Procedência de grandes centros urbanos;
- Desejo de contribuir para a conservação do meio ambiente.

Assim, vislumbra-se a oportunidade de desenvolvimento socioeconômico e ambiental proporcionada pelo setor de Ecoturismo, abrangendo parcela de visitantes que circulam pelo município e região, podendo ser um atrativo inclusive para períodos considerados como de baixa temporada, uma vez esse tipo de consumidor, de modo geral, importa-se com a qualidade dos serviços e equipamentos, com a singularidade e autenticidades da experiência, com o estado de conservação do ambiente muito mais do que com o custo da viagem.

Essa modalidade de turismo movimenta bilhões de dólares por ano em consumo dos turistas, o que motiva a diversidade de produção de bens e serviços e possibilita o lucro e a geração de emprego e renda.

Segundo Medeiros e Young (2011), o turismo em Unidades de Conservação no Brasil movimenta aproximadamente R$ 4 bilhões por ano, gerando 43 mil empregos e agregando R$ 1,5 bilhão ao Produto Interno Bruto (PIB). Em abril de 2016 o Serviço de Parques norte-americano publicou que o gasto dos visitantes em 2015 foi recorde e forneceu US$ 32 bilhões de dólares à economia americana, apoiando 295 mil empregos. Mais importante ainda: constatou-se que, para cada US$ 1 investido nos parques, havia um retorno de US$ 10 à sociedade (MEDEIROS e YOUNG, 2011).

Parque Aldeia do Imigrante: características apropriadas ao Ecoturismo

O Parque Aldeia do Imigrante apresenta uma área de 10 hectares, localizada no perímetro urbano do município de Nova Petrópolis, RS, dotado de beleza cênica e ambientes naturais, além de uma réplica de aldeia típica alemã, do final do século XIX, nos moldes dos primeiros imigrantes que colonizaram a região (Figura 01).

A contemplação, observação e interpretação da natureza possuem no parque recursos de grande relevância que podem agregar valor ao movimento de turistas no local, contribuindo para maior divulgação do município e aumento do número de visitantes.

(a) (b)

Figura 01- Detalhe da réplica de aldeia histórica colonial em arquitetura Enxaimel (a) e vista de lago no Parque Aldeia do Imigrante (b)

Figure 01- Detail of the replica colonial colonial village in Enxaimel (a) and lake view in Parque Aldeia do Imigrante (b)

Fonte: Autor.

Source: Author

A contemplação da natureza está associada à interpretação, a qual é a arte de explicar o significado de determinado recurso, nesse caso, atrativo turístico. Trata-se de proporcionar o entendimento e a compreensão da dinâmica e ecologia do ambiente natural, despertar a atenção e o interesse do visitante em relação ao ambiente natural e à cultura local, esclarecendo dados, fatos e correlações que normalmente não são claros ao simples olhar. Assim, as características do local são ressaltadas e explicadas em um processo que facilita a compreensão da informação visual, levando o turista a compreender e vivenciar experiências mais significativas, ricas e aprazíveis.

Além, a interpretação serve ao propósito de sensibilizar e conscientizar em relação às questões ambientais, o que favorece o desenvolvimento conjunto de ações de educação ambiental, efetivando uma adequada comunicação sobre a importância dos elementos da natureza e da cultura. É ainda uma forma de contribuir para a sustentabilidade, na medida em que as mensagens transmitidas podem provocar alterações na percepção do turista, estimulando mudanças de paradigma frente às questões ambientais, promovendo assim, a valorização à conservação da natureza e biodiversidade, o que torna fundamental a prática do Ecoturismo para a sustentabilidade ambiental.

Destaca-se o potencial para o Ecoturismo, a partir da observação, contemplação e interpretação ambiental, o que pode tornar-se um atrativo importante para a manutenção e conservação do Parque Aldeia do Imigrante, e de seus fatores histórico-socio-culturais, prioritários para a conservação, segundo o priorizado pela comunidade local e sua identificação com a cultura europeia, em especial a cultura germânica.

Para Abram (1997) e Ferreira & Coutinho (2000), a percepção ambiental é proporcionada por fatores próprios do indivíduo, fatores estes, educacionais e culturais transmitidos pela sociedade e também fatores afetivos e sensitivos derivados

das relações entre o observador e o ambiente. Assim, cada indivíduo visualiza e interpreta o mundo natural de acordo com a sua própria experiência de vida.

O turismo de contemplação é um ramo do Ecoturismo que tem como instrumento a interpretação ambiental. Esta envolve a satisfação, o interesse e compreensão da natureza, assim como a satisfação de viver e sentir a essência do meio natural (MAMEDE, 2001). A partir da contemplação da natureza é possível usufruir de seus recursos de forma harmônica e sustentável. Há possibilidade de inúmeros elementos de contemplação na natureza, tais como paisagens, sons, cores, formas, grupos vegetais e os mais diversos grupos animais.

As principais atividades de contemplação da natureza que poderiam ser desenvolvidas no Parque Aldeia do Imigrante, segundo Ministério do Turismo (2008) são:

- Caminhadas: percursos a pé para fins de contemplação, fruição e observação da natureza, com possibilidade de interpretação;
- Observações fotográficas: itinerários organizados para fotografar paisagens singulares ou animais que podem ser feitos a pé ou com a utilização de um meio de transporte;
- Trilhas interpretativas: conjunto de vias e percursos com função educativa e vivencial. Pressupõe amplo conhecimento da fauna, flora, paisagem, clima e demais aspectos biológicos, geográficos, históricos da região. Podem ser autoguiadas ou percorridas com o acompanhamento de condutores, guias e intérpretes devidamente capacitados. A depender do tipo de trilha e grau de dificuldade, podem conter sinalização, equipamentos de proteção e facilitadores (corrimões, escadas, pontes), proporcionando interação do homem com a natureza e a compreensão da responsabilidade em relação aos recursos naturais.

Podem-se descrever várias outras atividades que, embora possam caracterizar outros tipos de turismo, podem também ser ofertadas em produtos e roteiros desse segmento, como: atividades de aventura, de pesca, esportivas, culturais, desde que cumpram as premissas, comportamentos e atitudes estabelecidas para o Ecoturismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Existem consideráveis formas de paisagens que integram o ambiente natural no Parque Aldeia do Imigrante, há variedades de espécies vegetais raras, ameaçadas de extinção e singulares, como a exemplo um exemplar de Canjerana (*Cabralea sp.*) com idade estimada em 700 anos, exemplar de Pinheiro do brejo (*Taxodium sp*.) espécie pneumatófara (Figura 02), diferentes estágios sucessionais de regeneração do Bioma Mata Atlântica, trilhas e ambientes variados (Figura 03) que favorecem a prática de contemplação e interpretação da natureza por meio da visitação guiada e Educação Ambiental.

(a) (b)

Figura 02- Detalhe de espécie arbórea com raízes pneumatóforas com potencial para educação ambiental. Em detalhe, os pneumatóforos aflorando sobre o solo (a) e Canjerana (Cabralea sp.) exemplar com idade estimada em 700 anos, considerada o exemplar da espécie mais antigo do Rio Grande do Sul (b)

Figure 02- Detail of arboreal species with pneumatophores roots with potential for environmental education. In detail, the pneumatophores surfacing on the soil (a) and Canjerana (Cabralea sp.), With an estimated age of 700 years, considered the oldest specimen of Rio Grande do Sul (b)

Fonte: Autor.

Source: Author

(a) (b)

Figura 03- Diferentes estágios sucessionais do Bioma Mata Atlântica e exemplar de Xaxim (Dicksonia sp.) espécie ameaçada de extinção (a) e trilha no interior do Parque Aldeia do Imigrante com potencial para contemplação da natureza (b)

Figure 03 - Different successive stages of the Atlantic Forest Biome and exemplary species of Xaxim (Dicksonia sp.) Threatened with extinction (a) and trail inside the Aldeia do Imigrante Park with potential for nature contemplation (b)

Fonte: Autor.

Source: Author

Desta forma, ressalta-se a condição propícia para desenvolvimento da atividade ecoturística no local, associado aos demais roteiros existentes no município, embora pouco divulgados e explorados a exemplo do Roteiro Autoguiado de Natureza: Caminho das Colônias, um roteiro com dois percursos para caminhada ou ciclismo composto por paisagens históricas e culturais em meio à natureza, possibilitando interpretação ambiental, histórica e cultural da região, além do roteiro Ecoviv da escola Bom Pastor, com atividades lúdicas de educação ambiental; Passeio das tradições Malakoff, com atividades de contemplação da natureza além de roteiros autoguiados pelo interior do município. Todos poderiam ser potencializados e melhor explorados por meio da divulgação e de eventos paralelos.

A contratação de mão de obra local e a capacitação da comunidade para as atividades turísticas são fundamentais para a implantação dessa modalidade de turismo. Um bom exemplo é a articulação sociedade-cultura-natureza, com a valorização da cultura local, por meio da criação de ambientes temáticos que considerem a imigração alemã na região em harmonia com a natureza. Outro exemplo é a gastronomia, com a capacitação de *chefs* de cozinha locais, que poderiam exaltar a culinária típica local em espaços integrados aos roteiros ecoturísticos e assim gerar empregos e renda.

Neste sentido, fundamental considerar a correta e proporcional integração de elementos arquitetônicos à paisagem, pois disto depende tanto a aceitação da comunidade local em função do forte desejo de preservação da cultura germânica no parque, quanto dos impactos ambientais na paisagem, pois segundo Ministério do Turismo (2008, pag. 27):

> A paisagem, além de ser um recurso turístico por excelência, é um importante elemento na caracterização do segmento, pois são os locais preservados e sua atmosfera que compõem o cerne da motivação dos turistas. Nesse sentido, a busca por infra-estrutura, equipamentos e serviços adequados ocorrem para melhorar a intervenção na natureza e sua paisagem. Considerando esse fator, a harmonização dos aspectos construtivos deve ocorrer em relação ao meio físico (montes, rios, lagos, penhascos, cachoeiras, ilhas, praias etc.),biológicos (flora e fauna) e culturais (próprio ser humano e artefatos em interação), a partir da utilização de elementos que expressem e fortaleçam a identidade do território, que pode ser conferida pela denominada arquitetura vernacular. Destacam-se, nesse sentido, a autenticidade, a simplicidade e a rusticidade dos elementos arquitetônicos e decorativos, primando pelo conforto e pela qualidade.

Assim, para que a atividade de Ecoturismo seja sustentável, necessário estabelecer a capacidade de suporte do local a ser visitado, considerando esta como as diversas variáveis que se somam à quantidade de visitação (WALLACE, 2001 *apud* DIAS, 2003, p. 82), em outras palavras, seu objetivo é minimizar impactos negativos como descaracterização da paisagem, geração e disposição inadequada de resíduos e efluentes, desmatamentos, entre outros.

Desta forma, embora o Ecoturismo não seja uma atividade causadora de impactos significativos, pois devido ao próprio conceito e origem, esse deve promover a conservação e preservação dos recursos naturais envolvidos, há necessidade de um estudo prévio e planejamento para a correta exploração dos ambientes naturais objetos de visitação.

No que se refere ao planejamento turístico, o Ecoturismo é pensado sob uma nova concepção ao ser planejado em médio e longo prazo, de forma integrada e sustentável, integrando aspectos socioeconômicos com fins de proporcionar melhorias na qualidade de vida da população local (FONTOURA e SILVEIRA, 2008).

No entanto, com o aumento da demanda por roteiros ecoturísticos, há uma maior necessidade de planejamento e de gestão desses espaços. Além, torna-se extremamente necessário a determinação e o monitoramento dos impactos produzidos pela prática do Ecoturismo, bem como a definição de limites de uso dos espaços visitados.

Assim, mais do que qualquer outra forma de turismo na natureza, o Ecoturismo depende para seu efetivo sucesso e sustentabilidade, da qualidade do ambiente visitado, ensejando um planejamento estratégico, pois o fluxo de ecoturistas pode superar a capacidade de suporte do local e causar algum dano ambiental. Esse é um dos motivos pelo qual a atividade deve ser controlada e os impactos negativos devem ser minimizados pelo correto planejamento, com a adoção de medidas mitigatórias.

Essa sustentabilidade baseia-se na execução de projetos ou estudos visando uma ação satisfatória e de políticas públicas, envolvendo os agentes econômicos e sociais (MIKHAILOVA &MULBEIER, 2008).

Para que haja sucesso nesse planejamento de proteção dos recursos naturais é fundamental a promoção do envolvimento da comunidade local, principalmente em ambientes naturais frágeis. Dificilmente será possível proteger recursos naturais frágeis sem que seja formado um grupo de usuários ou visitantes que os conhecem, entendam seu valor e estão dispostos a defender suas áreas.

Conclusões

Nos últimos anos, o Ecoturismo vem crescendo rapidamente a uma taxa de crescimento maior do que 20% ao ano, enquanto as outras modalidades de turismo crescem aproximadamente 7,5% ao ano. Em todo o mundo, 10% dos turistas buscam esse tipo de atrativo.

Existe uma possibilidade de desenvolvimento pleno para o município, ou seja, aquele desenvolvimento que considera a sustentabilidade ambiental, econômica e social, capaz de proporcionar a manutenção e melhoria da qualidade de vida da população.

O desenvolvimento por meio do Ecoturismo pode impulsionar a geração de renda pelo maior aporte de circulação de capital externo no município, acarretando em aumento na arrecadação de tributos no setor de comércio e serviços, o que por sua vez pode proporcionar maior capacidade de investimento e desenvolvimento social.

O Parque Aldeia do Imigrante, em Nova Petrópolis, RS, possui potencial para ser explorado por meio do Ecoturismo, em especial considerando seus recursos naturais e históricos, a partir de uma pesquisa que propicie a definição do perfil do ecoturista na região e a efetivação de um planejamento estratégico que vise determinar a sua capacidade de suporte, a fim de proporcionar atividades de observação, contemplação e interpretação da natureza por meio de visitas guiadas e interação dos visitantes com uma infraestrutura temática e cultural que privilegie a imigração alemã na região.

O desenvolvimento sustentável pleno da atividade ecoturística pode contribuir assim para o fortalecimento deste importante pólo turístico, conservando a biodiversidade, favorecendo a Educação Ambiental, preservando e fortalecendo a identidade histórico-sociocultural construída pela imigração alemã na região, potencializando assim a atividade turística de forma responsável e sustentável.

Referências

ABRAM, D. **The spell of the sensuous**. New York: Vintage Books, 1997. 352 p.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

FERREIRA, L. F.; COUTINHO, M. C. B. Educação ambiental em estudos do meio: a experiência do Bioma Educação Ambiental. In: SERRANO, C. **A educação pelas pedras**. São Paulo: Chronos, 2000. p. 171-188.

FONTOURA, L.M.; SILVEIRA, M.A.T. Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. **Anais...** Caxias do Sul, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. Dados do Município de Nova Petrópolis, RS. Disponível em: < http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=431320> Acesso em: 14 abr.2017.

MAMEDE, S.B. **Interpretando a natureza subsídios para a educação ambiental.** Campo Grande: UNIDERP, 2002.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C.E.F. **Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final.** Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MIKHAILOVA, I., MULBEIER J. Ecoturismo em unidades de conservação: um estudo de caso do Parque Estadual do Turvo, Derrubadas – RS. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8, n.3,2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

SCHOMMER, L.R. Turismo no Rio Grande do Sul: a presença histórica em Nova Petrópolis, RS. **Revista Rosa dos Ventos**, 6(2), p.293-306, abr-jun, 2014.

Rogério Pires Santos: Instituto Federal de Educação Sul-Rio-Grandense/Universidade de Caxias do Sul, Camaquã/Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: rogerio.santos@camaqua.ifsul.edu.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3997830497214578

Ivanete Bueno Cardoso Santos: Universidade Luterana do Brasil-Ulbra, Canoas – RS, Brasil.
E-mail: ivanetebueno@gmail.com
Link para o currículo Lattes: -

REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE PARA UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL INCLUSIVA EM MEIOS DE HOSPEDAGEM: DISCUSSÕES E PROPOSIÇÕES

Accessibility Requirements for Inclusive Sustainable Management in Lodging: discussions and propositions

Suellen Alice Lamas, Alessandra Mitie Spallanzani, Dolores Daniela Affonso e Sérgio Marques Júnior

Resumo: O presente estudo delineia a convergência da acessibilidade com a sustentabilidade na esfera dos meios de hospedagem por um viés propositivo ocasionando um diferencial competitivo no segmento. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória através de levantamento bibliográfico pautado majoritariamente na NBR 15401, referente aos Sistemas de Gestão da Sustentabilidade, e NBR 9050, referente à Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. A partir desse levantamento, percebeu-se que a NBR 9050 complementa itens da NBR 15401, pondo em debate a acessibilidade como dimensão da sustentabilidade, onde ambos os conceitos são indissociáveis. Assim, a proposta atribuiu à sustentabilidade mencionada na NBR 15401 um quarto requisito dentre os três pré-existentes. Sob essa perspectiva, desperta-se para uma concepção onde ser sustentável sem ser acessível não é mais possível, e vice-versa.

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Acessibilidade; Sustentabilidade.

Abstract: This study delineates the convergence of accessibility with sustainability in the sphere of lodging within a propositional nature causing a competitive differential in the segment. To do so, an exploratory research was carried out through a bibliographic search based mainly on NBR 15401, regarding Sustainability Management Systems, and NBR 9050, regarding Accessibility to buildings, furniture, spaces and urban equipment. From this analysis, it was possible to note that NBR 9050 complements items in NBR 15401, as well as to discuss accessibility as a dimension of sustainability, both of which are inseparable concepts. In this sense, the proposal attributed a fourth requirement among the three pre-existing ones to the sustainability mentioned in NBR 15401. From this perspective, we come up to a conception in which being sustainable without being accessible is no longer possible, and vice versa.

Key words: Environmental Management; Accessibility; Sustainability.

Introdução

A discussão referente às questões ambientais, que emergiu fortemente na década de 70 teve, na hotelaria, o pioneirismo das adequações que se fizeram necessárias para a atividade turística. Com isso, para atender a uma demanda cada vez mais exigente e consciente, empresas de diversos segmentos, inclusive hoteleiras, buscaram adequar seus procedimentos incorporando programas de gestão ambiental às estratégias administrativas, ações essas que visavam minimizar os impactos ambientais negativos e maximizar os impactos ambientais positivos da atividade (GONÇALVES, 2004).

Nesse aspecto, as ações ambientais em meios de hospedagem normalmente abrangem as áreas de energia, resíduos sólidos, água, efluentes, emissões, educação ambiental, programas de sensibilização, aspectos de mercado (legislação, tecnologias) e fornecedores, e são motivadas pela redução de custos ou imposições legais (DE CONTO; ZARO, 2011).

Somaram-se a essas ações ambientais outras nos âmbitos sociocultural, econômico e político-institucional, passando-se de uma proposta de gestão ambiental para uma de gestão sustentável. Todas elas representando um processo cíclico de planejamento, implementação, verificação e ação, em constante retroalimentação e adaptação (ABNT, 2014).

Diante desse quadro de atualizações possíveis dos modelos de gestão sustentável, vale notar que novas demandas emergem ao longo dos anos, exigindo que novas dimensões sejam consideradas no âmbito da sustentabilidade em meios de hospedagem, tais como: acessibilidade, tecnologias da informação e segurança/violência urbana, percepções/experiências dos hóspedes.

O debate sobre o binômio acessibilidade e sustentabilidade no contexto dos meios de hospedagem é inevitável visto serem esses dois temas atuais indissociáveis. Para Torquato (2015) a acessibilidade representa o quarto pilar fundamental para sociedades verdadeiramente sustentáveis. E embora sejam temas emergentes amplamente discutidos, não se observam estudos mais aprofundados sobre a relação entre eles (WERNECK, 2011).

Tal realidade denota a importância de se relacionar os temas de forma sistêmica para o avanço de modelos de gestão sustentáveis que sejam também inclusivos. Diante deste contexto, o presente artigo tem como objetivo propor variáveis da dimensão acessibilidade que complementem a gestão sustentável existente nos meios de hospedagem e que sejam capazes de gerar diferencial competitivo para tais empreendimentos.

A relevância da presente proposta se legitima pela imprescindibilidade de atualização dos modelos de gestão sustentável existentes face às novas demandas sociais que emergem. Em destaque, constatam-se as questões sobre acessibilidade ainda pouco debatidas enquanto variáveis de avaliação, controle e diferencial competitivo desses modelos. Neste sentido, a acessibilidade se apresenta como vantagem competitiva para os meios de hospedagem à medida que se torna um diferencial em relação aos concorrentes, ao mesmo tempo que pode representar um importante segmento de mercado ao considerarmos um número expressivo de pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida almejando um produto específico para seus desejos e necessidades (SMITH; AMORIM; SOARES, 2013).

O debate sobre uma gestão sustentável inclusiva pode, para mais: a) influenciar a construção de novos paradigmas, dado que os demais gestores de meios de

hospedagem buscarão ascender ao mesmo patamar; b) contribuir com a qualidade de vida da pessoa com deficiência, que é valorizada tanto como hóspede quanto como colaborador, gerando um sentimento de maior autonomia e segurança para ela; c) abrir caminhos para um novo nicho de mercado amplo e lucrativo, mas ainda parcamente explorado; d) e aprimorar a imagem da empresa quando da incorporação de preocupações sociais e ambientais (BRASIL, 2013).

Sustentabilidade, Acessibilidade e Competitividade em Meios de Hospedagem

A atividade hoteleira nacional vem se estruturando no decorrer do tempo e, com a criação da Política Nacional de Turismo em 1996, a hotelaria tomou o rumo do profissionalismo, em que a qualidade dos serviços tornou-se peça fundamental (FRATUCCI, 2007). Esta mudança funcional advinda com a sua evolução tem exigido dos meios de hospedagem uma constante melhoria dos seus serviços para satisfazer aos hóspedes. Foi nesse contexto de adaptações que a discussão ambiental se inseriu nos meios de hospedagem através de práticas sustentáveis que, somadas à capacidade de interação, aprendizagem organizacional, recursos humanos, e tecnologias tornaram-se os principais fatores de competitividade empresarial (IONCICA et al, 2008).

A implementação dessas práticas sustentáveis permite uma diferenciação dos hotéis, visto que os turistas, cada vez mais conscientes, exigem dos gestores adaptações aos seus novos gostos e preferências, o que inclui um maior respeito pelo meio ambiente. Assim, com a realização de ações sustentáveis os hotéis melhoram a lealdade dos clientes, bem como, a imagem da empresa, e tornam os funcionários mais motivados e comprometidos. Portanto, é primordial que os gestores sejam proativos, indo além do cumprimento a regulamentos, com ações pautadas nas necessidades dos clientes, nos movimentos dos concorrentes e no desenvolvimento de novas tecnologias (FRAJ; MATUTE, MELERO, 2015; BAGUR-FEMENIAS; CELMA; PATAU, 2016).

Lubczyk (2013), porém, reconhece que os meios de hospedagem ainda não se valem das práticas ambientais como estratégia competitiva da organização. Assim, as práticas sustentáveis em meios de hospedagem se dão de maneiras isoladas ou via sistema de gestão ambiental ou gestão sustentável que, através de uma política própria, define o planejamento dessas ações e estabelece os requisitos de desempenho para as dimensões da sustentabilidade – ambiental, sociocultural e econômica, conforme critérios da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2014).

Cronologicamente, o setor hoteleiro mundial aderiu aos sistemas de gestão ambiental no início na década de 70. Entretanto, no Brasil, os sistemas ambientais começaram a ser adotados pelos meios de hospedagem apenas a partir de 2000 (GONÇALVES, 2004), ao passo que a discussão sobre sustentabilidade turística estabeleceu-se a partir dos anos 80. O Ministério do Turismo trabalha as relações entre turismo e sustentabilidade com base em quatro princípios do desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional (BRASIL, 2016). Com o propósito de estimular práticas sustentáveis, em 2006 foi criada a norma NBR 15401, Meios de Hospedagem – Sistema de Gestão da Sustentabilidade, que especifica a formulação de uma política ambiental com objetivos para atendimento de critérios mínimos de desempenho em relação à sustentabilidade para certificação desses empreendimentos. Na norma citada, mesmo sendo

atualizada em 2014, as dimensões de acessibilidade não são explicitamente contempladas.

Partindo desta compreensão, pensar a acessibilidade como variável de um modelo estratégico de gestão sustentável em um meio de hospedagem é premissa básica para uma participação democrática da comunidade e, isso posto, da valoração e atendimento à premissa sustentável do 'socialmente justo'. Além disso, uma maior discussão teórica sobre a relação entre sustentabilidade e acessibilidade se faz urgente quando 23,9% da população do país é composta por pessoas com deficiência motora, sensorial e intelectual e 7,4% de idosos, além de uma parcela não contabilizada da população ser integrada por grávidas, crianças, obesos e pessoas com mobilidade reduzida transitória, conforme Censo 2010 (IBGE, 2010). Assim sendo, é visivelmente substancial que os gestores as considerem no contexto de suas ações, pois esta dimensão que se apresenta de modo incipiente nesses modelos precisa ser melhor explorada e ponderada.

Um marco nas discussões teóricas da acessibilidade no turismo foi o ano de 2003 quando, na Espanha, ocorreu o *Congresso Ocio, Inclusión y Discapacidad* na Universidade de Deusto, Bilbao (BRASIL, 2006). Como resultados do evento, o ano de 2003 foi declarado como Ano Europeu das Pessoas com Deficiência – um livro com mesmo título do Congresso foi publicado em 2004, e foi criado, também neste ano, o *Manifiesto por um Ocio Inclusivo* que destacava a importância da atividade turística de se garantir condições de acessibilidade global dos equipamentos e espaços turísticos. Atualizado em 2014, o manifesto amplia as ações da atividade turística acrescentando o turista como elemento de observação, segundo indica Deusto (2014), a saber:

> No âmbito do turismo, devem ser garantidas as condições de acessibilidade global das infraestruturas e espaços turísticos e impulsionar a possibilidade real para que todas as pessoas participem das ofertas de diversos turismos temáticos. E cada turista pode ver satisfeitas suas necessidades desde adaptações gerais até soluções multifuncionais simples, viáveis e úteis (DEUSTO, 2014, p. 7, tradução nossa).

Nesses termos, a acessibilidade é tida como a

> Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (ABNT, 2015, p.2).

Em conformidade com a proposta de trabalhar conjuntamente os temas acessibilidade e sustentabilidade, Borges (2014) apresenta a seguinte correlação: ambientalizar o acessível e acessibilizar o ambiente, sendo a primeira assertiva a determinação de estratégias que discutam as questões ambientais na agenda da sociedade e, a segunda, garantir igualdade de oportunidade na direção de uma sociedade inclusiva.

O Ministério do Turismo lançou em 2016, às vésperas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, o “Guia Turismo e Sustentabilidade” (BRASIL, 2016) que, conforme o próprio título sinaliza, trabalha as relações entre turismo e sustentabilidade estimulando o *trade* turístico a desenvolver ações com base em quatro princípios do desenvolvimento sustentável: sustentabilidade ambiental, sociocultural, econômica e político-institucional. Vale notar que nos princípios da sustentabilidade sociocultural aparece a dimensão da acessibilidade. Segundo o Guia,

> É fundamental que os empresários do turismo viabilizem a inclusão e o acesso de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida à atividade turística, de modo a permitir o alcance e a utilização de serviços, edificações e equipamentos turísticos. Além de ser um direito previsto em lei, a acessibilidade atrai uma fatia expressiva de consumidores, aumentando a competitividade do empreendimento (BRASIL, 2016, p.20).

Todavia, o Guia com dicas em sustentabilidade sociocultural não contempla práticas inclusivas ou a faz de maneira genérica, como ilustrado na dica “Engaje-se em programas de responsabilidade social que envolvam o empreendimento e a comunidade, e até mesmo crie novos programas” (BRASIL, 2016, p.19) sendo, portanto, a dimensão acessibilidade apenas um complemento de ações isoladas e não vislumbradas efetivamente no contexto ambiental.

A fim de contribuir na discussão desta relação entre sustentabilidade e acessibilidade fazemos, no capítulo a seguir, proposições de como a gestão da sustentabilidade poderia tornar-se uma gestão ambiental inclusiva, consoante com a afirmação de Borges (2014, p. 29) de que: “É necessário buscar elementos estruturais que possam refletir a importância da acessibilidade como um elemento fundamental da sustentabilidade”.

Requisitos de Acessibilidade para uma Gestão Sustentável Inclusiva em Meios de Hospedagem

Uma vez identificada a necessidade de se correlacionar os temas acessibilidade e sustentabilidade, conforme exposto, e tomando-se como base para tal normas brasileiras de referência nas citadas áreas, fazemos proposições de estratégias e ações de acessibilidade para uma gestão sustentável inclusiva em meios de hospedagem. É necessário antes, por conseguinte, entender essas normas.

A norma NBR 15401 estabelece requisitos mínimos específicos de desempenho em relação à sustentabilidade (ambiental, sociocultural e econômica) que os meios de hospedagem, através da formulação de uma política ambiental e objetivos, deverão desenvolver para receber a certificação ambiental. Como requisitos ambientais, a norma estabelece como práticas ações sustentáveis que minimizem os impactos ambientais, abordando as dimensões: áreas naturais, flora e fauna, arquitetura e impactos da construção no local, paisagismo, resíduos sólidos, efluentes e emissões, eficiência energética e conservação e gestão do uso de água. Os requisitos socioculturais abordam as dimensões: comunidades locais, trabalho e renda, trabalhadores das comunidades locais ou regionais, estímulo às atividades complementares às operações do meio de hospedagem, condições de trabalho, aspectos culturais, saúde e educação, populações tradicionais. Os requisitos econômicos apresentam, por fim, as dimensões: viabilidade econômica do meio de

hospedagem, qualidade e satisfação dos clientes, saúde e segurança dos clientes e no trabalho (ABNT, 2014).

A norma NBR 9050 estabelece critérios e parâmetros técnicos para o projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural, e de edificações às condições de acessibilidade, proporcionando de maneira autônoma e segura a utilização dos espaços e equipamentos urbanos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção. A norma contempla parâmetros antropométricos, informação e sinalização, acesso e circulação, sanitários, banheiros e vestiários, mobiliário e equipamentos urbanos (ABNT, 2015).

De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT (1999):

> Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos visitantes e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (OMT, 1999 apud BRASIL, 2009).

Se observarmos a questão das “necessidades dos visitantes”, é importante ressaltar que a norma relacionada à sustentabilidade nos meios de hospedagem, NBR 15401, não prevê as questões de acessibilidade, tratadas ao longo deste trabalho, portanto, nesse contexto, não atende a todas as necessidades dos visitantes, tendo em vista os grupos de visitantes com deficiência e mobilidade reduzida permanentes ou temporárias, que precisam do desenho universal ou das adaptações de acessibilidade para usufruir dos espaços turísticos em condições de igualdade, com autonomia e segurança.

É importante observar que no conceito elaborado pela OMT (1999) não está contemplada a dimensão econômica da sustentabilidade relacionada aos próprios meios de hospedagem, e sim, apenas aqueles aspectos relacionados às necessidades socioeconômicas das regiões receptoras. Entretanto, neste trabalho, pretendemos mostrar que esse ponto é de extrema proeminência, tendo em vista ser ele um dos pilares da sustentabilidade.

Como abordamos a complementariedade das duas normas citadas (NBR 9050 e NBR 15401), integramos os requisitos econômicos com aqueles relacionados à acessibilidade. Quando unidos os dois requisitos, é possível afirmar que os resultados sejam muito positivos para a sustentabilidade econômica do empreendimento, tendo em vista que tornar acessíveis os espaços, as comunicações, as atividades etc. pode gerar enorme economia dos recursos, através da redução do retrabalho, falhas e acidentes, bem como o uso inadequado ou desperdício de recursos, tanto para os visitantes, como para os colaboradores do empreendimento.

Outro ponto a se considerar é a satisfação do hóspede que, em sendo um dos requisitos da dimensão econômica da sustentabilidade, promoverá maior satisfação por parte dos consumidores ao satisfazer suas necessidades, preocupar-se com seu bem-estar e segurança, atendê-lo bem e, claro, lançando mão da acessibilidade. Vale lembrar que um hóspede satisfeito é mais facilmente fidelizado, e tem mais chances de retornar e indicar aquele meio de hospedagem. Ainda em se tratando da satisfação dos consumidores, quando esse meio de hospedagem se comunica de forma acessível, alcança um público que, provavelmente, não atingia (SMITH; AMORIM; SOARES, 2013).

Quando analisamos a dimensão social da sustentabilidade combinada com os requisitos de acessibilidade, podemos destacar diversos pontos positivos, tais como a sustentabilidade socioeconômica e a preservação da cultura. No que tange à parte socioeconômica, ao promover a acessibilidade, além de aumentar o número de visitantes em alta temporada, os meios de hospedagem recebem visitantes fora de temporada, como idosos, por exemplo. Acrescenta-se a isso o fato desses meios de hospedagem usualmente darem prioridade à contratação de funcionários, prestadores de serviço e fornecedores que geograficamente tenham proximidade com a região e seu entorno, o que gera emprego e renda, bem como aquecimento significativo da economia local. Para além do exposto, pode-se ainda destacar que, ao oferecer ambientes, processos, comunicações acessíveis, o meio de hospedagem abre espaço para contratação de pessoas com deficiência da própria localidade (BRASIL, 2013).

Quando nos deparamos com a dimensão ambiental da sustentabilidade e pensamos em complementá-la com a acessibilidade, logo nos detemos nos pontos potencialmente negativos, ou seja, modificações em áreas naturais que poderiam impactar negativamente o meio ambiente. Entretanto, seguindo as diretrizes da norma 9050, tais modificações gerariam impactos positivos, tendo por pressuposta a não necessidade de agressão ao meio natural para torná-lo acessível, muito pelo contrário: ao acessibilizar, por exemplo, as barreiras naturais existentes em determinado local turístico, tal ação favorece a preservação daquele ambiente uma vez que, ao se criar uma rota turística acessível, a tendência é a de evitar ou, pelo menos, diminuir a circulação de pessoas pelas áreas preservadas. Dessa forma, elas se dirigem para as vias adaptadas, não desviando dessas rotas acessíveis e resguardando, por fim, as adjacências do local dos possíveis desgastes por uso de muletas, bengalas ou cadeiras de roda, por exemplo em partes mais sensíveis que possam sofrer danos pelo trânsito inadequado de pessoas. Por essa razão, entendemos que ao acessibilizar uma área natural estamos preservando-a ainda mais. Assim, além da preservação, abre-se espaço para outros visitantes que, sem acessibilidade, não poderiam usufruir de tais atividades e espaços.

Outro ponto importante que deve ser ressaltado ao se adaptar os ambientes e comunicações de forma a torná-los acessíveis, diz respeito à diminuição da possibilidade de uso inadequado ou desperdício de recursos, tais como energia elétrica e água, tendo em vista que, ao oferecer espaços, mobiliários, sanitários acessíveis, a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida poderá se utilizar com maior eficiência desses espaços e recursos. A título de exemplo, a utilização de uma torneira adequada de alavanca por uma pessoa com deficiência motora ou com mobilidade reduzida nos membros superiores poderia ser fechada por completo, evitando gotejamento e, consequentemente, desperdícios gerados por um *design* inadequado.

Metodologia

Este estudo adotou uma abordagem teórico-metodológica calcada na análise qualitativa tendo, portanto, cunho interpretativista para entendimento do contexto geral da pesquisa (BAUER & GASKELL, 2000). Esta, no que lhe concerne, é de natureza básica, uma vez que se propôs a gerar novos conhecimentos na literatura em foco, e de caráter exploratória, por discorrer sobre um levantamento de informações referentes a um recorte temático determinado (SEVERINO, 2007). Trata-se de um estudo preliminar que observou dados do mundo real para, então, gerar afirmações sobre ele (VAN PEER, HAKEMULDER & ZYNGIER, 2007), considerando a interligação dos conceitos presentes no binômio acessibilidade e sustentabilidade na

gestão de meios de hospedagem. Nessa perspectiva buscou, a partir das análises documentais aqui empreendidas, fazer proposições para ressignificar o conceito de sustentabilidade. Para tanto, o procedimento eleito foi o levantamento bibliográfico, que teve como base para tal as normas brasileiras NBR 15.401 – Sistemas de Gestão da Sustentabilidade (ABNT, 2014) e NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2015), de modo que entendimentos sejam gerados na busca da elucidação das questões ora apresentadas.

Resultados e Discussão

A partir da análise das duas normas NBR 9050 (ABNT, 2015) e NBR 15401 (ABNT, 2014) sob a perspectiva da sustentabilidade e da acessibilidade sugere-se a inclusão dos requisitos apresentados a seguir no texto da NBR 15401 (ABNT, 2014), os quais assumiriam a posição de item 8.

Requisitos de Acessibilidade para o Turismo Sustentável

A filosofia e práticas do meio de hospedagem devem ser calcadas no respeito ao potencial hóspede. Qualquer pessoa que pretenda usufruir de seus produtos/serviços deve ser atendida sem embaraço, desde a escolha do local até o consumo de fato do produto/serviço oferecido por aquele empreendimento

Físico/Arquitetônico

São identificados e definidos requisitos relacionados tanto à mobilidade urbana quanto à arquitetura dos equipamentos turísticos, tais como hotéis, *resorts*, parques etc. Nesse contexto, parâmetros antropométricos, de acesso e circulação, como rampas, calçadas, áreas de descanso, escadas, guarda-corpo, mobiliário, bem como equipamentos urbanos e outros aspectos devem ser observados, todos pautados na NBR 9050.

Natural/Ambiental

Devem ser elencados os requisitos necessários para adaptação dos ambientes naturais quando estes forem destinados à atividade turística com modificações sustentáveis, conservação da área natural, com vistas a eliminar as barreiras ambientais e seus respectivos riscos em favor da acessibilização desses espaços a todo e qualquer usuário.

Social/Cultural

Devem ser definidos requisitos para promoção da inclusão e da acessibilidade no que concerne às questões de interesse coletivo, ou seja, da comunidade usuária e/ou circundária de determinado equipamento turístico, bem como às atividades artístico-culturais e educacionais por ele estendidas ao público. Para mais, é oportuno salientar o respeito devido à cultura local, bem como das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida como, por exemplo, o respeito à cultura surda.

Comunicacional/Informacional

Definem-se os requisitos para tornar acessíveis as comunicações e informações destacando-se, dentre eles, as sinalizações acessíveis para orientação e mobilidade (sonoras, visuais, táteis, luminosas, escritas com fontes aumentadas e em contraste, Braille etc.), o atendimento com um intérprete de Libras, formatos acessíveis para comunicações de emergência, propaganda e publicidade, *sites*, aplicativos e demais comunicações digitais disponibilizadas para dispositivos como celulares, *tablets*, *laptops* e/ou pela internet de acordo com as diretrizes do W3C. Dessa forma, pretende-se garantir, de fato, o acesso pleno de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida à informação, além de permitir a interação autônoma das mesmas em contextos comunicacionais.

Atitudinal/Comportamental

Determinam-se os requisitos relacionados ao comportamento humano, ao tratamento e à compreensão por parte de colaboradores, parceiros, comunidade e todos os envolvidos no atendimento e convívio com hóspedes e trabalhadores com deficiência e mobilidade reduzida, bem como profissionais (cuidadores, enfermeiros e outros) que acompanhem os hóspedes, inclusive nas atividades complementares ao meio de hospedagem. Tal item abrange o preparo, a qualificação e normas de conduta através de ações educativas inclusivas que promovam a conscientização, capacitação e, principalmente, sensibilização desses envolvidos de modo a assumirem uma atitude desprovida de preconceitos e guarnecida do atendimento adequado àquele cliente.

Além dos requisitos previamente propostos, também foram observados itens na NBR 9050 que complementam os requisitos constantes da NBR 15401 alusivos à proposta deste artigo, onde a acessibilidade é inerente à sustentabilidade, apresentados no Quadro a seguir:

Quadro 1 – Requisitos existentes na NBR 15401 e complementados pela NBR 9050
Requirements of the NBR 15401 complemented by the NBR 9050

NBR 15401	**NBR 9050**
5.3.7 e 6.3 a arquitetura, além de segurança aos trabalhadores e clientes, deve garantir a acessibilidade	Itens 4, 6, 7, 8 e 9
5.6, 5.7e 5.8 a arquitetura deve garantir a eficiência no consumo de energia, água e insumos, também, através da acessibilidade	Todos os itens
6.2.1 não discriminar pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	Todos os itens/Lei 13146
6.2.2 incentivar a implementação de acessibilidade nas atividades complementares ao empreendimento	Todos os itens
6.5 além da educação ambiental, deve atuar na educação sobre diversidade, acessibilidade e inclusão	Todos os itens/Lei 13146
7.2.1.3 e 7.2.7 oferecer acessibilidade em todas as comunicações e informações do empreendimento, inclusive intérprete de Libras e incentivar que o mesmo seja feito nas atividades complementares	Item 5
7.2.2 os produtos e serviços oferecidos devem ser acessíveis	Todos os itens

Fonte: próprios autores
Source: the authors

Similarmente, a Lei 13146 foi mencionada no Quadro 1 apenas como mais um indicativo de complemento para dois dos requisitos presentes na NBR 15401, utilizando-se da legislação vigente para tal.

A partir do supracitado, depreende-se que os requisitos acessíveis propostos, vinculados à complementação da NBR 15401 pela NBR 9050 sugerida pelos autores beneficiam a todos, desde consumidores a colaboradores e demais envolvidos do segmento.

Considerações Finais

As reflexões e proposições aqui apresentadas não pretendem esgotar o tema acessibilidade e sustentabilidade. Na verdade, buscam contribuir para essa discussão que vem se tornando objeto de investigação no meio acadêmico trazendo, inclusive, outras propostas. Nota-se nas proposições dos requisitos acessíveis constantes nos Resultados e Discussão que a acessibilidade se apresenta como dimensão da gestão sustentável de meios de hospedagem, com variáveis próprias. A partir dessa observação, compreende-se que a acessibilidade influencia e complementa os demais pilares da sustentabilidade, como assinalado no Quadro 1, uma vez que pode contribuir sobremaneira para a viabilidade do empreendimento, abrindo novos nichos de mercado e gerando ocupação hoteleira durante a baixa temporada via público idoso, como anteriormente mencionado. Poderia a acessibilidade ser considerada como nova dimensão da sustentabilidade (quarto pilar) ou apenas ser melhor explorada na dimensão sociocultural da sustentabilidade? Do mesmo modo, não seria importante que as normas de acessibilidade contemplassem a discussão ambiental em suas entrelinhas? Tais discussões serão realizadas em trabalhos futuros propostos pelos autores. O fato é que essas duas áreas que emergiram de demandas sociais e que são temas contemporâneos discutidos amplamente nos espaços sociais, econômicos, políticos e acadêmicos se complementam e precisam ser cada vez mais investigados em suas correlações. Como ser acessível sem ser sustentável? Como ser sustentável sem ser acessível? Não se vislumbram mais tais possibilidades de análises de forma isolada.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 9050** - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. **NBR 15401**: Meios de hospedagem - Sistema de Gestão da Sustentabilidade – Requisitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

BAGUR-FEMENIAS, L., CELMA, D., & PATAU, J. The Adoption of Environmental Practices in Small Hotels. Voluntary or Mandatory? An Empirical Approach. **Sustainability**, 2016, 8, 695.

BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Qualitative Researching with text, image and sound**. A Practical Handbook. London: SAGE Publications, 2000.

BORGES, J. A. de S. **Sustentabilidade e Acessibilidade**: Educação Ambiental, inclusão e direito da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas! Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo e Sustentabilidade**: Orientações para Prestadores de Serviços Turísticos. Brasília: MTur, 2016.

_____. _____. **Estudo de perfil do turista com deficiência**. Brasília: MTur, 2013.

_____. _____. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Turismo e Sustentabilidade. Brasília: MTur, 2009.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo e Acessibilidade**: Manual de Orientações. Brasília: MTur, 2006.

DE CONTO, S. M.; ZARO, M. O Hóspede como Fator Decisivo na Adoção de Políticas e Práticas Ambientais em Meios de Hospedagem – Caxias do Sul/RS. **Rosa dos Ventos**, v.3, n.3, Julho/Dezembro, 2011, p. 337-358.

DEUSTO. ***Manifiesto por un Ocio Inclusivo***. Universidad de Deusto: Bilbao, 2014.

FRAJ, E; MATUTE, J; MELERO, I. Environmental strategies and organizational competitiveness in the hotel industry: The role of learning and innovation as determinants of environmental success. **Tourism Management**, 2015, 46, p. 30–42.

FRATUCCI, A. C. Prefácio. In: Petrocchi, M. **Hotelaria**: planejamento e gestão. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

GONÇALVES, L. C*.* **Gestão Ambiental em Meios de Hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2004. Série Turismo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Questionário Censo 2010***.* Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IONCICA, M.; TALA, M.; BRINDUSOIU, C.; IONCICA, D. The Factors of Competitiveness in the Hospitality Industry and the Competitive Strategy of Firms. **Economic Science Series**, Oradea, 2008, v. 17, n. 2, p. 212 -218.

LUBCZYK, D. da D. G. **Sustentabilidade Ambiental e Estratégia Competitiva na Hotelaria**: um estudo de caso da Roteiros de Charme. Irati, 2013. 117f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Turismo) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo/RS: Universidade FEEVALE, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SMITH, M; AMORIM, E; SOARES, C. O Turismo Acessível como vantagem competitiva: implicações na imagem do destino turístico. **Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, 2013, v.11, n. 3, p. 97-103.

TORQUATO, C. **Acessibilidade**: o quarto pilar da sustentabilidade. 2015. Disponível em: <http://www.camara-e.net/2015/02/09/acessibilidade-o-quarto-pilar-da-sustentabilidade>. Acesso em: 11 out. 2016.

VAN PEER, W., HAKEMULDER, J. & ZYNGIER, S. **Muses and Measures:** Empirical Research Methods for the Humanities. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2007.

WERNECK, C. **Qual a relação entre acessibilidade e sustentabilidade?** 2011. Disponível em: <http://www.escoladegente.org.br/site/wp-content/uploads/2014/08/Diagnostico_Acessibilidade_Sustentabilidade_2.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2016.

Suellen Alice Lamas: Centro Federal de Educação Tecnológica/RJ – *Campus* Nova Friburgo. Nova Friburgo, RJ, Brasil.
E-mail: suellen.lamas@cefet-rj.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6071263211226854

Alessandra Mitie Spallanzani: Centro Federal de Educação Tecnológica/RJ – *Campus* Nova Friburgo. Nova Friburgo, RJ, Brasil.
E-mail: alessandra.spallanzani@cefet-rj.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8915762003593062

Dolores Daniela Affonso: Fundação Getúlio Vargas/RJ – Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: dolores.affonso@fgv.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2499246826243922

Sérgio Marques Júnior: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, RN, Brasil.
E-mail: sergio@ct.ufrn.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3095760811566254

USO E COBERTURA DO SOLO NOS ARREDORES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE CAMBARÁ DO SUL (RS)

Land use and land cover on Environmental Conservation Units' neighborhood in Cambará do Sul city (RS, Brazil)

Geise Macedo dos Santos, Gisele Cemin, Tatiana Brezolin Magrin, Vania Elisabete Schneider

Resumo: Buscando apreciar a natureza e ao mesmo tempo preservá-la para as atuais e futuras gerações, as Unidades de Conservação - UCs - (Lei Federal n°9.985/2000), independentemente da forma de manejo, representam áreas de grande relevância para a conservação da biodiversidade. Porém, pouco se conhece sobre o tipo de uso e cobertura do solo das áreas adjacentes as UCs. Além disso, dada a sua importância para a conectividade entre fragmentos florestais e consequente manutenção do fluxo gênico, as UCs não devem ficar isoladas em meio a uma paisagem antropizada. Desta forma, este trabalho faz uso de Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) e dados de sensores remotos para mapear o uso atual do solo no município de Cambará do Sul/RS, o qual apresenta cerca de 20% da sua área inserida em UCs. Para atingir o objetivo proposto, foram utilizadas imagens do sensor OLI do satélite Landsat8, para a identificação das classes de uso e cobertura do solo, a saber: floresta nativa, campo nativo, agricultura, solo exposto, massa d'água, silvicultura, nuvens e área urbana. Os resultados indicaram que 75% da área do município apresenta uso natural (mata nativa e campo). Ademais, foi verificado que 15,66% da área municipal é ocupada por silvicultura, uma das principais fontes de renda e que favorece positivamente a economia local. Dessa forma, entende-se que não somente as UCs, que possuem amparo legal, estão conservadas, mas também as regiões fora das UCs, o que acarreta o fortalecimento do turismo rural e também a conservação da biodiversidade local.

Palavras-chave: Turismo; Uso natural; SIG; Geoprocessamento; Sensoriamento Remoto.

Abstract: Searching for appreciate the nature and at the same time preserve it for the present and future generations, the Conservation Units - CUs - (Federal Law n° 9,985/2000), regardless of the kind of management, represent areas of considerable relevance for the conservation of the biodiversity. However, little is known about the type of land cover and use of the adjacent areas to the CUs. Furthermore, given the importance to the connectivity between forest fragments and the consequent

maintenance of gene flow, CUs should not be isolated in the midst of an anthropic landscape. Thus, this work makes use of Geographic Information Systems (GIS) and remote sensing data to map the current land use in the city of Cambará do Sul/RS, which presents about 20% of its area inserted in CUs. In order to reach the proposed objective, OLI images from the Landsat8 satellite were used to identify the land use and cover classes, namely: native forest, native field, agriculture, exposed soil, water mass, silviculture, clouds and urban area. The results indicated that 75% of the area of the municipality has natural use (native forest and field). In addition, it was verified that 15.66% of the municipal area is occupied by forestry, one of the main sources of income and that favors positively the local economy. Thus, it is understood that not only the CUs, which have legal protection, are conserved, but also the regions outside the CUs, which entails the strengthening of rural tourism and also the conservation of local biodiversity.

Key words: Tourism; Natural use; SIG; Geoprocessing; Remote sensing.

Introdução

As belezas naturais admiradas pelos olhos humanos possuem um valor não mensurável, não apenas pela estética, mas também por razões ecológicas, como proteção da flora e fauna.

As atividades turísticas propiciam a oportunidade de contemplação da natureza, de preferência, pouco modificada pelo homem. Siqueira (2004) aponta o interesse da visitação de áreas naturais como escape das áreas completamente urbanizadas. Assim, espera-se encontrar áreas com usos que exerçam pouca ou inexistente pressão antrópica no meio.

Nesse sentido, as Unidades de Conservação (UCs), regulamentadas pela Lei Federal n° 9.985/2000, buscam manter as características naturais das áreas assim consideradas, por meio do manejo correto, almejando o atendimento das necessidades das gerações atuais e futuras.

As UCs são classificadas como de Proteção Integral e de Uso Sustentável. A primeira tem como principal objetivo a preservação da natureza, não permitindo consumo ou danos aos recursos naturais. Já as de Uso Sustentável, buscam a compatibilização da conservação da natureza e o manejo sustentável da mesma (BRASIL, 2000).

Além dos limites das UCs, as preocupações com a ocupação da terra são menos evidentes. O uso ordenado do solo é um desafio para os gestores públicos. Hackett (1971) conceituou planejamento da paisagem como atividades com a função de garantir as condições de habitats para diversas formas de vida, tanto para os padrões de uso existentes quanto futuros.

Quando se tratam de áreas extensas de gestão, como municípios e bacias hidrográficas, por exemplo, os Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) constituem uma ferramenta atrativa. Os SIGs são sistemas automatizados usados para armazenar, analisar e processar dados geográficos, ou seja, dados que representam objetos e fenômenos em que a localização geográfica é uma característica inerente à informação (ARONOFF, 1989; BULL, 1994; MOREIRA, 2005). Subentende-se a utilização de dados de sensores remotos (imagens de satélite) como dados de alimentação para o processamento em SIGs.

Dessa forma, é possível acompanhar com frequência as alterações no uso e cobertura do solo, o que permite o entendimento da dinâmica local. Assim, o mapeamento de uso e cobertura de solo constitui uma ferramenta para auxílio na gestão territorial.

Ademais, neste trabalho, o mapeamento de uso e cobertura do solo tem o intuito de fornecer a condição atual da ocupação do município de Cambará do Sul, onde as UCs ocupam uma área considerável. Busca-se entender como as condições de ocupação do solo influenciam a visão do turista, na premissa de que as UCs são redutos naturais de manutenção da biodiversidade rodeados por áreas de uso não sustentável.

Área de estudo

Localizado na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, o município de Cambará do Sul possui uma área de 1.206,97km². Segundo o censo do IBGE, vivem em Cambará do Sul 6.542 habitantes, dos quais praticamente metade dessa população vive na zona rural (IBGE, 2010).

De acordo com dados da FEE (2012), a economia de Cambará do Sul destaca-se pela silvicultura e exploração florestal, sendo a atividade responsável por 70,5% do Valor Adicionado Bruto do município no setor agropecuário.

As UCs existentes no município ocupam uma área de 250km². A Unidade de Conservação de Uso Sustentável Estadual da Rota do Sol abrange 79,37km², enquanto as Unidades de Conservação de Proteção Integral Federal Parque Nacional Aparados da Serra e Parque Nacional Serra Geral ocupam 164,32km². Existe ainda no município a Unidade de Conservação de Proteção Integral Estadual Parque Ecológico do Tainhas, inserida em 6,57km² da área municipal (Figura 1, próxima página).

Para alcançar o objetivo deste trabalho, foram empregados dados do sensor OLI do satélite Landsat8, que fornece as imagens desde 2013 (USGS, 2017). Uma cena é suficiente para cobrir toda a área de abrangência do estudo, a órbita-ponto selecionada foi a 220/080, datada de 16/04/2016 obtidas por intermédio da Divisão de Geração de Imagens do Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

O SIG Idrisi Selva foi utilizado no pré-processamento das imagens e geração do mapa de uso e cobertura do solo, enquanto que o SIG ArcMap10 foi utilizado na elaboração do layout do mapa.

O pré-processamento das imagens envolveu as operações de importação, de projeção para o hemisfério Sul, união e recorte das duas imagens. A etapa seguinte consistiu na interpretação visual da forma, textura, tonalidade/cor e comportamento espectral das unidades que compõem a paisagem. Na sequência, definiram-se as classes de uso e cobertura do solo, a saber: mata nativa, campo, agricultura, solo exposto, massa d'água, silvicultura, nuvens e área urbana.

Figura 1 – Localização da área de estudo

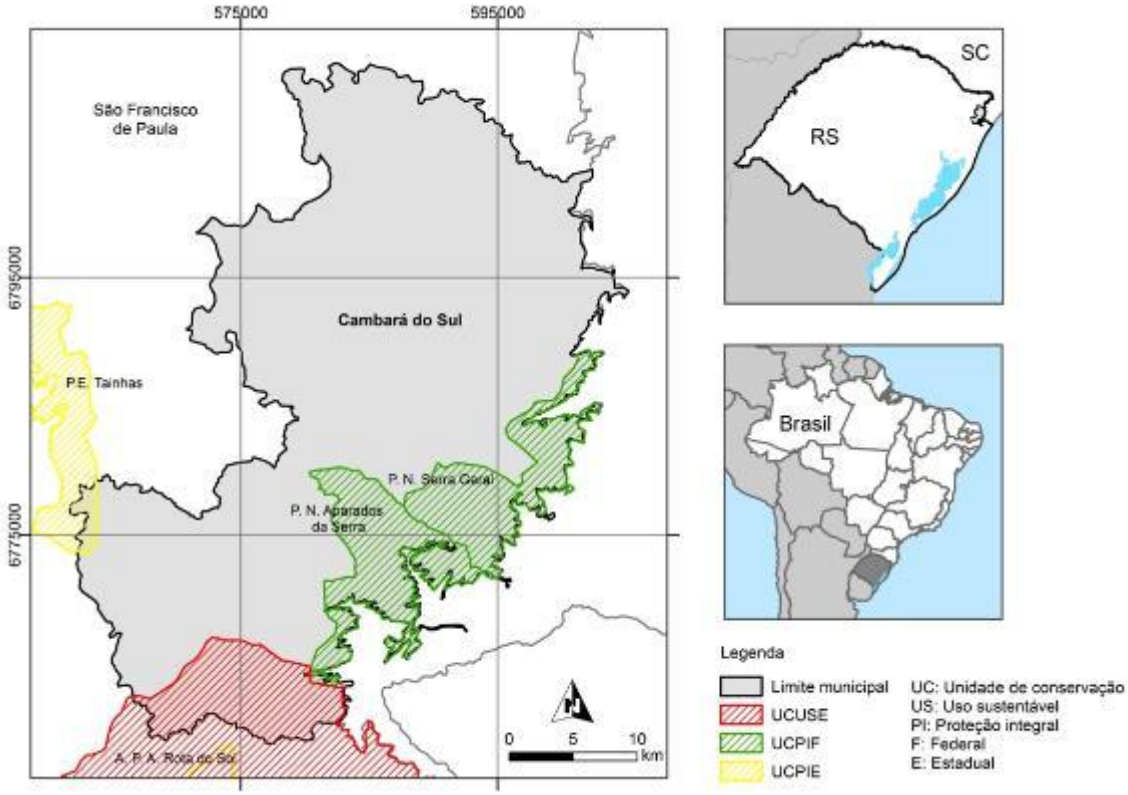

Figure 1 - Localization of the study area
Fonte: os autores
Source: the authors

Metodologia

A classificação seguiu de forma supervisionada, utilizando o algoritmo pixel a pixel de Máxima Verossimilhança Gaussiana, o qual necessita a coleta de amostras de treinamento para serem utilizadas no agrupamento dos pixels em regiões homogêneas.

Resultados

Como resultado obteve-se o mapa de uso e cobertura do solo mostrado na Figura 2 (próxima página), sobre o qual estão sobrepostas as Unidades de Conservação presentes no município de Cambará do Sul. A Tabela 1 apresenta os dados quantitativos do uso e cobertura do solo.

Analisando a Tabela 1, verifica-se que as classes de uso mais representativas em Cambará do Sul são mata nativa, campo e silvicultura. Aproximadamente 75% (914,58km²) da área municipal (1.206,97km²) está coberta por classes de uso nativo, ou seja, mata nativa e campos. Também é possível perceber que como apontado pela Fundação de Economia e Estatística (2012), a silvicultura é a atividade dominante no município.

Subentende-se que as áreas atualmente ocupadas por silvicultura, anteriormente eram cobertas por vegetação nativa, sejam floresta ou campo.

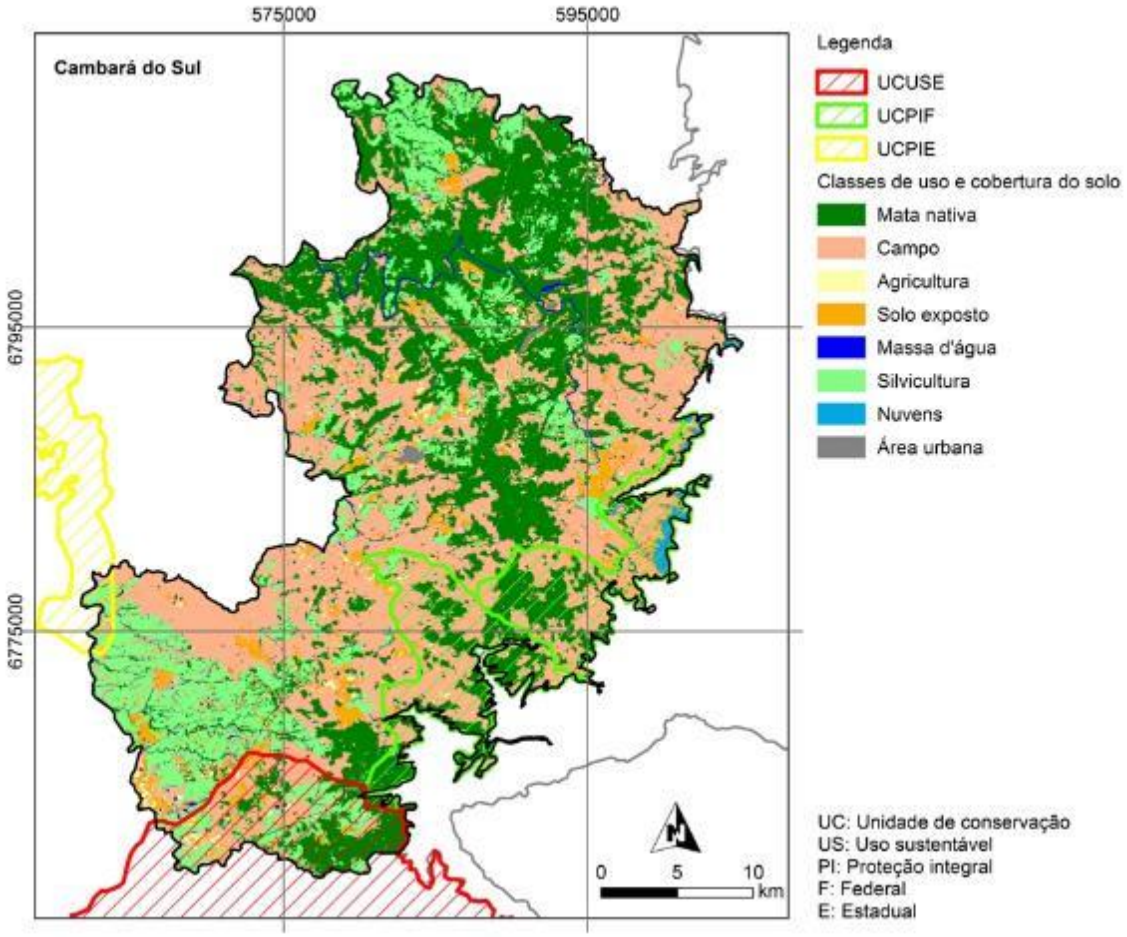

Figura 2 – Mapa de uso e cobertura do solo
Figure 2 - Land use and land cover map
Fonte: os autores
Source: the authors

Tabela 1 – Classes de uso e cobertura do solo
Table 1 - Classes of land use and land cover

Classe	Área (km²)	Percentual
Mata nativa	420,36	34,83%
Campo	494,22	40,95%
Agricultura	17,73	1,47%
Solo exposto	54,58	4,52%
Massa d'água	21,27	1,76%
Silvicultura	189,02	15,66%
Nuvens	7,39	0,61%
Área urbana	2,40	0,20%
Total	1.206,97	100%

Fonte: os autores
Source: the authors

Na sequência, a Tabela 2 discrimina o uso e cobertura do solo especificamente nas UCs.

Tabela 2 – Uso e cobertura do solo nas UCs
Table 3 - Land use and land cover on the CUs

Classe	Área (km²)	Percentual
Mata nativa	84,81	33,89%
Campo	107,94	43,13%
Agricultura	6,57	2,63%
Solo exposto	13,61	5,44%
Massa d'água	8,44	3,37%
Silvicultura	23,27	9,30%
Nuvens	5,62	2,25%
Área urbana	-	-
Total	250,27	100%

Fonte: os autores. Source: the authors

Observando a Figura 2, verifica-se que a maior antropização dentro das UCs corresponde a Unidade de Conservação de Uso Sustentável Estadual da Rota do Sol, onde são permitidas alterações antrópicas, mas de forma sustentável. Ressalta-se que esta UC, entre outras funções, serve como Zona de Amortecimento para a Estação Ecológica Estadual de Aratinga, inserida na unidade.

Em contra partida, nas Unidades de Conservação de Proteção Integral Federal é identificado um grau de conservação elevado, onde estão presentes tanto a classe de campo, quanto de mata nativa, a qual compõe a fitogeografia dos campos como floresta de galeria, intimamente relacionada com os recursos hídricos.

Na Unidade de Conservação de Proteção Integral Estadual, são encontrados campos e silvicultura. Destaca-se o fato de que a UCPIE ocupa menos de 1% da área do município.

É necessário evidenciar que nos arredores das UCs podem ser identificadas, de maneira geral, áreas de usos naturais. Isso faz com que não haja contrastes entre as paisagens encontradas nas UCs e nas áreas adjacentes a essas.

Considerações finais

Por se tratar de um município de poucos habitantes, as áreas de usos naturais em Cambará do Sul são maioria, sobrepujando em muito as classes de uso antrópico.

Dessa forma, principalmente os Parques Nacionais, encontrados no limite do município, não representam um oásis em meio a grande degradação do solo. De forma indireta, isso afeta positivamente o turismo na região, a partir do fato de que a beleza da natureza preservada pode ser observada não apenas em poucos redutos de vegetação natural, mas sim em 75% do município totalizando pouco mais de 900km².

Ademais, o uso de imagens de satélite e SIG propiciaram a identificação do uso do solo no município de forma rápida, confiável e com possibilidade de periodicidade, para que possam ser monitoradas as alterações na utilização do solo, principalmente no que se refere à silvicultura.

O monitoramento do uso antrópico das UCs é de extrema importância no que diz respeito ao turismo da região. Com o aumento do fluxo turístico no município, os impactos oriundos da ação humana no entorno dessas áreas podem alterar significativamente a paisagem, tornando imprescindível o acompanhamento das mesmas. Este argumento reforça a importância dos dados de sensoriamento remoto e dos SIGs na obtenção de informações que caracterizem a paisagem da região.

Recomenda-se que em trabalhos futuros sejam abordadas as condições de uso e cobertura do solo em datas anteriores para que se entenda a tendência de modificação do solo.

Além disso, outra possibilidade é estudar a viabilidade de roteiros turísticos que explorem outras regiões de Cambará do Sul, fora dos limites das UCs.

Referências

ARONOFF, S. Geographic Information Systems. 1989. **WDL Publications**, Canada.

BRASIL. Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 jul. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 02 abr. 2017.

BULL, G. Ecosystem Modelling with GIS. **Environmental Management**. p. 345-349, 1994.

IBGE. Censo Demográfico 2010 – Características Gerais da População. Resultados da Amostra. IBGE, 2010. Disponível: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 02/04/2017.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. 2012. FEE – Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 02/04/2017.

HACKETT, B. **Landscape planning: an introduction to theory and practice**. Bath, Oriel Press, 1971. 160p.

MOREIRA, M. A. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. 3. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: UFV, 2005. 320p.

SIQUEIRA, L. F. Trilhas interpretativas: uma vertente responsável do (eco)turismo. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v.4, n.4, 2004.

USGS – U.S. Geological Survey. Disponível em: <www.usgs.gov>. Acesso em: 02/04/2017.

Geise Macedo dos Santos: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: gmsantos5@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7735319391706650

Gisele Cemin: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: gcemin3@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3373133417650361

Tatiana Brezolin Magrin: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: tbmagrin@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1268096194835428

Vania Elisabete Schneider: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: veschnei@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9940289333509769

COMUNICAÇÃO AMBIENTAL: REQUISITO A SER EXPLORADO NA SUSTENTABILIDADE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM

Environmental communication: a requirement to be explored in the sustainability of the means of lodging

Deise Renata Bringmann, Suzana Maria De Conto, Maria Pires Prates

Resumo: A comunicação ambiental é desenvolvida de forma efetiva nos meios de hospedagem? Como os hóspedes são sensibilizados em relação às suas responsabilidades frente à gestão da sustentabilidade desses empreendimentos turísticos? Como é estabelecida a comunicação nesses serviços? Este artigo foi construído no sentido de analisar diferentes contribuições teóricas sobre a inserção da comunicação ambiental na gestão da sustentabilidade de meios de hospedagem. Busca-se com esta revisão (periódicos, legislação, normas técnicas e livros), considerar a relevância da comunicação ambiental como requisito na melhoria contínua no sistema de certificação da gestão da sustentabilidade dos meios de hospedagem. Considerando-se que a informação é uma variável que determina o comportamento das pessoas, evidencia-se, por meio deste estudo, que a comunicação ambiental quando direcionada estrategicamente, auxiliará na obtenção de resultados significativos sobre o desempenho da sustentabilidade dos meios de hospedagem.

Palavras-chave: Comunicação ambiental; Meios de hospedagem; Gestão da sustentabilidade.

Abstract: Is environmental communication effectively developed in the means of lodging? How are guests sensitized to their responsibilities in management the sustainability of these tourism services? How is communication in these services established? This article was constructed in the sense of analyzing different theoretical contributions on the insertion of environmental communication in the management of the sustainability of means of lodging. This review (periodicals, legislation, technical norms and books) seeks to consider the relevance of environmental communication as a requirement in the continuous improvement in the certification system of the sustainability management of the means of lodging. Considering that the information is a variable that determines the behavior of the people, it is evident, through this study, that the environmental communication when strategically directed, will help in obtaining significant results on the performance of the sustainability of the means of lodging.

Keywords*:* Environmental communication; Means of lodging; Management of sustainability.

Introdução

Com o surgimento das políticas ambientais e a democratização das informações as organizações passam a implantar procedimentos e tecnologias no sentido de controlar seus impactos ambientais. A responsabilidade socioambiental está cada vez mais inserida na pauta dos interesses da sociedade, fazendo com que as empresas fiquem atentas e comprometidas com uma mudança organizacional relacionada a esse tema.

Considerando a influência da comunicação nos empreendimentos e a responsabilidade com as práticas socioambientais, as informações sobre a sustentabilidade devem estar presentes nos diferentes meios de comunicação da organização. Segundo Oliveira e Nader (2005 p.10) “A comunicação exerce um papel fundamental e é utilizada estrategicamente como forma não só na disseminação das informações, mas também como uma ferramenta de educação ambiental interna e externa.”

A comunicação serve como instrumento de mudança e, se bem direcionada, catalisa a adesão de colaboradores, uma vez que é inegável a importância do planejamento da gestão da sustentabilidade nas organizações. Havendo uma atuação conjunta entre os meios de hospedagem e os serviços prestados em relação à atividade do turismo, a comunicação ambiental, poderá ser um instrumento para disponibilizar informações relacionadas à preservação do patrimônio natural, por meio de contato direto e de vivências harmonicamente atreladas ao patrimônio cultural, possibilitando momentos de sensibilização e aprendizagem ao hóspede durante os serviços turísticos prestados.

De acordo com a ABNT (2009) a comunicação ambiental é assim definida: “processo que uma organização conduz para fornecer e obter informação, e para estabelecer um diálogo com as partes interessadas internas ou externas, a fim de encorajar o entendimento compartilhado sobre questões, aspectos e desempenhos ambientais.”. Ainda, a Norma descreve que a comunicação ambiental frequentemente resulta em muitos benefícios, tais como:

- Auxiliar as partes interessadas a entenderem os compromissos, políticas e desempenho ambientais da organização;

- Prover informações/sugestões para a melhoria do desempenho ambiental das atividades, produtos e serviços da organização, e avanços rumo à sustentabilidade;

- Melhorar o entendimento das necessidades e preocupações das partes interessadas para fomentar confiança e diálogo;

- Promover as credenciais, conquistas e desempenho ambientais da organização;

- Aumentar a importância e o nível de conscientização ambiental para apoiar cultura e valores ambientalmente responsáveis dentro da organização;

- Tratar as preocupações e reclamações das partes interessadas relacionadas aos perigos operacionais e emergenciais de caráter ambiental;

- Aprimorar a percepção das partes interessadas sobre a organização e

- Aumentar o apoio empresarial e a confiança dos acionistas (ABNT,2009).

Estudos voltados à comunicação ambiental são importantes no sentido de evidenciar lacunas e tendências sobre o tema na academia e, como decorrência auxiliar na intervenção no âmbito dos serviços prestados pelos meios de hospedagem. O artigo em por objetivo analisar diferentes contribuições teóricas sobre a inserção da comunicação ambiental na gestão da sustentabilidade de meios de hospedagem.

Comunicação ambiental nas organizações

A partir da Revolução Industrial, em todo o mundo, houve uma crescente aceleração no consumo dos recursos naturais, os quais foram explorados de forma desordenada, provocando um resultado negativo ao meio ambiente e ao homem (NASCIMENTO, 2012). De acordo com Garcia e Santíso (2010), a partir dos anos 90 as organizações deixam de buscar somente objetivos econômicos e financeiros e começam a inserir dentro dos seus objetivos uma responsabilidade social baseada, entre outras coisas, na defesa do meio ambiente e na racionalidade do consumo de energia. É a filosofia da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) que incorpora as três dimensões do desenvolvimento sustentável da instituição: econômica, social e ambiental.

Portanto, a redução dos problemas ambientais, exige uma nova postura dos empresários e administradores, que devem passar a considerar as questões ambientais em suas decisões administrativas. De acordo com Barbieri et al. (2010), o aumento do senso de responsabilidade global sobre o meio ambiente vem transformando as organizações, fazendo as mesmas ajustarem seu modelo de gestão ambiental para os novos tempos. Sendo assim, a Gestão se orienta para a satisfação das demandas dos diferentes grupos de interesse e as exigências do desenvolvimento sustentável que consolida as instituições e assegura sua projeção de futuro. Levando em consideração que a informação é uma variável que define a conduta das pessoas em relação ao meio ambiente (MANDELLI, 1997), é importante que a mesma seja confiável, para que possa ser sociabilizada constantemente, atendendo a necessidade de esclarecer e sensibilizar as pessoas sobre suas ações para com o meio ambiente. Sendo assim, a comunicação dentro das organizações consolida-se em processo sistemático e estratégico, que contempla fatores do ambiente interno e externo das corporações. Com o intuito de que as políticas ambientais organizacionais sejam consideradas por todos os níveis hierárquicos, a comunicação interna deve ser consoante com o planejamento estratégico e com as práticas adotadas pela organização (GONZAGA, 2005).

Para promover a modernização e inovação na gestão das organizações no que tange à comunicação ambiental, faz-se necessário que os empresários dêem a devida atenção aos aspectos relacionados à cultura, à ética, ao planejamento estratégico, à responsabilidade social e à economia globalizada, integrandos a comunicação, uma vez que devem fazer parte dos objetivos do empreendedor.

A tolerância e as trocas recíprocas das pessoas e dos grupos que compõem as empresas, tanto interna quanto externa, vêm sendo trabalhada de uma maneira em que a comunicação sobre a sensibilização com o meio ambiente seja clara e ética para todos os envolvidos sejam, o público interno ou externo (BELINAZO; AREND, 2007). Logo, a comunicação dos princípios e ações internas da organização configura-se como uma ferramenta de educação ambiental junto aos colaboradores e clientes, incentivando a adoção de práticas sustentáveis e propiciando uma imagem empresarial positiva (GONZAGA, 2005). Nos meios de hospedagem, De Conto et al. (2013) afirmam que essas ferramentas devem integrar um processo permanente e

contínuo, de modo a levar os colaboradores e hóspedes a refletirem criticamente sobre seu papel em relação à prevenção do impacto ambiental decorrente das atividades do empreendimento.

De acordo com Moura (2008), uma vez que a gestão ambiental se fundamenta em um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos que, se adequadamente aplicados, permitem controlar os impactos incorporados por um empreendimento sobre o meio ambiente, é fundamental que se perceba como se desenvolvem as atividades administrativas e operacionais da organização, para abordar os problemas ambientais decorrentes de sua atuação ou para evitar que eles ocorram no futuro através de uma comunicação eficiente. No entanto, se entende que o desafio para estabelecer uma comunicação adequada, que venha ao encontro da preservação do planeta, é importante que sejam considerados.diferentes fatores como o público ao qual está sendo dirigida a mensagem.

Segundo Fortes (2003 p.241) “A comunicação dirigida é perfeitamente determinada, selecionada e controlada pelo emissor das informações.”. Diante do exposto, em que a dimensão ambiental está inserida nos interesses da sociedade, as organizações sofrem influências do ambiente externo e apresentam inúmeras situações mutáveis e evolutivas. Nota-se que as empresas estão passando por um momento de transição e ajustes, os quais incluem o tratamento do meio ambiente tanto como questão estratégica e vantagem competitiva, quanto na busca de soluções para os problemas ambientais atuais e futuros (OLIVEIRA; NADER, 2005).

Neste sentido, os meios de hospedagem também são desafiados a encontrar novas formas de organização e administração que atendam às exigências ambientais de uma maneira que seja possível conciliar a expansão econômica e o avanço tecnológico com a preservação ambiental (DE CONTO et al., 2015). Com todos os movimentos que vêm ocorrendo em prol de um meio ambiente sustentável, e o despertar dos consumidores para esse mundo com menor impacto ambiental, deve-se buscar sensibilizar o hóspede. Cabe destacar que a dimensão ambiental é parte da gestão da sustentabilidade e que, portanto, deve ser integrada à dimensão econômica e social nesses serviços de turismo.

De acordo com a NBR 15401 (ABNT,2014), a sustentabilidade é definida como “uso dos recursos, de maneira ambientalmente responsável, socialmente justa e economicamente viável, de forma que o atendimento das necessidades atuais não comprometa a possibilidade de uso pelas futuras gerações.”. Nessa direção, a mesma norma em relação à conscientização das pessoas descreve:

As pessoas que executam o trabalho sob o controle do meio de hospedagem devem estar conscientes: da política de sustentabilidade; da sua contribuição para a eficácia do sistema de gestão da sustentabilidade, incluindo os benefícios da melhoria do desempenho da sustentabilidade; das implicações de não conformidades com os requisitos do sistema de gestão da sustentabilidade e das potenciais consequências da inobservância de procedimentos operacionais especificados e dos impactos ambientais, socioculturais ou econômicos significativos, reais ou potenciais, de suas atividades. (ABNT, 2014).

Assim como apresentado na NBR 14.001 (2015), à comunicação interna e externa, de um meio de hospedagem descreve:

Os meios de hospedagem devem estabelecer, implementar e manter processo (s) necessário (s) para comunicações internas e externas pertinentes para o sistema

de gestão ambiental, incluindo: sobre o que comunicar; quando comunicar; com quem comunicar e como comunicar. (ABNT, 2015).

Nessa mesma direção, a NBR 15.401 também estabelece as diferentes formas de comunicação para a gestão da sustentabilidade. No sentido de fornecer subsídios a esses empreedimentos turisticos para estabelecer a comunicação e engajamento, a NBR 15401 apresenta diferentes exemplos a serem analisados e adotados nesses serviços:

- Sensibilizar o cliente no site, sistema de reserva, *check in*, na unidade habitacional, em áreas sociais, por meio de informações verbais, *display,* placa, *folder* ou manual;

- Realizar ações de educação com a comunidade local, como visita às instalações do meio de hospedagem, palestras, concursos, divulgação das práticas adotadas nos meios de comunicação locais (jornais, rádio etc.);

- Capacitar os colaboradores por meio de reuniões, oficinas, cursos, palestras, seminários, congressos, programas de voluntariado, entre outros;

- Realizar ações conjuntas com outros meios de hospedagem e outros atores para desenvolvimento sustentável do destino, como compras coletivas, coleta de resíduos, atividades sociais, entre outras;

- Sensibilizar e estimular fornecedores a implementar práticas sustentáveis de produção e fornecimento, através de reuniões, palestras, informativos etc. (ABNT, 2014).

Exemplos dessa natureza ao serem implantados nos meios de hospedagem auxiliam em mudanças comportamentais de seus hóspedes, colaboradores, fornecedores e alta administração. Visto que a informação é uma variável que determina a conduta das pessoas, a sua divulgação é, portanto, necessária (DE CONTO et al., 2016). Ao socializar informações sobre o desenvolvimento de suas práticas sustentáveis (ambientais, socioculturais e econômicas), os meios de hospedagem exercem seu o papel social, no sentido de sensibilizar os hóspedes de suas responsabilidades (DE CONTO et al., 2015), bem como incentivá-los a escolher meios de hospedagem movidos também por critérios de sustentabilidade (DE CONTO; BONIN; PRATES, 2016).

Atendendo a essas normativas, a comunicação contribui para que os indivíduos percebam como os meios de hospedagem estão evidenciando as informações referentes à dimensão da sustentabilidade e de que maneiras estão sendo abordadas e incluídas as preocupações com os impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Nessa direção, e considerando o que estabelece as normativas vigentes, cabe aos meios de hospedagem apresentar sistemas de comunicação que assegurem a participação efetiva dos colaboradores, fornecedores e hóspedes, contribuindo para a melhoria contínua de seu sistema de gestão.

Considerações finais

Com base nas diferentes contribuições aqui apresentadas por diferentes autores, evidencia-se que a comunicação ambiental em uma organização, independente da forma de implantação, trará resultado quando alinhada aos objetivos das organizações.

Devido a necessidade da construção de uma gestão sustentável nas organizações, entende-se que as mesmas devam de alguma forma comunicar e

evidenciar as ações de sustentabilidade que praticam, por meio de diferentes sistemas de comunicação, contribuindo para maximizar o conceito de que o desenvolvimento econômico é decorrente da implantação de uma gestão responsável que se desenvolve com critérios sustentáveis. Assim, para que os esforços em busca da sustentabilidade ultrapassem a barreira da insignificância, as ações sustentáveis precisam ser socializadas pelas organizações, sendo necessário rever o modelo de comunicação nas mesmas ou de construir um modelo.

Em síntese, é indiscutível a relevância da comunicação ambiental como requisito na melhoria contínua no sistema de gestão da sustentabilidade dos meios de hospedagem. Considerando-se que a informação é uma variável que determina o comportamento das pessoas, evidencia-se, por meio deste estudo, que a comunicação ambiental quando direcionada estrategicamente e com base na qualidade da informação, auxiliará na obtenção de resultados significativos sobre o desempenho da sustentabilidade nos meios de hospedagem.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.063**: Gestão Ambiental – Comunicação ambiental – Diretrizes e exemplos. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14.001**: Sistemas de Gestão Ambiental. Rio de Janeiro, 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.**NBR 15.401**:
Meios de hospedagem – Sistema de gestão da sustentabilidade. Rio de Janeiro, 2014.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F. G. de; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. de. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas – RAE**. São Paulo, v.50, n.2, p. 146-154, abr/jun, 2010.

BELINAZO, D. P.; AREND, S. C. Comunicação organizacional como estratégia de defesa do meio ambiente. **Revista da FAE**, Curitiba, v.10, n.2, p.1-15, jul./dez. 2007.

DE CONTO, S. M. et al. Educación ambiental en medios de hospedaje: información de los huéspedes en Caxias do Sul, Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 22, p. 473-491, 2013.

DE CONTO, S. M.; BONIN, S. M.; PRATES, M. P. Requisitos de sustentabilidade em meios de hospedagem cinco estrelas no Brasil. In: SEMINÁRIO DA ANPTUR, 13., 2016, São Paulo. **Anais**... São Paulo: ANPTUR, 2016. Disponível em:< http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.12/DPS2/435.pdf> . Acesso em: 13 abr. 2017.

DE CONTO, S. M.; BONIN, S. M.; FOLETTO, S.; ZOCHOLINI, C. A.; PEREIRA, G. S. Gestão da sustentabilidade em meios de hospedagem certificados pela NBR 15401: Canela/RS. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE GESTÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, 2., 2015, Canela. **Anais eletrônicos**... Porto Alegre: ABES, 2015**.** Disponível em: < http://www.abesrs.org.br/centraldeeventos/_arqTrabalhos/trab_20150504171828000000887.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.

DE CONTO, S. M.; BONIN, S. M.; PRATES, M. P.; FOLETTO, S.; ZOCHOLINI, C. A. Requisitos de sustentabilidade em meios de hospedagem do sul do Brasil: uma análise das informações disponibilizadas nos sítios eletrônicos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA PARA O MEIO AMBIENTE, 5., 2016, Bento Gonçalves. **Anais**... Bento Gonçalves: Universidade de Caxias do Sul, 2016.

Disponível em:<https://siambiental.ucs.br/congresso/index.php/anais/trabalhosTecnicos?ano=2016>. Acesso em: 16 abr. 2017.

FORTES, G. W. **Relações públicas:** processo, funções, tecnologia e estratégias. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

GARCÍA, J. S.; SANTISO, M. S. Comunicação ambiental para o século XXI. **Comunicação & Educação**, v. 15, n. 2, p. 69-76, 2010. Disponível em:<http://www.periodicos.usp.br/comueduc/article/view/44826>. Acesso em: 18 mar.2017.

GONZAGA, C. A. M. Marketing verde de produtos florestais: teoria e prática. **Revista Floresta**, Curitiba, PR, v. 35, n. 2, mai./ago., p. 353-368, 2005. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/4623/3579>. Acesso em: 7 abr. 2017.

MANDELLI, S. M. De C. **Variáveis que interferem no comportamento da população urbana no manejo de resíduos sólidos domésticos no âmbito das residências**. 1997. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 1997.

MOURA, L. A. A. de. **Qualidade e gestão ambiental.** 5.ed. rev. e ampl. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008. 422 p.

NASCIMENTO, L. F. **Gestão ambiental e sustentabilidade** – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília : CAPES : UAB, 2012. 148p.

OLIVEIRA, M. J. C.; NADER, S. M. Comunicação Organizacional e Meio Ambiente: uma análise sobre a relação entre políticas ambientais e de comunicação. **Comunicarte**, v. 26, p. 23-41, 2005. Disponível em:<http://www.abrapcorp.org.br/anais2007/trabalhos/gt2/gt2_oliveira.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

Anteriormente apresentado no III Simpósio Nacional sobre Gestão Ambiental de Empreedimentos Turísticos, derivado de um projeto de dissertação.

Deise Renata Bringmann: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: deise.renata@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8856955132687667

Suzana Maria De Conto: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: smcmande@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3201645229745547

Maria Pires Prates: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: mpprates@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6169047410790941

AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS EM UM EVENTO DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA COM ENFOQUE NO CARBONO ZERO

Evaluation of environmental impacts in an ecotourism and adventure tourism event with focus on the Zero Carbon Policy

Claudia Beulk, Renata Cornelli, Neide Pessin

Resumo: O presente estudo tem por objetivo identificar e avaliar os impactos ambientais decorrentes de um evento de ecoturismo e turismo de aventura ocorrido em 2016 no município de Três Coroas, bem como propostas de mitigação para os impactos identificados. Para tanto, utilizou-se a ferramenta Matriz de Leopold a fim de qualificar e quantificar os aspectos e impactos ambientais para conseguinte propor as medidas mitigatórias com enfoque no Carbono Zero.

Palavras-chave: Ecoturismo, Turismo de aventura, Carbono zero, Impactos ambientais.

Abstract: The present study objects to identify and evaluate the environmental impacts of an ecotourism and adventure tourism event in 2016 in the municipality Três Coroas, as well as mitigation proposals for the identified impacts. To do so, the Leopold Matrix tool was used to qualify and quantify the environmental aspects and impacts, in order to propose mitigation measures with a focus on the Zero Carbon.

Key words: Ecotourism, Adventure tourism, Zero carbon, Environmental impacts

Introdução

Promover o relacionamento com o público, divulgar uma marca e desenvolver setores da economia brasileira são os principais objetivos da indústria de eventos no país. Porém, tais eventos causam diversos impactos tanto no âmbito ambiental, quanto social e econômico. Estes impactos podem ser positivos, como o aumento da economia regional, ou negativos como a maior geração de resíduos e efluentes. A Resolução CONAMA 01/86 (BRASIL, 1986), define impacto ambiental como qualquer alteração física, química e biológica do meio ambiente, causada por qualquer atividade humana, que direta ou indiretamente influencia na saúde, segurança e no bem-estar da população. Para que seja possível quantificar e qualificar os impactos causados em uma atividade, faz-se necessária a elaboração de um estudo, no qual se avalia todas as ações causadoras de impacto indicando as medidas mitigadoras para cada um deles.

Assim, o presente estudo objetivou identificar e avaliar os impactos ambientais decorrentes de um evento de ecoturismo e turismo de aventura no mês de novembro de 2016 no município de Três Coroas, Rio Grande do Sul, Brasil, - Vale do Rio Paranhana. O município é conhecido como capital brasileira da canoagem, tendo no turismo sustentável uma forte ferramenta de desenvolvimento social e econômico.

Metodologia

Descrição da área de estudo

De acordo com IBGE (2010), a população de Três Coroas é de aproximadamente 24.000 habitantes distribuídos em mais de 185km².

Figura 01: Localização de Três Coroas no Brasil
Figure 1 - Location of Três Coroas, Brazil
Fonte: Google (2017)
Source: Google (2017)

Figura 02: Localização de Três Coroas no Rio Grande do Sul
Figure 02: Location of Três Coroas in Rio Grande do Sul
Fonte: Google (2017). Source: Google (2017)

Programação do evento

As atividades do evento foram realizadas em 4 locais, sendo eles 3 parques e o Centro de Cultura do município. No primeiro dia, a abertura do evento ocorreu às margens do Rio Paranhana, no centro da cidade, onde foram realizadas diversas atividades, como passeio ciclístico, demonstração e oficinas de canoagem, bandas musicais, *food trucks*, vôlei de areia, skate, muro de escalada e tirolesas. Para encerrar o primeiro dia foi realizado um jantar de boas-vindas em um bar local.

O segundo dia do evento contou com palestras e painéis no Centro de Cultura e almoço, atividades e palestras no Parque 1. No terceiro dia, a programação também iniciou no Centro de Cultura e o almoço, assim como a sequência das atividades ocorreram no Parque 2. O quarto dia do evento ocorreu no Parque 3, parque municipal de Três Coroas, onde foi realizado um almoço e *rafting* coletivo no Rio Paranhana.

Todo o deslocamento necessário para os diversos ambientes do evento, desde os locais de hospedagens, até o Centro de Cultura, a ida até os parques e o retorno para os hotéis, foram realizados com quatro ônibus disponibilizados pela organização. Durante os 4 dias de evento, estima-se que 200 pessoas (de diversas localidades brasileiras) entre inscritos e equipe organizadora participaram do evento.

Figura 03: Locais das atividades do evento
Figure 3 - Event Activity Locations
Fonte: Google. Source: Google

Método de avaliação de impacto ambiental

Inicialmente foram realizadas entrevistas com os participantes com a finalidade de pesquisar e quantificar as emissões de Dióxido de Carbono (CO2) geradas em decorrência do evento. Os participantes foram submetidos à um pequeno questionário quando do cadastramento ao chegar no evento, onde preencheram as seguintes questões:

- cidade de onde veio para o evento;
- meio (os) de transporte utilizado (os) na ida e na volta (especificando locais de transbordo);
- modelo de automóvel utilizado quando fosse pertinente;
- local de hospedagem;
- número de dias de participação do evento.

De posse das fichas preenchidas, calculou-se a quilometragem total de cada tipo de veículo (automóvel, *motor home*, avião), e então calculou-se o total em kg de CO2 emitido conforme descrito no capítulo 4. Os *transfers* utilizados para movimentar pessoas para as pousadas também foram considerados nessa etapa, bem como os veículos conhecidos como *food trucks*, cujos donos também foram submetidos às entrevistas. Para o cálculo da quantidade de CO2 emitido em decorrência da queima do carvão vegetal, utilizado na atividade de preparo dos alimentos no último dia do evento, utilizou-se como referência fatores de emissão específicos do *Internacional Panel on Climate Change – Guideline for National Greenhouse Gas Inventories*, (IPCC,2006), o qual considera o fator de emissão de 3,01621 t CO2/t de carvão utilizado. Considerou-se 100 kg de carvão vegetal consumidos.

O diagnóstico dos demais impactos foi realizado por meio de observação direta da equipe responsável pelo estudo durante as atividades e em todas as localidades do mesmo. Após identificados, foram listados em uma Matriz de Leopold, que trata-se de uma matriz bidimensional simples que relaciona as ações de um projeto a vários fatores ambientais (FOGLIATTI, 2004). Conforme Leopold et al. (1971), os impactos apresentam dois atributos principais: magnitude e importância. “Magnitude é a medida extensiva, grau ou escala de impacto. Importância refere-se à significância da causa sobre o efeito” (RICHIERI, 2006).

A escala de classificação utilizada na matriz foi de 1 a 5, tanto para magnitude quanto para importância. Os fatores mais impactantes foram obtidos através do somatório de cada linha e as atividades mais impactantes através do somatório de cada coluna, avaliando-se o módulo do somatório que apresentou o maior valor na matriz ao longo da análise. A intensidade dos impactos foi obtida através do produto da magnitude pela importância de cada fator e ação da matriz. Para definir os impactos mais significativos, verificou-se a graduação dos impactos juntamente com os fatores mais afetados pelas ações relacionadas.

Para o levantamento de dados no que se refere à consumo de água, atividade objeto de estudo na matriz de aspectos e impactos, estimou-se a quantidade de água consumida por cada participante que integrou o grupo de pessoas no evento. Avaliando assim que um total de 180 pessoas, ou seja, 90% do número total de participantes estariam participando diariamente do evento e consumindo água nos 3 dias, calculou-se a o consumo a partir do trabalho de Carneiro e Chaves (2008), que

avaliaram o consumo de água em residências a partir da quantificação de todos os tipos de aparelhos que utilizavam água para fins domésticos dos ocupantes em residências em Ponta Grossa, localizadas no perímetro urbano. Chegou-se ao valor médio de 119 litros por pessoa por dia, totalizando 64.260 L (64,3 m³) gastos no evento. Considerou-se 90% dos participantes tendo em vista a metodologia utilizada, que inclui o consumo residencial de água inclusive.

Durante o evento, identificou-se o consumo de alimentos, a distribuição de material de marketing, a instalação de estruturas, a produção de alimentos e a impressão do material de divulgação. A geração de resíduos por participante do evento, ao longo de sua permanência nos locais de recepção, foi calculada através da mesma operação matemática utilizada pela FIFA para a Copa das Confederações de 2013 e para a Copa do Mundo de 2014. Considerando o total de 200 participantes, uma média de duração de 30 horas (10 horas diárias em uma média permanência de 3 dias do evento) e a geração diária de 0,5 kg/hab.dia de resíduos na cidade de Três Coroas, de acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de Três Coroas (TRÊS COROAS, 2012), estima-se que um total de 300 kg de resíduos sólidos foi gerado nos locais onde ocorreram as recepções. Considerando que 90%, ou seja, 180 participantes do evento tenham permanecido em meios de hospedagem ao longo de 3 dias e a média de geração per capita de resíduos nestes locais que, segundo De Conto (2004), é de 0,87 kg/hóspede.dia, 469,80 kg de resíduos sólidos representam a estimativa de geração total em pousadas e hotéis de Três Coroas e região em função do evento. Assim, um total de 769,80 kg de resíduos sólidos teriam sido gerados pelos participantes deste evento. Nos *food trucks*, um levantamento no evento constatou a geração de, aproximadamente 1360L de resíduos sólidos (recicláveis e orgânicos), ou 1,36m³.

Resultados e discussões

Nesta seção serão apresentados os resultados da avaliação dos aspectos e impactos ambientais após a utilização da Matriz de Leopold e aplicação da escala Ringelmann.

Matriz de Leopold

A Figura 4 apresenta a Matriz de Leopold. Primeiramente, faz a relação entre magnitude e importância relacionada à cada atividade, e após, a Figura 5 traz a matriz finalizada com os valores dos impactos calculados.

LEGENDA: M / I		ATIVIDADES																					
Magnitude (M): 1: Baixa; 3: Média; 5: Alta. **Importância (I):** 1: Baixa; 3: Média; 5: Alta.		Descarga do Banheiro	Descarte de resíduos recicláveis	Movimentação de pessoas	Consumo de alimentos	Utilização de papéis	Utilização de veículos	iluminação	Utilização de ar condicionado	Instalação de Estruturas	Dessedentação	Produção de Alimentos	Rafting	Tirolesa	Arco e flecha	Rapel	Impressão de material de divulgação	Lavagem de louças/panos e afins	Convívio Social	Palestras/Workshops	Utilização de sacos plásticos		SOMA IMPACTOS
FATORES		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20		
Consumo de Água	1	3 / 5			1 / 1						5 / 5	5 / 5						3 / 5					17 / 21
Consumo de Energia	2						5 / 5	5 / 5	5 / 5		3 / 3	5 / 5					3 / 1						26 / 24
Geração de Resíduos	3		3 / 3		5 / 5	3 / 3		3 / 3	1 / 1	1 / 1		5 / 5	1 / 1				3 / 3				3 / 3		28 / 28
Geração de Efluente	4	3 / 5										5 / 5						3 / 5					11 / 15
Emissões Atmosféricas	5						1 / 3					3 / 1											4 / 4
Contaminação do solo	6		1 / 1					3 / 3															4 / 4
Fomentação da Economia	7											5 / 5	5 / 5	5 / 5	5 / 5	5 / 5	3 / 5		1 / 1	1 / 1			30 / 32
Fauna	8		1 / 1					1 / 1		1 / 1			1 / 3	1 / 1	1 / 1								6 / 8
Flora	9		1 / 1	1 / 1						3 / 3			3 / 3	3 / 3	1 / 1								12 / 12
Ruído /Vibrações	10			1 / 3			1 / 3			1 / 1			1 / 1	1 / 1									5 / 9
Consumo de Insumos	11						1 / 3			1 / 1		5 / 5					3 / 1	1 / 1					11 / 11
Compactação do solo				1 / 1			1 / 1			1 / 1													3 / 3
Instabilidade de taludes				1 / 3									1 / 1										2 / 4
Riscos de acidente				1 / 1			3 / 3			1 / 3			3 / 3	3 / 3	3 / 3	3 / 3							17 / 19
SOMA ATIVIDADES IMPACTANTES		6 / 10	6 / 6	5 / 4	6 / 6	3 / 3	12 / 14	12 / 12	6 / 6	9 / 7	8 / 8	33 / 31	15 / 13	13 / 10	10 / 7	8 / 5	12 / 10	7 / 11	1 / 1	1 / 1	3 / 3	0 / 0	154 / 157

Figura 4 - Matriz de Leopold (Magnitude/Importância)
Figure 4 - Leopold Matrix (Magnitude / Significance)
Fonte: Os autores (2016).
Source: Authors (2016).

LEGENDA:	
(> zero)	Impacto Positivo
(-8 a -1)	Baixo Impacto Negativo
(-17 a -9	Médio Impacto Negativo
(-25 a -1	Alto Impacto Negativo

FATORES		ATIVIDADES																					SOMA FATORES AMBIENTAIS
		Descarga do Banheiro	Descarte de resíduos recicláveis	Movimentação de pessoas	Consumo de alimentos	Utilização de papéis	Utilização de veículos	Utilização da iluminação	Utilização de ar condicionado	Estruturas	Dessedentação	Produção de Alimentos	Rafting	Tirolesa	Arco e flecha	Rapel	Impressão de material de divulgação	Lavagem de louças/panos e afins	Convívio Social	Palestras/Workshops	Utilização de sacos plásticos		
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	
Consumo de Água	1	-15	0	0	-1	0	0	0	0	0	-25	-25	0	0	0	0	0	-15	0	0	0	0	-81
Consumo de Energia	2	0	0	0	0	0	-25	-25	-25	0	-9	-25	0	0	0	0	-3	0	0	0	0	0	-112
Geração de Resíduos	3	0	-9	0	-25	-9	0	-9	-1	-1	0	-25	-1	0	0	0	-9	0	0	0	-9	0	-98
Geração de Efluente	4	-15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-25	0	0	0	0	0	-15	0	0	0	0	-55
Emissões Atmosféricas	5	0	0	0	0	0	-3	0	0	0	0	-3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-6
Contaminação do solo	6	0	-1	0	0	0	0	-9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-10
Fomentação da Economia	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	25	25	25	25	15	0	1	1	0	0	142
Fauna	8	0	-1	0	0	0	0	-1	0	-1	0	0	-3	-1	-1	0	0	0	0	0	0	0	-8
Flora	9	0	-1	-1	0	0	0	0	0	-9	0	0	-9	-9	-1	0	0	0	0	0	0	0	-30
Ruído /Vibrações	10	0	0	-3	0	0	-3	0	0	-1	0	0	-1	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	-9
Consumo de Insumos	20	0	0	0	0	0	-3	0	0	-1	0	-25	0	0	0	0	-3	-1	0	0	0	0	-33
Compactação do solo	20	0	0	-1	0	0	-1	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-3
Instabilidade de taludes	20	0	0	-3	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-4
Riscos de acidente	20	0	0	-1	0	0	-9	0	0	-3	0	0	-9	-9	-9	-9	0	0	0	0	0	0	-49
SOMA DAS AÇÕES IMPACTANTES		-30	-12	-9	-26	-9	-44	-44	-26	-17	-34	-103	1	5	14	16	0	-31	1	1	-9	0	

Figura 05 - Matriz de Leopold finalizada
Figure 05 - Leopold matrix finalized
Fonte: Os autores (2016).
Source: Authors (2016).

Na Tabela 1 é exibida a listagem por ordem de significância dos 14 impactos objetos de avaliação identificados em virtude do evento de acordo com o resultado da Matriz de Leopold (tanto positivos quanto negativos).

Tabela 1 – Impactos significantes apontados pela Matriz de Leopold
Table 1 - Significant impacts pointed out by the Leopold Matrix

1	Fomentação da economia
2	Consumo de energia
3	Geração de resíduos
4	Consumo de água
5	Geração de efluentes
6	Riscos de acidentes
7	Consumo de insumos
8	Impactos na flora
9	Contaminação de solo
10	Ruídos/vibrações
11	Impactos na fauna
12	Emissões atmosféricas
13	Instabilidade de taludes
14	Compactação do solo

Fonte: Os autores (2016).
Source: Authors (2016).

É importante ressaltar que a primeira ação a ser realizada quando se trata da gestão dos impactos em eventos deve ser escolha do local do evento. Este deveria contemplar todas as ações que serão apontadas na sequência a fim de tornar o evento mais sustentável.

Objetivando mitigar as atividades de maior impacto negativo ao meio ambiente e potencializar as mais impactantes positivamente ao mesmo, foram propostas ações específicas para cada tipo de atividade, sendo elas, consumo de energia, consumo de água, geração de efluente, geração de resíduos, e a movimentação econômica do evento. Impactos relacionados às emissões atmosféricas são abordados juntamente à metodologia Escala Ringelmman e no item sobre Carbono Zero, visto que esta parte do estudo se deu por solicitação da organização do evento.

Aspectos, impactos e mitigação relacionados ao consumo de energia

As principais atividades impactantes relacionadas ao aspecto consumo de energia identificadas no evento, foram a utilização de condicionadores de ar, a utilização de automóveis e as lâmpadas, impactando no esgotamento/redução da disponibilidade de recursos naturais. Através das informações a respeito da geração e do uso de energia elétrica, é possível direcionar as ações de forma a contribuir e minimizar o seu consumo. Sugere-se como medidas:

- manter a regulagem do ar condicionado de forma que a temperatura do ambiente não fique muito baixa e dar preferência a equipamentos eficientes (selo Energy Star, por exemplo);
- colocar avisos no local do evento lembrando os participantes para desligarem os equipamentos quando estes não estiverem sendo utilizados;

- comissão pode procurar realizar seu evento em um prédio "verde", ou seja, que maximize o uso de luz natural, o que pode diminuir a necessidade de utilizar energia elétrica;
- manter as lâmpadas sempre desligadas durante o dia, na realização do evento;
- quando o evento necessitar de iluminação, sempre por lâmpadas fluorescentes compactas ou de LED, observando o selo Procel (Programa de Conservação de Energia Elétrica). O selo garante que o produto esteja entre os mais eficientes do mercado;
- em jardins, estacionamentos externos e áreas de lazer, dar preferência a lâmpadas de

vapor de sódio;

Aspectos, impactos e mitigação relacionados ao consumo de água

As atividades impactantes identificadas no evento relacionadas ao consumo de água são descarga de banheiros, consumo e produção de alimentos, lavagem de louças, roupas afins. Para a minimização da utilização da água que vem da estação de tratamento, sugere-se à organização do evento:

- utilização de cartazes dentro dos quartos nas pousadas, desenvolvidos pelos próprios organizadores do evento sobre a conscientização do uso da água e informando os problemas do uso sem moderação deste bem natural;
- estipular tempo de banho aos participantes, controlado por eles mesmos;
- optar pela escolha de hotéis que aderirem a alternativas que minimizem o gasto com água, utilizando cisternas, descargas de vasos sanitários de 2 níveis, torneiras elétricas.

Aspectos, impactos e mitigação relacionados a geração de efluentes

As atividades geradoras de efluente estão intimamente relacionadas ao consumo de água (descarga de banheiros, produção de alimentos, lavagem de louças e afins). O município, local sede deste estudo, não possui tratamento dos efluentes e coleta 16,7% do esgoto lançado. A maioria das residências possui fossa séptica, filtro e sumidouro (CONCREMAT, 2014), porém, não se tem um controle sobre a frequência da limpeza e manutenção destes dispositivos, implicando na eficiência da remoção da matéria orgânica. Considera-se o consumo de água equivalente ao esgoto gerado, 64, 3m³. Uma das alternativas para minimizar o lançamento do efluente no corpo hídrico poderá ser com o aluguel de banheiros químicos nos dias do evento, fazendo com que o efluente seja armazenado e posteriormente transportado até uma estação de tratamento de efluentes. Os organizadores do evento poderão contratar o serviço para dispor todo o efluente gerado no parque nos dias do evento em tanques que serão transportados para estações de tratamento, compreendendo assim efluentes de cozinha e lavanderia.

Aspectos, impactos e mitigação relacionados aos resíduos sólidos

A geração de resíduos sólidos apresenta diversas atividades relacionadas. Como medidas mitigatórias para o próximo evento, sugere-se:

- em todos os locais de ocorrência das atrações do evento, a disposição de coletores de resíduos recicláveis e não recicláveis, contendo breve descrição do tipo de resíduo que deve ser armazenado. Ambos coletores devem sempre estar lado a lado;
- priorizar a compra de produtos alimentícios a granel evitando assim o uso de embalagens desnecessárias;
- elaboração de uma revista do evento, para que todas as empresas participantes possam, mediante pagamento de uma taxa, anunciar seus serviços relacionados ao ecoturismo e turismo de aventura, visando abolir a distribuição de folders e sacolas durante o evento.

Aspectos e impactos relacionados à economia em Três Coroas

Como município sede do evento, Três Coroas observou um incremento em sua economia, recebendo cerca de 200 participantes. Destes, 180 estabeleceram-se em hotéis e pousadas locais, beneficiando o setor hoteleiro e também o ramo alimentício, além do setor de turismo, enfoque principal do evento. Este impacto é considerado positivo, uma vez que o aquecimento da economia reflete na sociedade, trazendo benefícios à população residente.

Escala Ringelmann

Utilizando a Escala Ringelmann verificou-se os níveis de emissões de fumaça preta por veículos a diesel em uma amostragem composta por 11 veículos que circularam pelo evento. Destes 11 veículos, três atingiram o padrão 3 na escala Ringelmann, resultado este acima do permitido pela legislação, tendo em vista que a altitude da cidade de Três Coroas é menor que 500 metros. Na identificação da não conformidade os motoristas foram orientados a realizar a manutenção no veículo, visando regularizar o veículo de modo a não emitir fumaça preta.

A Emissão de Fumaça por veículos automotores está diretamente relacionada às emissões de CO2 na atmosfera, e quanto mais negra for a fumaça, mais poluente está sendo determinada fonte.

Carbono Zero

O programa Carbono Zero é uma iniciativa da PRIMA (Projeto de Reflorestamento Integrado da Mata Atlântica) que tem por objetivo neutralizar a emissão de gases do efeito estufa através da certificação à empresas, pessoas e eventos que assumem o compromisso de compensar essas emissões decorrentes de suas atividades através do reflorestamento. Para tanto quantificou-se o CO_2 emitido em decorrência do evento por meio do estudo realizado pelo Instituto TOTUM (TOTUM, 2013) visando propor alternativas que possibilitem atingir os objetivos do referido programa. A quantificação de CO_2 gerada resultou em 25.866,80 kg.

Para mitigar essa quantidade de carbono gerada, propõem-se algumas medidas a serem implantadas nos próximos eventos. As árvores, em seu processo fotossintético, absorvem CO_2 da atmosfera e emitem O_2, processo conhecido como

“sequestro de carbono”. Considerando que uma árvore nativa da mata atlântica é capaz de absorver cerca de 163 kg de CO_2 da atmosfera ao longo de 20 anos, sugere-se o plantio destas em conjunto com a prefeitura dos municípios sedes dos próximos eventos. Propõe-se que no início do evento, cada participante receba uma muda de árvore nativa para ser plantada em local definido em conjunto com a prefeitura (parques, praças, via pública). A ação do plantio seria incorporada ao cronograma do evento, ocorrendo em data estabelecida pela organização. Todos os participantes na data em questão devem ser direcionados ao local definido onde, recebendo acompanhamento de profissional adequado, plantam as mudas, e recebem orientações a fim de entender o principal motivo da ação. Tendo em vista que no evento ocorrido em 2016 no município de Três Coroas, obteve-se um total de 200 participantes, e considerando mesmo número de pessoas nos eventos futuros, 200 árvores representam um total de 32.600 kg de CO_2 retirados da atmosfera, pouco mais do que o valor calculado emitido pelos veículos e pelas atividades relacionadas ao evento. Para tanto, é aconselhado que sejam utilizadas espécies nativas da região para o reflorestamento. Além disso, sugere-se a adoção de estratégias sustentáveis de contratação de *transfers*. Propõe-se a utilização de ônibus *double deck*, ônibus de dois andares com capacidade para até 60 pessoas, visando diminuir a quantidade de *transfers* e seu percurso, minimizando as emissões atmosféricas. Além deste fator, o referido tipo de ônibus apresenta consumo menor de combustível. Por fim, a escolha de locais acessíveis a ciclistas (disponibilizando locações de bicicletas) e o incentivo à “carona solidária” também podem resultar em menor carga de emissões de carbono na realização de futuros eventos. A “carona solidária” poderá ser estimulada através da criação de listas disponibilizadas online, em que os participantes possam compartilhar informações a respeito de suas intenções de deslocamento e planejá-las de forma a proporcionar lotação máxima dos veículos de uso pessoal.

Considerações finais

A preocupação demonstrada pelos organizadores do evento para que este fosse realizado dentro dos conceitos de sustentabilidade, indica uma mudança no comportamento e um comprometimento com as questões ambientais, econômicas e sociais que o público de turismo de aventura procura desenvolver entre seus adeptos e também em toda a cadeia produtiva e de serviços envolvidos nesse segmento. Avaliar, quantificar e classificar os impactos ambientais produzidos em um evento deste porte, torna-se um desafio, na medida que trabalhos neste campo são relativamente incipientes na realidade brasileira e mais ainda em âmbito local. Entretanto, dentro das possibilidades de informações disponíveis, das dificuldades encontradas e do curto prazo para o desenvolvimento deste trabalho, acredita-se que este cumpre seu objetivo na iniciativa de elaborar uma linha de atuação que auxilie no diagnóstico e mitigação dos impactos provocados na realização deste tipo de atividade. Para eventos futuros recomenda-se a criação de indicadores que permitam avaliar de maneira satisfatória a evolução das medidas adotadas para a mitigação dos impactos ambientais negativos, assim como, quantificar a evolução dos impactos positivos que a realização do evento traz consigo para a localidade que o recebe. Bem como, sugere-se a aplicação da NBR 20121/2012 (ABNT, 2012), que trata do Sistema de Gestão para a Sustentabilidade em Eventos.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma Brasileira n.º 20121. **Sistemas de gestão para sustentabilidade de eventos — Requisitos com orientações de uso.** Rio de Janeiro: ABNT, 2012.

BRASIL. CONAMA- Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 01, de 17 de fevereiro de 1986. Dispõe Sobre Critérios Básicos e Diretrizes Gerais Para A Avaliação de Impacto Ambiental.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 ago. 2010. Disponível em: http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html Acesso em: 10/11/2016.

CARNEIRO, G. L.; CHAVES, J. F. **Estudo piloto para estabelecimento da vazão de conforto para consumo residencial de água na cidade de Ponta Grossa.** 4º Encontro de Engenharia e Tecnologiados Campos Gerais, agosto, 2008.

CONCREMAT ENGENHARIA. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Três Coroas**. Disponível em <http://www.consorcioprosinos.com.br/downloads/TR%C3%8AS%20COROAS_PMSB_rev_0_pdf.pdf>. Acesso em dezembro de 2016.

DE CONTO, Suzana Maria et al. **Geração de resíduos sólidos em um meio de hospedagem: um estudo de caso**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CÊNCIA E TECNOLOGIA EM RESÍDUOS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2004, Florianópolis: ICTR, 2004. Disponível em: <http://web-resol.org/textos/06-100.pdf>. Acesso em 2 dez. 2016.

FOGLIATTI, M.C.; FILIPPO, S.; GOUDARD, B. **Avaliação de impactos ambientais: aplicação aos sistemas de transporte**. Rio de Janeiro: Interciência. 2004.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <www.ibgecidades.com.br>, acessado: 30 nov. 2016.

IPCC. Intergovernal Panel On Climate Change. **2006 IPCC Guidelines For National GreenhouseGas Inventories.** Disponível em: http://www.ipcc-nggip.iges.or.jp/public/2006gl/. Acesso em: 28 nov. 2016.

LEOPOLD, L.B.; CLARKE, F.S.; HANSHAW, B. et al. **A procedure for evaluating environmental impact**. Washington: U. S. Geological Survey, 1971. 13p. (circular 645).

RICHIERI, S.M.M. **Estudo do impacto das mudanças climáticas globais nos mangues tropicais.** Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia Mauá. 2006.

TOTUM. Instituto Totum. **Cada árvore da Mata Atlântica chega a retirar 163 kg de CO2 da atmosfera.** 2013. Disponível em: < http://www.institutototum.net.br/noticias_13-02-14_envolverde.php>. Acesso 15/04/2017.

TRÊS COROAS. **Plano Municipal de gestão integrada de resíduos sólidos no município de Três Coroas.** 2012. Disponível em: <http://www.consorcioprosinos.com.br/downloads/plano_gestao_residuos_solidos_tres_coroas_02082012.pdf>. Acesso em 3 dez. 2016.

Claudia Beulk: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: ccbeulk@ucs.br
Link para o currículo Lattes: -

Renata Cornelli: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: rcornell@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0416981693466922

Neide Pessin: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: npessin@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1598794824905944

ROTA TURÍSTICA TERMAS E LONGEVIDADE E SUA RELAÇÃO COM O CONTEXTO REGIONAL

Termas and Longevidade Tourism Route and its relationship with the regional context

Pedro de Alcântara Bittencourt César, Angela Teberga de Paula, Caroline Peccin da Silva, Júlia Luise Altmann

Resumo: O presente artigo tem como objetivo compreender a dimensão regional do turismo na Rota Turística Termas e Longevidade, formada pelos municípios gaúchos: Cotiporã, Nova Prata, Protásio Alves, Veranópolis e Vila Flores. Para essa compreensão, foram estudadas as lógicas de mobilidade e espacialidade (fatores localizacionais); bem como investigado se o desenvolvimento turístico dessa rota apresenta-se como uma atividade marginal à localizada na macrorregião ou apresenta-se como uma formação específica local. Esses municípios pertencem à Serra Gaúcha (ou região Uva e Vinho, segundo o Ministério do Turismo), que se define como importante indutor de turismo no país. Utilizaram-se como procedimentos metodológicos: levantamento local de informações, elaboração de representações gráficas e pesquisa bibliográfica e documental. Visando compreender como se justifica a distribuição espacial do turismo na Rota Termas e Longevidade, tem-se como resultado a confirmação da hipótese que o desenvolvimento do turismo nessa rota se caracteriza por uma formação específica, verificando que as cidades configuram-se como Unidade Turística, Corredor Turístico e Núcleo Turístico, em razão de diferentes posicionamentos geográficos e concentração de atrativos e equipamentos turísticos.

Palavras-chave: Termas e Longevidade, turismo regional, Serra Gaúcha. Área

Abstract: The present article aims to understand the regional dimension of tourism in the Tourism Route Termas and Longevidade, formed by the municipalities of Rio Grande do Sul: Cotiporã, Nova Prata, Protásio Alves, Veranópolis and Vila Flores. For this understanding, the logics of mobility and spatiality (locational factors) were studied; As well as investigated whether the tourism development of this route is presented as a marginal activity to that located in the macroregion or it is related to a defined centrality. These municipalities belong to the Serra Gaúcha (or Uva e Vinho region, according to the Ministry of Tourism), which defines itself as an important inductor of tourism in the country. Methodological procedures were used: local survey of information, elaboration of graphical representations and bibliographical and documentary research. In order to understand how the spatial distribution of tourism is justified in the Termas and Longevidade Route, the hypothesis confirms that the development of tourism in this route is characterized by a specific formation, verifying that some of the cities are configured as Tourist Unit, Tourist Center and Tourist Corridor, due to different geographical positions and concentration of tourist attractions and equipment.

Key words: Termas and Longevidade, regional tourism, Serra Gaúcha. Thematic .

Introdução

O objetivo deste trabalho é compreender, por alguns indicadores preliminares, a dimensão regional do turismo na Rota Turística Termas e Longevidade, formada pelos municípios gaúchos de: Cotiporã, Nova Prata, Protásio Alves, Veranópolis e Vila Flores. Espera-se obter um entendimento geral da organização territorial dessa área, a partir do reconhecimento das estruturas de fluxos de mobilidade e de fator localizacional da microrregião estudada, visando identificar o seu grau de dependência/independência. É importante reforçar que o estudo territorial poderá colaborar para o desenvolvimento de um turismo socialmente mais sustentável, ao reconhecer valores de dependência/independência territorial.

Tem-se como questão norteadora que os equipamentos e atrativos apropriados pelo turismo, associados em função da mobilidade, têm lógicas espaciais que determinam a formação e consolidação do turismo de determinada localidade. Espera-se, com base em identificações localizacionais reconhecer a formação territorial dessa área turística, embora o recorte pré-estabelecido não supra a necessidade de outros estudos.

Têm-se duas hipóteses preliminares:

a) O turismo existente apresenta-se como uma atividade marginal à localizada na macrorregião;

b) O turismo existente apresenta-se como uma formação específica local.

A análise desta pesquisa tem como recorte as materialidades e possibilidades de mobilidade (fluxos turísticos) da Rota Termas e Longevidade. Assim, observaram-se os atrativos turísticos e equipamentos de hospedagem e gastronômicos, seus posicionamentos localizacionais e as estruturas rodoviárias que os interligam. Espera-se, assim, por análise cartográfica, compreender como esses se encontram. Aproxima-se a pesquisa da Teoria do Espaço Turístico de Boullón (2006) com a Teoria do mesmo título de Miossec (1977).

Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 1987) e trabalho com abordagens e identificações dos objetos de campo (GOMES, 2013). Nesse trabalho de reconhecimento, buscou-se levantar informações para posteriores análises, a partir da pesquisa em sites de instituições públicas e em materiais de informações turísticas, como a Governança Turística AtuaSerra. Com esses levantamentos, foi possível a elaboração de uma base cartográfica, que foi organizada para a compreensão da distribuição espacial dos atrativos turísticos e equipamentos hoteleiros e gastronômicos dos municípios. O trabalho fundamenta-se em levantamentos de representações gráficas, principalmente mapas. Posteriormente, realizou-se esta análise, considerando as estruturas de mobilidade existentes, desenvolvendo, assim, um estudo localizacional das Termas e Longevidade.

Mapeamento do Turismo no Brasil

O Ministério do Turismo (MTur), ao levar em consideração o papel econômico da atividade turística nos municípios, realizou um mapeamento do turismo no país (BRASIL, 2015). O governo teve a preocupação em abstrair dados, que ao permitir sua utilização por contraste e confronto, busca similaridades em todas as localidades determinando a grandeza de cada unidade municipal no turismo nacional. Ressalta-se que o turismo nacional não tem um instituto de pesquisa geral e permanente, o que pode gerar informações limitadas a essa atividade tão dinâmica na reprodução territorial.

No mapeamento do turismo no país, foram consideradas duas matrizes de dados: a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho) e a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE/USP). Na RAIS foram considerados os números de estabelecimentos e empregos formais nos meios de hospedagem. Dos dados da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE/USP) e Ministério do Turismo, foram consideradas as estimativas de fluxos domésticos e internacional. Com esses dados, os municípios brasileiros com apelo turístico foram divididos em cinco categorias (A, B, C, D e E). Assim, basicamente, as categorias são definidas em razão do fluxo turístico e do número de empregos e estabelecimentos no setor de hospedagem, sendo que a categoria A é aquela que apresenta o maior fluxo e o maior número. Nota-se, inclusive, que existem cidades que não foram categorizadas, por não terem valores que as qualifiquem (BRASIL, 2017a).

O nordeste do Rio Grande do Sul contribui com uma série de localidades definidas como turísticas, que posicionam a região como importante destino para o turismo nacional, situação que pode ser observada com os dados determinados pelo Ministério do Turismo do Brasil (ver Figura 1, próxima página). No nordeste gaúcho, Gramado (RS) obteve o valor hierárquico máximo (categoria A); seguido por Caxias do Sul (RS), Bento Gonçalves (RS) e Canela (RS), na segunda faixa hierárquica (categoria B), reforçando um fortalecimento regional do setor. No objeto de estudo deste trabalho (as Termas e Longevidade), os municípios encontram-se em categoria intermediária (categoria D) e são formados por uma economia com fatores aglomerativos, determinando uma sinergia regional.

Para compreender a formação da governança territorial do turismo na área em análise, algumas considerações são necessárias. Na grande região nordeste do Rio Grande do Sul, denominada para efeito de planejamento estadual de Regional Funcional 03 (RF3), o Ministério do Turismo (e também a Secretaria Estadual de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer), subdivide-a por áreas específicas de gestão e compartilhamento político e administrativo. A saber: ao norte, a área denomina-se Campos de Cima da Serra; ao sul, Região das Hortênsias; e no centro e oeste, Uva e Vinho. Na última, encontra-se a Governança das Termas e Longevidade, que é composta por Cotiporã, Nova Prata, Protásio Alves, Veranópolis e Vila Flores. São municípios limítrofes, contínuos e localizados na Serra Gaúcha.

O Governo do estado, que possui uma divisão aproximada ao do Ministério do Turismo, subdivide o território do estado em Coredes-RS (Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul). Em relação à área estudada neste artigo, essa localiza-se no Corede Serra - área que é definida (parcialmente) pelo Ministério do Turismo como Região Uva e Vinho. Nota-se que a área analisada, embora incipiente turisticamente (Hierarquia D), tem se caracterizado como destino turístico.

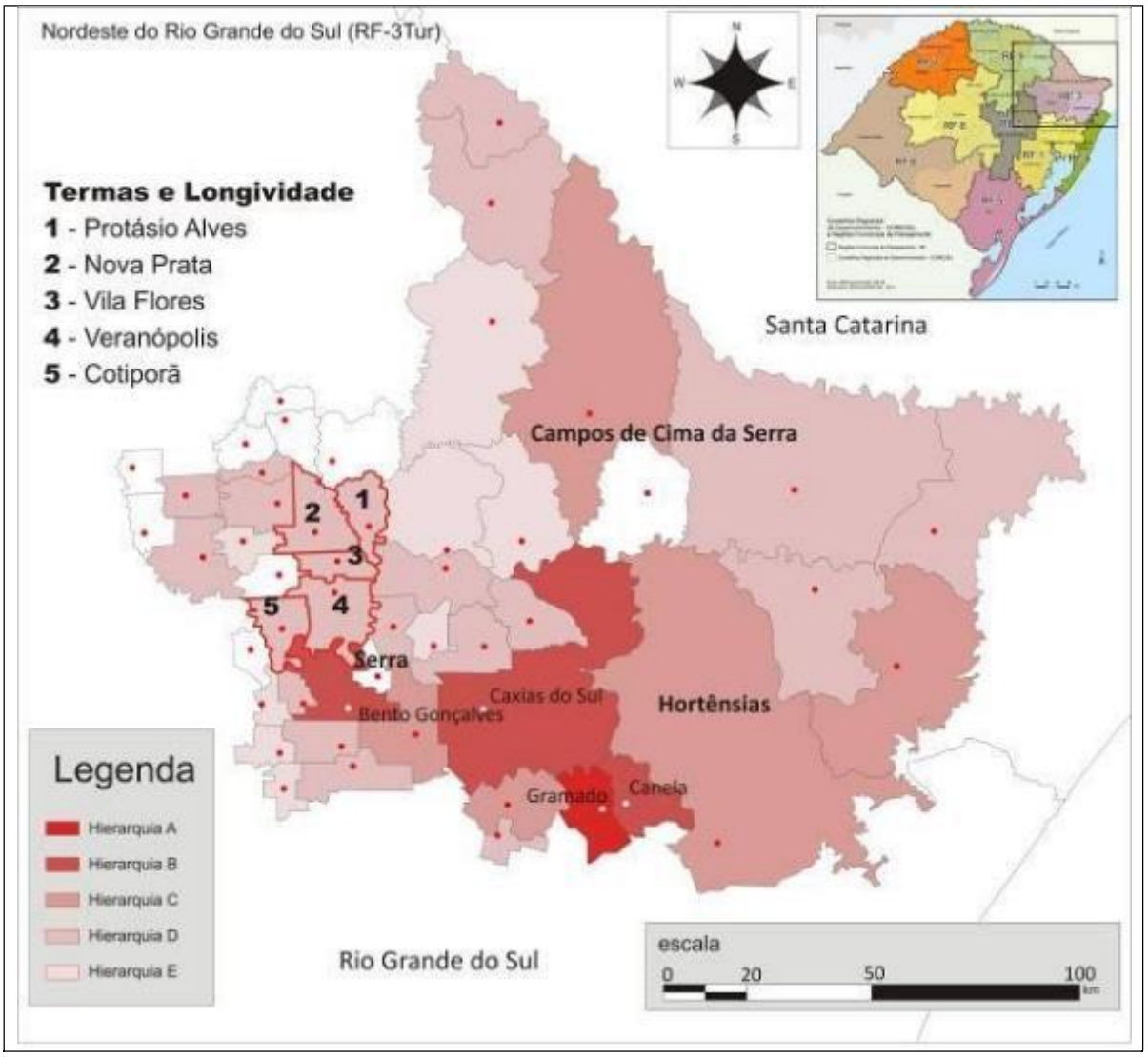

Figura 1 – Hierarquização turística do nordeste do RS com destaque para Termas e Longevidade
Figure 1 - Tourist hierarchy of the northeast of the RS, with special emphasis on Termas and Longevity
Fonte: Organizado pelos autores, a partir de dados de categorização do MTur (2017).
Source: Organized by the authors, based on MTur categorization data (2017).

A Rota Termas e Longevidade

A Política Nacional de Turismo, oficialmente criada pela Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.171/2008), tem como um dos pilares a regionalização do turismo nacional. O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil tem início anteriormente, ainda no princípio do Ministério do Turismo. Tal Programa passou a estar presente em todos os Planos Nacionais de Turismo desde o ano de 2003, e é considerado o carro-chefe do Ministério.

Em contraponto à política de municipalização adotada na década de 1990, a política de regionalização considera o espaço regional como estratégia de desenvolvimento e integração dos municípios. As regiões turísticas adotadas pelo Ministério do Turismo foram atualizadas pela última vez em 2016 e coube às unidades federativas adotarem, ou não, esse desenho do Mapa do Turismo Brasileiro. A

categorização dos municípios, política mais recente do Ministério, foi criada em 2015, com o objetivo de identificação do desempenho da atividade econômica do turismo dos municípios contemplados no mapa.

Especificamente ao que se refere a esse trabalho, o MTur não considera as cidades Cotiporã, Nova Prata, Protásio Alves, Veranópolis e Vila Flores como região turística específica, mas que essas, juntamente com outras cidades, compõem a região da Uva e Vinho. Já a Secretaria de estado do Rio Grande do Sul entende que esses municípios compõem uma rota denominada Termas e Longevidade, que está inserida na microrregião da Uva e Vinho e que, por sua vez, pertence à região da Serra Gaúcha.

Com essa configuração, temos a Rota Termas e Longevidade, e não uma região propriamente dita, com suas características que a definem, tampouco um roteiro formatado. Isso exige, do ponto de vista prático, uma maior organização dos municípios para que seja possível a formatação e comercialização desse produto para o mercado (turistas particulares ou agências).

É importante dizer que se optou, neste trabalho, adotar o termo rota, por entendermos que é esse o que melhor se adequa às Termas e Longevidade. Embora a literatura tenda a tratar os termos **rota** e **roteiro** como sinônimos, em consonância com a tradução do termo da língua inglesa, entre outras, para a portuguesa, o Ministério do Turismo faz uma distinção entre eles, dando uma contribuição para a academia. Define-se roteiro “o itinerário realizado por um ou mais elementos que o confere identidade, definido e estruturado por fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística” (BRASIL, 2007, p.54). Já a rota está associada a uma instância de governança (BRASIL, 2007a). Assim, para o Ministério do Turismo, o roteiro tem como sujeito o turista, aquele que irá seguir o roteiro turístico; e a rota está direcionada ao empreendedor, aquele que irá estruturar o produto.

Na academia, Bahl (2004) define alguns termos inerentes às viagens e aos roteiros turísticos, dentre eles rota e roteiro, a saber:

Rota: “caminho direcionado, rodoviário, marítimo ou aéreo, com a indicação de um sentido ou de um rumo a ser seguido. Denominação bastante utilizada para designar itinerários turísticos planejados, estabelecidos e associados a uma temática” (BAHL, 2004, p. 41).

Roteiro: “descrição pormenorizada de uma viagem ou do seu itinerário. Ainda, indicação de uma sequência de atrativos existentes numa localidade e merecedores de serem visitados” (BAHL, 2004, p. 42).

Ainda que o conceito de rota difira substancialmente daquele utilizado pelo MTur, ambos vão ao encontro de nosso entendimento sobre a configuração da microrregião Termas e Longevidade. Isso porque, além dela se apresentar como instância de governança, e portanto organizada como um fórum intermunicipal com finalidade gerencial, também apresenta-se, pragmaticamente, como um itinerário rodoviário, que congrega municípios com o apelo temático das Termas e Longevidade.

Dentre os cinco municípios das Termas e Longevidade, Veranópolis é considerada a capital da Longevidade. Foi classificada como uma Cidade Amiga do Idoso, certificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (PIONEIRO, 2017).

Quanto às mobilidades regionais, nota-se que os moradores de Fagundes Varela e Antônio Prado dificilmente irão para Vila Flores, por ser uma cidade que não consta com atrativos turísticos que justifique tal deslocamento. Possivelmente, irão para Nova Prata ou Veranópolis, com mais opções de lazer e atrativos.

Nova Prata e Veranópolis constam com maior quantidade de meios de hospedagem (hotéis e pousadas), várias opções de gastronomia e uma série de atrativos turísticos (ver Tabela 1). Embora a região tenha pouca atratividade, em uma escala que não seja local, sua centralidade turística, assim como financeira, demográfica, urbana está dividida entre estas duas cidades: Nova Prata e Veranópolis.

Tabela 1 - Dados econômicos e turísticos das Termas e Longevidade
Table 1 - Economic and tourist data of the Termas and Longevity

CIDADE	População[1]	PIB per capita[2]	Meios de Hospedagem	Atrativos[3]	Gastronomia[3]*
Cotiporã	4.004	22.135,66	2	10	4
Nova Prata	**25.315**	**34.078,89**	**6**	**10**	**11**
Protásio Alves	2.037	23.341,31	6	4	4
Veranópolis	**24.885**	**41.184,25**	**6**	**3**	**17**
Vila Flores	3.373	48.579,73	1	4	3
Total	59.614	33.864,97([4])	21	31	39

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados das Prefeituras Municipais (NOVA PRATA, 2017; VERANÓPOLIS, 2017), IBGE (2017) e MTur (2017).
Notas:
(1) População segundo dados de 2010
(2) Valor expresso em reais
(3) Atrativos e Restaurante identificados como turísticos pelas Prefeituras Municipais
(4) Média ponderada

Teoria do Espaço Turístico de Boullón (2006)

A teoria do espaço turístico de Boullón (2006) tem por princípio o fato de que os atrativos turísticos e a infraestrutura que dão suporte para o desenvolvimento turístico possuem presença física e uma localização precisa no território. A mais importante característica física dos atrativos turísticos apontadas pelo autor é que excepcionalmente os atrativos são próximos uns dos outros. E que, mesmo em países com maior densidade de atrativos, a continuidade linear dos mesmos no território não se verifica.

Boullón (2006) desenvolveu modelos esquemáticos para explicar como se dá a distribuição territorial de atrativos turísticos. São eles: zona, área, complexo, centro, unidade, núcleo, conjunto, corredor, corredor de translado, corredor de estadia. A partir da análise das representações gráficas desenvolvidas neste trabalho (ver Figura 2), foi possível verificar a presença das seguintes configurações, definidas por Boullón

(2006): Unidade Turística (Nova Prata e Veranópolis), Corredor Turístico de Translado (Vila Flores) e Núcleos Turísticos (Cotiporã e Protásio Alves).

Segundo o autor (2006, p. 79), **Unidade Turística** é a denominação daquelas "concentrações menores de equipamentos que se produzem para explorar intensivamente um ou vários atrativos situados um junto ao outro ou, mais exatamente, um dentro do outro". **Corredores Turísticos de Translado** são "redes de estradas e caminhos de um país através dos quais se movimentam os fluxos turísticos para cumprir com seus itinerários". (BOULLÓN, 2006, p. 81). Nesse último caso, os atrativos turísticos se apresentam em distribuição linear ao longo do corredor longitudinal onde estão os passantes. E os **Núcleos Turísticos** são "agrupamentos menores do que dez atrativos turísticos de qualquer hierarquia e categoria, que estão isolados no território e, portanto, possuem um funcionamento turístico rudimentar [...], devido ao seu grau de isolamento" (BOULLÓN, 2006, p. 80).

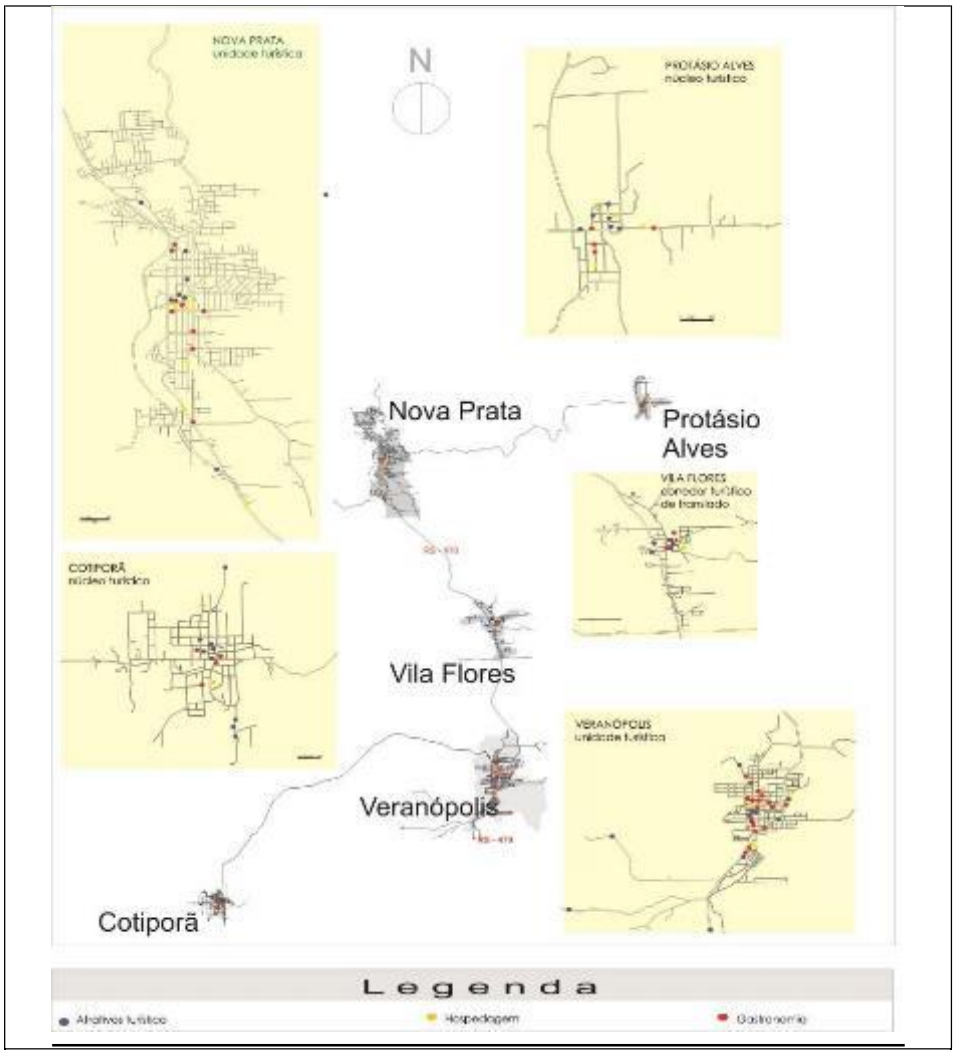

Figura 2 – Distribuição espacial dos equipamentos turístico na região
Figure 2 – Spatial distribution of tourism equipment in the region
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de levantamentos diversos.

No entanto, há de se considerar que, embora os municípios de Nova Prata, Vila Flores e Veranópolis tenham configurações de distribuição territorial específicas segundo Boullón (2006), juntos configuram um **Corredor Turístico de Translado**, em razão de sua relação com a estrutura de mobilidade rodoviária, precisamente com a rodovia BR-470 (ver Figura 3).

A BR-470 é uma rodovia de ligação, pista simples, que liga os municípios de Navegantes (Santa Catarina) e Camaquã (Rio Grande do Sul); possuindo 832,9 km de extensão. No trecho em análise, o principal fluxo refere-se à ligação da capital gaúcha, Porto Alegre, com o município gaúcho de Passo Fundo. Segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT, 2017), as rodovias de ligação apresentam-se em qualquer direção, geralmente ligando rodovias federais, como é o caso (BR-116). A numeração da rodovia refere-se à sua localização ao sul do paralelo da Capital Federal.

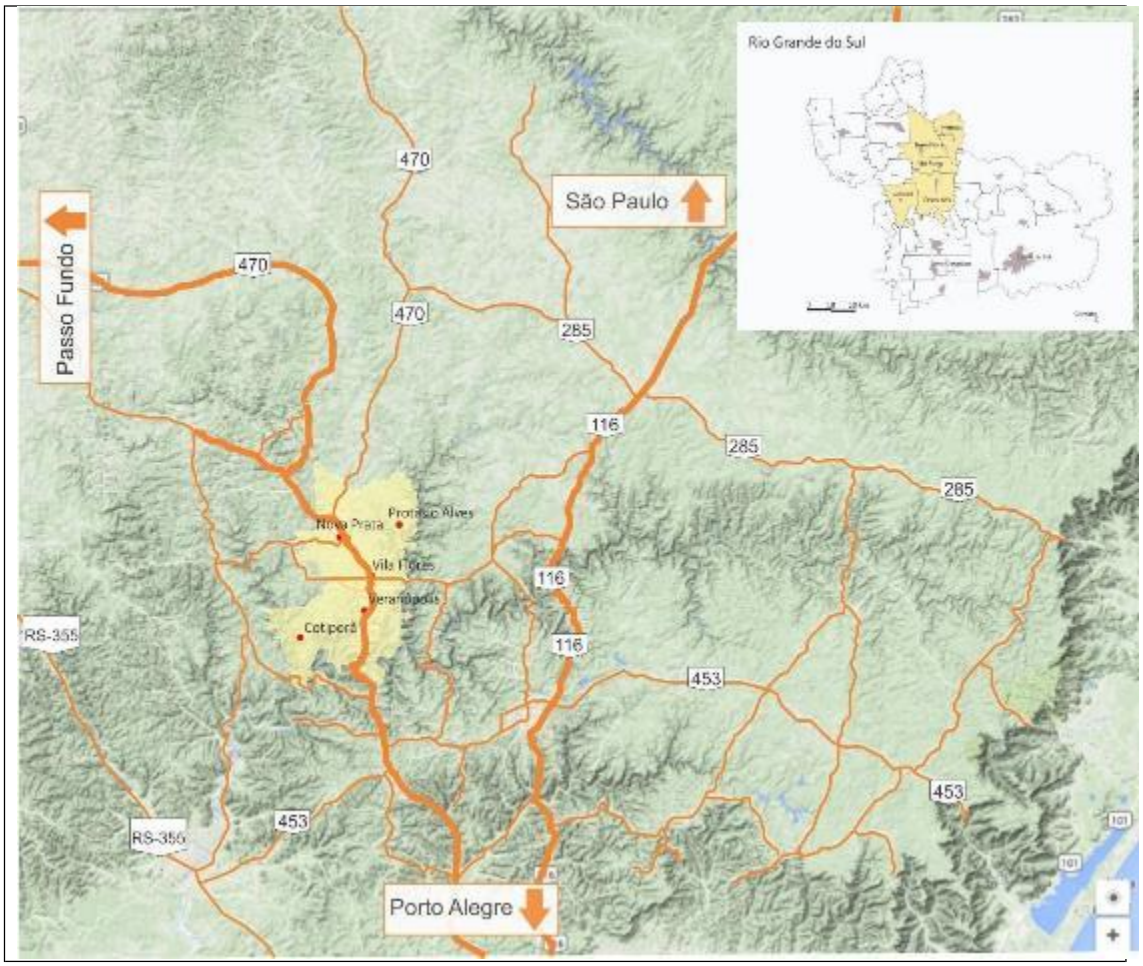

Figura 3 - Estrutura rodoviária no entorno das Termas e Longevidade
Figure 3 - Road structure around the Termas and Longevity
Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de mapas diversos.

Considerações Finais

O turismo da Rota Termas e Longevidade tem na somatória a definição de localidades como Unidade Turística (Nova Prata e Veranópolis), Corredor Turístico de Translado (Vila Flores) e Núcleos Turísticos (Cotiporã e Protásio Alves), não determinando uma nova ordem gravitacional de valor aglomerativo. Desta maneira, por uma observação e análise macrorregional, nota-se que seu turismo se caracteriza por uma formação específica.

A distância de Gramado (grande centro receptor e distribuidor de turistas no nordeste do estado) faz com que (positivamente ou negativamente) o município de categoria A não tenha uma influência direta para o desenvolvimento do turismo na área das Termas e Longevidade. Portanto, a hipótese de que o turismo existente na Rota apresenta-se como uma atividade marginal à localizada na macrorregião não se confirma. De maneira oposta, quando são observadas as mobilidades macrorregionais, verifica-se uma importante influência de Gramado à cidade vizinha Bento Gonçalves. Nesse último caso, a cidade do vinho possui um valor hierárquico maior, somado ao fluxo formado proveniente de Gramado.

A fragilidade da inexistência de atrativos com maior hierarquia dificulta o destaque turístico da Rota Termas e Longevidade, se comparado às demais microrregiões do nordeste gaúcho. Entretanto, essa condição, se bem planejada, poderá possibilitar que o turismo apresente valores socialmente mais equânimes. O apelo *Termas* poderá determinar a segmentação, entretanto, a ideia de Longevidade não cria um desejo direto de viagem, somente associa a curiosidades específicas.

Referências

ATUASERRA. Disponível em: <http://www.serragaucha.com/pt/>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Protexto, 2004.

BÓULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru (SP): EdUSC, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**: Categorização dos municípios das Regiões Turísticas do mapa do turismo brasileiro (Cartilha). Brasilia: MTur, 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa de Regionalização do Turismo**: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasilia: MTur, 2007a.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Rede de cooperação técnica para a roteirização**: experiência do Brasil. MTur, Sebrae Nacional, Brastoa, Instituto Marca Brasil. Brasília: MTur, 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro.** Disponível em: <http://mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. **Municípios são agrupados em cinco categorias.** Disponível em: **<**http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5405- munic%C3%ADpios-tur%C3%ADsticos-brasileiros-s%C3%A3o-agrupados-em-cinco- categorias.html>. Acesso em: 15 ago. 2017a.

DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. **Nomenclatura das rodovias federais**. Disponível em: <http://189.9.128.64/rodovias/rodovias-federais/nomeclatura-das-rodovias-federais/nomeclatura-das-rodovias-federais-1>. Acesso em: 21 ago. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar:** Elementos para uma geografia da visibilidade. Rio de Janeiro, Bertrand, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: informações sobre os municípios brasileiros. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MIOSSEC, J. M. **Un Modele de l'Espace Touristique**. Espace Geographique(1):41- 48, 1977.

NOVA PRATA. **Prefeitura de Nova Prata**. Disponível em: <http://www.novapratars.com.br/site/home.php>. Acesso em: 29 mar. 2017.

PIONEIRO, Jornal. **Entenda os motivos que levam Veranópolis ser chamada de Terra da Longevidade**. Disponível em: <http://pioneiro.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2016/08/entenda-os-motivos-que-levam-veranopolis-ser-chamada-de-terra-da-longevidade-7294411.html>.Acesso em: 29 mar. 2017.

VERANÓPOLIS. **Prefeitura de Veranópolis**. Disponível em: <http://www.veranopolis.rs.gov.br/>. Acesso em: 05 abr. 2017.

Pedro de Alcântara Bittencourt César: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: pabcesar@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0900226519393513

Angela Teberga de Paula: Universidade de Caxias do Sul/Universidade Federal do Tocantins, Caxias do Sul, RS/Tocantins,TO, Brasil.
E-mail: angela.teberga@gmail.com
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3543811641636104

Caroline Peccin da Silva: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: carolinep.peccin@gmail.com
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1776577871405119

Júlia Luise Altmann: Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul – RS, Brasil.
E-mail: jlaltmann@ucs.br
Link para o currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7143482033146116